Oyama Ituassú

O COLONIALISMO e a escravidão HUMANA

Valer EDITORA
ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS EDIÇÕES
CULTURA Edições Governo do Estado

O colonialismo e a escravidão humana

GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS
Eduardo Braga

VICE-GOVERNADOR
Omar Aziz

SECRETÁRIO DE ESTADO E CULTURA
Robério dos Santos Pereira Braga

SECRETÁRIA-EXECUTIVA
Delzinda Barcelos

COORDENADOR DE EDIÇÕES
Antônio Auzier

EDIÇÕES

ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS

DIRETORIA

PRESIDENTE
Elson Farias

VICE-PRESIDENTE
José dos Santos Pereira Braga

SECRETÁRIO-GERAL
Francisco Gomes da Silva

SECRETÁRIO-ADJUNTO
Almir Diniz

TESOUREIRO
Antonio José Souto Loureiro

TESOUREIRO-ADJUNTO
Anísio Thaumaturgo Soriano de Melo

DIRETOR DE PATRIMÔNIO
Ruy Alberto Costa Lins

DIRETOR DE PROMOÇÕES E EVENTOS
José Maria Pinto Figueiredo

DIRETOR DE EDIÇÕES
Tenório Nunes Telles de Menezes

EDITOR – REVISTA
Narciso Lobo

COORDENAÇÃO – SITE
Ruy Alberto Costa Lins

COORDENAÇÃO – SALA DO ESCRITOR
José Maria Pinto Figueiredo

Oyama Ituassú

O colonialismo e a escravidão humana

Valer EDITORA
ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS EDIÇÕES
CULTURA Edições Governo do Estado

Copyright © (desta edição) Academia Amazonense de Letras, 2007

EDITOR
Isaac Maciel

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Tenório Telles

PROJETO GRÁFICO
Adalberto Pereira

CAPA
Adalberto Pereira

REVISÃO
Núcleo de Editoração Valer

FICHA CATALOGRÁFICA
Ycaro Verçosa

I91c Ituassú, Oyama.

O colonialismo e a escravidão humana / Oyama Ituassú. Manaus: Academia Amazonense de Letras, Governo do Estado do Amazonas e Editora Valer, 2007.

120p. (Série: Genesino Braga)

ISBN 85-7512-199-5

1. Ensaio histórico – História I. Título.

CDU 929

Editora Valer
Rua Ramos Ferreira, 1195
69010-120, Manaus–AM
Fone: (92) 3633-6565
www.editoravaler.com.br

Academia Amazonense de Letras
Rua Ramos Ferreira, 1009
69010-120, Manaus–AM
Fone: (92) 3234-0584
www.academiadeletras-am.org.br

SUMÁRIO

À guisa de introdução	7
A história do colonialismo	15
A escravidão no Amazonas	31
A escravidão negra	36
A escravidão humana nos seringais	55
A escravidão pelo sexo	76
A escravidão na cidade grande	82
A escravidão ideológica	95

À GUISA DE INTRODUÇÃO

Muito se tem escrito sobre colonialismo, assunto que tem atravessado os tempos e cuja existência decorre de fatores os mais diversos – políticos, econômicos, ambições. Elementos históricos, vindos do decurso dos séculos, têm criado lentamente um clima de saturação sob todos os seus aspectos, alcançando seu ápice no século passado, mas hoje ressurgindo agora, neste século vinte e um, em novas modalidades.

A própria humanidade preparou o terreno propício à explosão do processo, mercê das circunstâncias nascidas pela atividade dos Estados mais fortes, refletidas em suas atitudes públicas provenientes da formação política de seus dirigentes e que transmitiram para o poder as inquietações ambiciosas integrantes de sua personalidade. Isso porque a sociedade, antiga ou atual, perfeita ou imperfeita, quaisquer que sejam seus componentes, ditou a tendência à imposição de uma autoridade maior, gerando situação incondizente com a evolução criteriosa dos povos.

Daí porque o colonialismo encontra seu correspondente mais prejudicial no imperialismo, são produtos milenares, oriundos da sede de poder territorial e humano, na ampliação de seus interesses materiais por influxos políticos, acrescidos por latitudes e longitudes históricas pelo transcurso das idades, praticados pelas contingências estruturais e depois pela necessidade de mão-

de-obra escravizada, procedimento considerado lícito pelos que praticavam o sistema. O princípio fundamental era conquistar, ocupar e explorar. Os processos sofreram, no decurso do tempo, modificações oriundas de doutrinas e teorias divergentes, modificando e estendendo as fronteiras normais, ultrapassando o campo puramente material, para alcançar setores imunes da sujeição de terras e povos sob fisionomias inexistentes à época.

O colonialismo transformou-se em imperialismo, completando o quadro exploratício, mercê da aplicação de princípios e doutrinas que superaram os simples estágios da exploração econômica. Diferentes e diversificados entre Estados, ensejaram o surgimento de critérios de dominação, critérios que vicejaram à medida que alguns se tornaram mais poderosos, enquanto a grande maioria enfraquecia por falta de substância nacional ou ausência de resistência moral.

Sob esse rosto, a responsabilidade recaiu sobre a crise econômica surgida no século 19 e que proliferou no passado, criando profunda insatisfação pelas dificuldades financeiras existentes e que levaram sofrimento à grande massa populacional em todos os continentes. A esperança de uma vida melhor foi a mola mestra da aceitação das idéias e promessas decorrentes da miséria que tem assaltado a humanidade. Mas o avanço etário tem demonstrado que as filosofias ditadas pelas carências fogem ao contexto na sua aplicação prática. Doutrinas exóticas nasceram oferecendo solução para as premências econômicas e a credulidade popular na aceitação das novas idéias fez com que elas prosperassem, em detrimento do bom senso.

Determinados Estados foram compelidos à aceitação das novas regras, na ilusão de que o panorama interno se modificasse, gerando com isso nova forma de colonialismo ideológico e que tem frutificado, tanto no campo político como no econômico-financeiro. Tais doutrinas, que têm sido enunciadas como processos reformistas a prol da humanidade, pecam substancialmente pela fuga à realidade social, pois nada mais são do que teorias abstratas e

funcionando somente em benefício do Estado, sem nenhuma repercussão na vida dos povos. O mundo de hoje desdobrou-se em duas situações, ambas nocivas: Estados ricos e coletividades pobres, para não dizer miseráveis. A economia age apenas para aqueles que, por deliberação própria, assumem o papel de tutores, enquanto os agrupamentos humanos sofrem na posição de colonizados. Dessas teorias falsamente benéficas, escapa somente a de Adam Smith, que se atém a uma verdade inexpugnável: a lei eterna da oferta e da procura. Mesmo assim, o que se vê é que há muita oferta e pouquíssima demanda, dado que as carências monetárias impedem a aquisição de bens quase que imprescindíveis.

Quando Karl Marx escreveu *Der Kapital*, teve percepção do binômio trabalho-remuneração, sem no entanto penetrar no verdadeiro aspecto tridimensional trabalho-remuneração-condição social e nada disso se altera caso não haja a compreensão de que tudo depende da humanização do poder público como gestor. Quando este se desumaniza, a sociedade desmorona e se estiola, como aconteceu na derrocada da doutrina soviética, que coletivizou as glebas e a produção arrebanhada pelo Estado, em detrimento da população.

É preciso não esquecer a eterna e imutável relação homem-terra, que tem sido preponderante na esteira dos tempos. Esse relacionamento não se rompe e, quando isso sucede por imposição do Estado, o resultado final é a destruição do equilíbrio social.

Essas observações vêm a pêlo apenas para uma ligeira apreciação do panorama, pois a conseqüência é o aparecimento de novas formas de colonialismo, como vêm sucedendo nos últimos tempos.

Transformações têm ocorrido, mudando de certo modo a fisionomia do mundo, mas, mercê de ambições de poder, vêm permitindo o processo colonialista sob novas feições, desta vez como atividades de um imperialismo profundamente danoso à comunidade internacional.

O resultado dessas transformações, elaboradas conscientemente pelos Estados, exprime tentativa de legitimação do pro-

cesso escravagista que vem atravessando os tempos, traduzida no colonialismo que se tem propagado incessantemente, bitolando os povos ao sabor dos interesses de outras entidades públicas e lhes impondo antolhos ideológicos em detrimento do progresso social e cultural. Sob esse guante, os povos se estiolam e não têm condições de crescer no rumo da civilização qual a entendemos. Surgem então os movimentos eclosivos de violência inominada, conseqüência da explosão acumulada e refreada na alma das coletividades subjugadas.

O processo colonialista se tem modificado gradualmente vestindo novas roupagens, surgindo como imperialismo econômico, financeiro ou infiltrativo, solapando sutilmente as instituições locais, onde ainda existem, para a fixação de orientações que atendam aos projetos determinantes da investida. Todas as formas colonialistas são frutos da mesma árvore, mesmo que assumam fisionomias diferentes, quaisquer que sejam, pois visam apenas o mesmo alvo: a dominação.

Sob tais rostos, a humanidade tem regredido consideravelmente no sentido da libertação. Desde épocas imemoriais que a prática escravagista vem sendo praticada. O diálogo dos filósofos gregos que, pelo seu conteúdo, buscou encontrar a forma ideal para o encontro de temperamentos contrastantes, procurando solução para o encaminhamento da humanidade no rumo da vivência compreensiva, de nada tem servido para aplacar a sede dominadora. Sócrates, Platão entre aqueles, Cícero entre os romanos, todos enunciaram seu pensamento em derredor da liberdade e tudo em vão. Nos tempos mais modernos, Rousseau expôs sua teoria sobre a vida política e Montesquieu traçou as lindes sobre a estrutura sociopolítica que deveria nortear as sociedades. Nada disso tem servido e permanece o espectro da supremacia imposta sobre povos menos favorecidos.

É necessário compreender que a evolução das sociedades é feita de planícies e planaltos, ora permanecendo estáticas como uma espécie de calmaria para novas investidas, ora crescendo su-

bitamente em certos momentos. Mas sempre há um fator catalisador a impulsionar os anseios coletivos e esse elemento é o ideal da liberdade, que une os povos em torno de uma aspiração comum. E essa aspiração vem sendo solapada constantemente pela ambição desmedida dos mais fortes que, por meios e modos diversos, buscam estender seus domínios sob a capa do interesse nacional.

Os pensadores têm diversificado na exposição de seus motivos consistentes em seus trabalhos. Para Hegel, por exemplo, o processo evolutivo das sociedades decorre de um evento único, coerente, considerando a experiência sofrida por todos os povos em todos os tempos e a lição colhida das observações conduz à visão real do que pode ser feito. Essa evolução seria derivada de um processo paulatino de modo a satisfazer seus desejos mais profundos e fundamentais. Para o mesmo autor, esse estágio consistiria no Estado Liberal, disso discordando Karl Marx, que entendia somente ser válido em sua concepção o Estado Comunista, onde haveria distribuição equilibrada entre capital e trabalho.

Para esses dois pensadores-filósofos, como ressalta Francis Fukuyama, "havia um desenvolvimento coerente das sociedades humanas, desde as mais simples, tribais, baseadas na escravidão e na agricultura de subsistência, passando por várias teorias, monarquias e aristocracias feudais, até a moderna democracia liberal e o capitalismo conduzido pela tecnologia. Esse processo evolutivo não era casual nem ininteligível, embora não fosse linear e fosse até mesmo possível questionar se o progresso histórico contribuía ou não para a felicidade e o bem-estar do homem" (*O fim da História*, p. 12).

Os horizontes não clareiam e a ânsia do predomínio prossegue na trajetória dos Estados, buscando cada um deles enfeixar em suas mãos a vida e o destino dos povos. O que se vê no mundo de hoje é nada mais que a repetição dos atos do passado, mudando apenas de instrumento. Não mais a força das armas e sim outra mais poderosa que é a econômico-financeira, açambarcando as sociedades menos favorecidas.

A história mostra, no decurso das eras, que os Estados que se fortalecem à custa dos demais pelo processo militar, a seguir enveredam pela dominação econômica, enveredando depois pela subjugação financeira. No passado distante, esse fenômeno funcionou amplamente com o fito do predomínio absoluto. Roma, quando se viu ameaçada pela expansão cartaginesa, de imediato trabalhou para destruir a rival que se lhe antepunha às ambições. Destruída Cartago, lançou suas garras sobre as terras e povos europeus que podiam criar entraves à sua expansão e dominou a Gália, Espanha, Ilhas Britânicas avançando até o Danúbio. Na verdade, estabeleceu sua cultura em bases firmes, mas ao mesmo tempo solapou a liberdade de seus habitantes, obrigados a colaborar com a nova ordem estabelecida.

O colonialismo objetiva a dominação física, a subjugação da terra e do homem, implantando seu sistema de modo a extirpar toda e qualquer resistência material. À sua vez, o imperialismo age de maneira diferente: domina pelo processo econômico-financeiro, asfixiando a economia local mediante empréstimos sob a aparência de ajuda para o desenvolvimento, quando na verdade asfixia a estrutura sociopolítica dos Estados objetos de sua atividade. O que faz é cercear e eliminar todo e qualquer resquício de liberdade.

Como pode o devedor reagir às determinações do credor, se não dispõe de liberdade para decidir seus rumos? Não é a liberdade de ir e vir, a liberdade de locomoção dentro das fronteiras, mas sim a liberdade em sua mais pura expressão, que é a capacidade de realizar e programar seu próprio caminho. Sem isso nenhum povo é livre e não pode aspirar futuro que corresponda a seus sonhos. Porque a liberdade é fundamental para que uma nação se considere apta a alcançar sua plena vida política. A liberdade não é um fenômeno que provém da natureza, mas sim um propósito a ser atingido pela evolução de uma coletividade nacional e dela se torna seu esteio.

Daí porque essa forma sutil que se incorpora no imperialismo, cerceia a liberdade dos povos que se submetem à pressão

financeira partida das potências mais fortes, reduzindo ao mínimo o sentido libertário que deve prevalecer em todas as sociedades políticas. As duas espécies dominadoras – colonialismo e imperialismo –, ainda nos dias atuais, prevalecem e se mantêm mercê da fragilidade das coletividades menos favorecidas e que se submetem em razão de suas próprias incapacidades. As instituições financeiras internacionais, sob capa de ajuda ao desenvolvimento, nada mais são que instrumentos para essa triste função de cercear a liberdade dos povos.

A exploração de povos e nações pelos mais poderosos não vingou apenas em relação aos Estados, mas também o homem sofreu o guante da força econômica, particularmente no Amazonas, objeto do presente estudo, onde se desenvolveram várias formas do sistema, com características particulares. Na verdade, o que se verifica em todas as camadas sociais, cada uma apresentando facetas diversificadas.

O processo escravagista, por largo tempo histórico existente no mundo, e até hoje sob fisionomias diferentes, ainda desenvolvido e praticado como forma de dominação do homem pelo homem, veio encontrar campo e aplicação no Amazonas a partir das Américas, tanto à época de sua integração na antiga Província do Grão-Pará como após sua autonomia, atividade que se desenrolou com especial estímulo no interior e sob manifestações as mais diferentes e adaptadas à tipicidade da região e de seus ciclos econômicos.

A digressão feita relativamente ao colonialismo tem inteira relação ao assunto básico, pois a escravidão humana na Amazônia nada mais foi e é senão uma conseqüência do sistema, apenas com uma diferença: o colonialismo como processo político entre Estados não impede que se considere como derivação na feição restritiva da liberdade.

A liberdade e a escravidão se antagonizam. Não é fácil ser livre e a sociedade se incumbe de cercear a ação desembaraçada do homem, criando-lhe empecilhos os mais variados e que, se de um lado atendem a necessidades particulares inerentes às coleti-

vidades cujos integrantes delas se beneficiam, de outro lhe desvirtuam a estrutura. Liberdade não é simplesmente um conceito, mas uma maneira de ser do próprio homem. Rege a sua conduta, condiciona-lhe o procedimento, o comportamento social. Não é rígida, mas elástica para poder atender aos reclamos da comunidade a que se destina. Tem sentido universal, diferindo em seu conteúdo segundo o temperamento de cada povo. O que para uns exprime um direito, para outros representa termo imprescindível ao ordenamento político.

O seu oposto, a escravidão, que tem origem multimilenar e que no Brasil vem dos períodos reinóis, traçada inicialmente pelo sujeição das tribos indígenas e depois pelos negros, permanece nos dias atuais sob rostos mais modernos e tem funcionado por pressões econômicas, como aconteceu nos rios Juruá, Madeira e Negro até fins do século 19 e nas primeiras décadas do século 20. Há exemplos documentados dessa atuação escravagista, quer em negócios de compra e venda, quer em doação em pagamento e até em disposições testamentárias, como também em procedimentos de alforria e dote nupcial.

As outras modalidades, que conformam o processo a ser estudado em seus detalhes, surgiram por contingências econômicas e se espraiaram pelo interior e deste para a capital mercê de situações sociopolíticas vulneradoras da personalidade humana e, enfraquecendo-a, conduziram-na aceleradamente para o sistema.

A HISTÓRIA DO COLONIALISMO

Etimologicamente, a palavra colonialismo tem origem no latim *colo, colu, colum colere*, significando "habitar", "cultivar", "utilizar", e do grego *kol anaxia* – "separação" – e – "vida nova". Dessas expressões duplas e de duplo sentido, nasceu a palavra colonialismo como sistema de conduta dos grandes Estados que, em todos os tempos e em todas as eras, têm buscado a dominação dos povos mais fracos, sob pretextos os mais variáveis e variados, ora ampliando fronteiras, ora ambicionando riquezas naturais. Isso tem acontecido em todos os períodos históricos. Na verdade, o colonialismo nada mais é que o resultado de uma orientação política tendente a montar uma estrutura dominial por meio dos tipos mais diversos a posse de comunidades sem desenvolvimento e sem capacidade de resistência, ou mesmo com enormes potencialidades econômicas.

Praticado o sistema na antiguidade clássica, quando assírios, babilônios, egípcios, persas e medo-persas encetaram guerras visando a aquisição de novos territórios, o processo tem sido alavanca propulsora de grandes investidas, criando um modo de atividade política nociva, na subjugação de povos em fase embrionária, pondo-os à mercê dos instrumentos que foram surgindo para a satisfação dos interesses dos Estados poderosos que se têm valido dos meios e pretextos mais escusos para a obtenção

de seus propósitos de enriquecimento financeiro e finalidades dominiais. Há exemplos clássicos dessa atividade.

O Império Romano, ao se ver ameaçado por Cartago que lhe causava dano à supremacia marítima e comercial, produziu as guerras púnicas combatendo Aníbal, Asdrúbal e Amílcar sucessivamente, até a destruição total da rival. Expandiu suas fronteiras até o Danúbio, ali implantando seu conceito civilizatório. Dominou as Gálias e Espanha e firmou sua supremacia. Na realidade, a ação romana era o processo para firmar o predomínio dos mares e interesse mercantil, tendo em vista que Cartago expandia suas fronteiras de modo a prejudicar a influência imperial. Já nessa época distante a roda do tempo principiava a girar na formação estrutural do princípio econômico expansionista prosperava e a vitória sobre Cartago deu a Roma o completo êxito de seu poder, que permaneceu por dezenas de séculos, mediante a ocupação de quantos pretenderam enfrentá-la. Em outros casos, a submissão fazia-se por acordos políticos – a chamada *pax romana* – por meio dos tratados *amicitia* ou, quando não, pela sumária absorção e transformação em províncias ou simples colônias.

Após a incorporação dos territórios visados, mais vizinhos, Roma estendeu suas ambições para a Gália e até mesmo às Ilhas Britânicas, e a Hispânica. Na Europa Oriental cresceu até alcançar o Danúbio, ali plantando a civilização latina e que permanece até hoje. Incorporou as terras gregas e ocupou a Mesopotâmia e Egito. Tal expansão encontrou seguidores e o processo tem tido discípulos até o início do 4.º século, quando o mundo romano se estendia sobre toda a Europa, a oeste e ao sul do Reno e Danúbio, toda a África Mediterrânea, constituindo uma unidade política e econômica, além de espiritual, depois do triunfo do cristianismo. Assentou o princípio da unidade da civilização, tendo por base a cultura helênica adotada.

Essa *orbis romanum*, na observação de Pierre François Ganshof, recebeu diferenças profundas: o grego era a língua da alta cultura social do Oriente e o latim no Ocidente. O clima religioso não era

o mesmo, pois o espírito filosófico grego dava ao Oriente o nascimento das concepções cristãs, não sucedendo o mesmo no Ocidente. A autoridade universalmente reconhecida do direito humano não impedia os sistemas jurídicos próprios de certas regiões e, como de forma semelhante, a estrutura social e a vida econômica não eram as mesmas. Mas, apesar disso, o império subsistia e assegurava sua unidade, fincando os marcos de sua civilização. Mantinha sua força unitária a respeito das tradições locais, tanto nas Ilhas Britânicas onde estavam alicerçadas as concepções druídicas, como nos territórios judaicos, cujas regras religiosas eram rigorosamente observadas nos cultos celebrados em Jerusalém.

Além das fronteiras romanas havia o mundo bárbaro, composto de germanos setentrionais fixados na Escandinávia e Mar Báltico, constituindo a civilização viking, assim como os germanos orientais multiplicavam-se em visigodos, ostrogodos, vândalos, lombardos, do Don e dos Cárpatos ao Danúbio. Quanto aos germanos ocidentais, agrupavam-se nos anglo-saxões, frísios, francos, bávaros, suébios, turíngios, ocupando o espaço entre a Jutlandia, Elba, Bohemia, Danúbio, Reno e o Mar do Norte, todos com seus critérios e costumes regionais, instituições religiosas, políticas e sociais.

Ao lado dos germanos de todos os tipos, havia ainda a presença de outros povos bárbaros afastados do império: os iranianos pastores, os álamos do norte do Cáucaso, os iranianos da Pérsia, vivendo em uma faixa especial própria, que ia do Tigre e Eufrates ao Afeganistão, governados pela dinastia dos Sessenidas, grandes inimigos de Roma, criando rivalidades políticas na hegemonia sobre a Armênia cristã, fora a hostilidade religiosa nascida entre as doutrinas apóstata e o Magdeísmo, de caráter dualista. Entre eles os Hunos, de origem turca, cavaleiros nômades vivendo de ataques, invasões e saques. Com aqueles povos os romanos mantinham relações ora guerreiras, ora pacíficas, em particular com os germanos, que serviam seus exércitos como mercenários, bem como com os helvécios, que também compu-

nham as forças mediante pagamento, relações que eram mantidas devido à lealdade que demonstravam a quem os contratava.

O quadro foi modificado pela degradação imperial, tendo como conseqüência imediata o enfraquecimento paulatino de seu poder e essa fraqueza possibilitou a invasão do território romano pelos bárbaros, a partir do 5.º século, ensejando a instalação de tribos em várias regiões: os visigodos no sudoeste das Gálias e a seguir na Espanha, enquanto os suébios no oeste desta última, assim como os burgundios no sudeste gaulês, os ostrogodos na Itália, os vândalos na África. Tais fatos alteraram e afetaram profundamente a estrutura até então vigente, além de acelerar o processo de dissolução do até então poderoso Império Romano.

Com a queda do Império Romano do Ocidente, elaborou-se o mundo daquela época e o declínio na Idade Média, disso resultante, veio propiciar a ruptura das instituições implantadas. Fragmentou-se o grande Estado e a penetração bárbara se fez sentir, alcançando as portas de Roma, aonde chegaram os Hunos comandados por Átila. Surgiram novas pessoas jurídicas e a península itálica permitiu o nascimento de pequenas Cidades-Estados, com isso criando o feudalismo que, mesmo assim, não pôs cobro às ambições territoriais. A essa altura dos tempos, uma nova força veio consolidar o poder temporal com a Igreja Católica, cujos papas determinaram prestígio e dominação material, notadamente com Júlio II.

O Papado assumiu papel relevante nessa fase escura que foi a Idade Média, influindo fortemente na vida política, social e econômica das Cidades-Estados, que se submetiam ora por acordos, ora pela pressão militar, eis que os papas dispunham de exércitos mercenários. Até então, desde sua origem, a Igreja era dedicada exclusivamente ao campo puramente espiritual, mas depois, pelas circunstâncias, viu-se constrangida a abandonar sua esfera de ação, na busca pelo aperfeiçoamento do homem, passou a receber o influxo de novas idéias, dispondo-se a impor sua autoridade sobre os príncipes e barões que dominavam as diversas

regiões. Para isso alguns papas, imbuídos do conceito de alargamento de sua esfera de influência, desenvolveram vasta atividade militar em verdadeiras guerras de conquista, ora submetendo pela força novas áreas que eram anexadas de logo ao Papado, ora mediante tratados de paz forçada, ora por meios escusos, pondo à margem sua função religiosa.

Assim, tornou-se grande potência sobre reis e imperadores, desde as cidades italianas, Alemanha e França, além de Portugal e Espanha, especialmente esta última, que se lançavam a investidas marítimas, almejando a implantação de colônias e colheita de riquezas nos mundos inexplorados, como aconteceu no continente americano do sul.

A história se repete na roda dos tempos e esta não pára de girar. O Império Romano, após muitos séculos de dominação, perdeu sua atividade conquistadora e prestígio e nem sequer conservou o que havia implantado pelos meios pertinentes à época, meios esses que muito depois ressurgiram com intensidade sob novos aspectos, substituídos pelos Estados que surgiram após sua derrocada. Dividido em dois Impérios, do Ocidente e Oriente, pouco durou. No entanto, inobstante a perda do prestígio, ele manteve a unidade espiritual e, percebendo a realidade, antecipou-se aos movimentos libertários que se organizavam em suas possessões, antes que explodissem as lutas pela independência, ora reconhecendo de imediato as reivindicações nacionais, atribuindo-lhes qualidade soberana, ora marcando prazo para a emancipação plena. O resultado dessa habilidade política vê-se na presença de processo semelhante ocorrido séculos depois com o Império Britânico, ao conceder a liberdade aos semi-Estados que compunham sua comunidade, convertendo-os em membros sob a égide simbólica da Coroa, que se tornou o pólo aglutinador.

Devido a ocorrências internas, o conjunto imperial romano aos poucos foi sentindo gradual enfraquecimento, o processo debilitador, e dele restou, tão-só, a presença das Cidades-Estados peninsulares, pois que as demais regiões que lhe compunham a

estrutura foram adquirindo soberania política. As lutas emancipadoras circunscreveram-se ao continente europeu, sendo que as demais províncias formaram novos Estados, sem que Roma esboçasse nenhuma reação. Mesmo Portugal e Espanha, após a ocupação árabe que se estabeleceu, não tiveram a participação do extinto império, o que se consumou graças a Isabel de Castela e Fernando de Aragão.

O panorama modificou-se. Portugal toma foros de grande potência e dá início à sua atividade colonizadora, tendo por base a expansão marítima com seus navegadores, com Fernão de Magalhães atingindo as Índias Ocidentais e descobrindo a passagem do oceano Atlântico para o Pacífico com o estreito que tem o seu nome. E dali, no que tange ao continente sul-americano, o que havia sido concluído pelo Tratado de Tordesilhas, sob os auspícios do Papado entre Portugal e Espanha, tratado em conseqüência de supostas imperfeições com a delimitação das áreas por uma linha imaginária de meridiano.

Não houve titubeio e os exploradores lusitanos avançaram terra adentro, ultrapassando os limites traçados, em todas as direções, abrangendo os quadrantes. Em verdade, conquistou terras nominalmente pertencentes aos espanhóis sem nenhuma resistência e fincaram a bandeira portuguesa alargando seu território. Não satisfeito, Portugal penetrou no continente asiático, ocupando Molucas, Gôa, Macau, marcas de seu colonialismo, assim como na África, instalando-se em Ceuta, Tanger, Mazagar, Angola, Cabo Verde, mesmo depois do desastre de Alcácer Kibir em 1528.

No Atlântico Sul, com a descoberta do Brasil e o subseqüente avanço nas áreas espanholas, a partir da fundação de Salvador, na Bahia, em 1549, instalou aí o primeiro governo geral. Em 1555, um grupo de aventureiros franceses, chefiados por Villegaignon, sediou-se no Rio de Janeiro, ali permanecendo durante cinco anos, até sua expulsão por Estácio de Sá e seus índios tamoios. Outra penetração francesa no Maranhão, fundando São Luís, não prosperou e os portugueses voltaram a dominar. Seus capitães

subiram o Oiapoc, penetraram no Amazonas, foram ao rio Madeira, rio Negro e rio Branco, atingindo a povoação de Arinda que já pertencera aos holandeses.

O poderio internacional dos Estados funciona em círculos concêntricos que se movimentam no curso dos eventos históricos. Basta atentar para as mutações que os tempos apresentam desde a antiguidade, acompanhando o ciclo da vida humana. Os povos nascem, progridem, crescem e por fim vão envelhecendo aos poucos e finalmente retornam ao estado anterior de pauperismo vital. Cada um tem sua vez na realização de seus sonhos ambiciosos e segue o caminhar dos milênios. Vamos a trajetória do Egito, Roma, Pérsia, Macedônia nessa escalada. Há bem pouco, o Império Britânico, a Rússia Imperial, França de Napoleão, Espanha dos reis católicos e assim por diante. O que resta deles? Apenas a memória das glórias passadas. Esses Estados dominaram em períodos distintos, acrescentando facetas peculiares de suas instituições políticas e do seu poder temporal. Nenhum deles permaneceu incólume ao decorrer das eras e os que caíram foram de logo substituídos pelos vencedores.

Cessado o predomínio, surgiram outros povos mais audaciosos. Portugal foi um exemplo desse fato. País pequeno, de pouca extensão territorial, era possuidor de coragem e visão política extraordinárias. Fez da navegação a mola mestra de sua investida na direção do futuro almejado e partiu no rumo dos mares desconhecidos e logo logo agigantou-se. Seus navegadores descobriram novas terras e forjaram com a descoberta o predomínio marítimo, ocupando e incorporando vastos territórios e populações. Seus homens de estudo vislumbraram novas possibilidades além-mar e penetraram em campos até então desconhecidos. Pedro Cão, Vasco da Gama, Cabral, Fernão de Magalhães e outros mais enfrentaram e dominaram espaços enormes. Não se limitaram os lusitanos à ocupação das faixas litorâneas e, mercê da ousadia e tino de seus comandantes e pilotos, investiram para o interior, quer na procura do ouro e metais preciosos, quer na captura e escravização dos nativos.

À sua vez, a Espanha, que havia adquirido a maior parte das rotas marítimas em acirrada competição com a Lusitânia, usou sua poderosa armada para investir contra o Império Otomano no Mediterrâneo, Egeu e Adriático. Sua maior projeção, porém, foi no continente americano, quando conquistou toda a extensão do México à Bacia do Prata com as atividades militares de Fernão Cortez e Francisco Pizarro. A seguir, fundou vice-reinados, com a finalidade de, escravizando os indígenas, explorar suas riquezas.

O mapa do domínio hispânico mostra a abrangência do êxito, compreendendo a América Central, parte das Antilhas, Peru, Bolívia, Chile, Equador, Colômbia, Venezuela, Argentina, Paraguai, Província Cisplatina. Seu imperialismo colonialista inspirava-se unicamente na colheita de bens materiais, em atividade incessante para fornecer recursos ao tesouro espanhol. Nesse afã, destruiu civilizações de alto valor, como os Maias, os Astecas no México e o Incaico, no Peru, civilizações que ainda hoje apresentam traços eloqüentes de sua cultura.

Portugal e Espanha dilargaram seus territórios em um mundo até então aberto à posse pela descoberta. Essa penetração não ficou adstrita aqui. Desdobrou-se para a África e Ásia, com uma dimensionalidade que somente a presença de uma vastidão imensa, erma, poderia ensejar. Foram eles os grandes navegadores e exploradores que implantaram suas bandeiras, abrindo caminho para outros Estados, também imperialistas que em época mais recente seguiram a mesma meta.

Nos continentes que foram sujeitos ao processo colonizador, o sistema era de maneira igual. Na África, a força armada foi o instrumento para esse fim, combatendo e aniquilando a resistência das tribos para a consolidação do poder dominial. Nesse passo, os países imperialistas – Inglaterra, França, Alemanha, Portugal – igualaram-se na forma de adquirir novas áreas, impondo soberanias sobre povos desamparados. Somente após a Primeira Guerra Mundial foi que se modificou o quadro, com a criação pela Liga das Nações dos Protetorados e regimes de tutela. Mas

a execução dessas inovações coube às grandes potências, as mesmas que já administravam as ex-colônias. Muito mais tarde o surto libertário dessas regiões teve seu curso somente após a Segunda Guerra Mundial, com o nascimento de novos Estados na África, Ásia e América Central e em uma parte da América do Sul – as ex-Guianas Holandesa, Francesa e Inglesa.

Na África, nos dois séculos anteriores, imigrantes holandeses instalaram-se no sul e seus descendentes, os boers, criaram dois Estados, Transvaal e Orange, que se desenvolveram e progrediram até sua absorção pelo Império Britânico. A causa dessa incorporação, feita em lutas homéricas, foi a descoberta das minas de diamantes, com isso extinguindo a vida política daqueles Estados. Não obstante a incorporação, os boers deixaram um lastro cultural importante, respeitando a estrutura social nativa. Nem sempre foi assim e a igualdade racial entre negros e brancos foi acontecer já no fim do século 20.

O grande problema africano sempre residiu nos temperamentos tribais, pois a diversidade lingüística impedia a união desses povos ainda primitivos nas suas concepções totêmicas e de tabus, que eram o cerne de sua organização comunitária. Em razão disso, a multiplicidade tribal deu margem a que os Estados colonialistas se apossassem dos territórios sem dificuldade. Sem união, as tribos foram sendo dominadas facilmente e seus habitantes vendidos como escravos para as plantações de algodão, tabaco e açúcar nas Américas, em especial na do Norte.

O processo colonizador firmou-se em conseqüência de vários fatores que lhe deram alicerce: o elemento humano, branco, preponderante, o territorial, objeto direto da ação colonizadora, o relacionamento, importante na imposição da autoridade com a submissão dos nativos, o interesse, como catalisador aglutinante da operação e finalmente o subjetivo, como conceito civilizador que jamais foi praticado, por ser mais válido manter os nativos na suma ignorância de seus direitos.

Cada um desses elementos determinava a conduta a ser seguida e os colonizadores não vacilavam na aplicação de seus poderes absolutos. O alvo era atingir a colheita mais promissora dos recursos naturais – terra, minérios, metais preciosos, escravização, negócios –, sem a menor preocupação quanto ao critério a ser estabelecido quanto ao quadro administrativo capaz de elevar o padrão até então existente, em benefício da população local. Nada disso era feito e apenas e cada vez mais as riquezas eram exploradas e canalizadas para o Estado.

Tais fatores integraram todos os movimentos de colonização imposta, sob a face espúria de melhorias na região e sem que os autodenominados colonizadores despendessem o mais mínimo esforço no sentido de criar condições condizentes com as necessidades da população, que não dispunha de capacidade de resistência. Tudo se resumia nos aspectos econômicos e geofísicos, abrangendo a ocupação, exploração e instalação do poder imposto e implantação da autoridade soberana, para administrar segundo seu critério. Não havia interesse em proporcionar educação e ambiente saudável. Aqueles elementos tinham uma dupla função: demonstração de força ante os demais Estados e expor a deliberação exploratícia da área ocupada, preponderando como conseqüência do direito possessório.

A movimentação do Estado no rumo colonialista sempre funcionou na razão direta do problema demográfico. Essa deficiência de motivação racional, no entanto, permitiu que o pretexto funcionasse a título de exportação do excesso populacional e esse argumento não foi cogitado nas primeiras investidas e somente nos últimos séculos, a partir do 18.º, foi que serviu de explicação para os avanços territoriais. Na essência, o fundamento era simplesmente a ambição territorial com suas facetas de exploração e domínio. Depois da conquista, vinham os pregadores religiosos na busca de novos crentes e com isso firmavam o objetivo estatal, acobertando o interesse econômico sempre presente.

A observação dos eventos mostra que a colonização nada mais é que a vocação de certos povos, nascida do progresso material, social, econômico, militar, financeiro, fazendo surgir a necessidade de penetrar em outras terras consideradas aptas a receber a penetração alienígena. É uma espécie de exigência orgânica que impele Estados a essa atividade constrangedora de conquista como observa José Maria Cordeiro: "a história contemporânea consagra como experimentados nesse campo os povos britânico, francês, holandês, português, belga, espanhol, italiano, norueguês e norte-americano, salientando que desses colonizadores apenas restam os Estados Unidos da América sob a face da economia, conseqüente ao seu desenvolvimento e progresso". Aliás, convém salientar que tal desenvolvimento deveu-se à imigração oriunda de outros povos, premidos pela falta de espaço para as comunidades superpovoadas. Exemplo de fato é a Itália, que exportou milhões de seus nacionais para descongestionar seu território. Ou ainda por motivos geopolíticos, como a emigração judaica da Alemanha, fugindo ao horror da perseguição nazista, ou então por fatores tipicamente idealistas envoltos na busca de novas áreas. Estes últimos agiram dessa maneira e após o êxito, enveredaram na exploração humana e das riquezas.

A Inglaterra, até o século 19, saiu de sua ilha e conquistou pela bravura de seus militares grande parte da África, Ásia, Oceania, Índia, dando nascimento a um império, anunciado em 1880. Depois, instalou vice-reinados em algumas de suas possessões até 1929, quando modificou seu quadro em conseqüência de prenúncio dos sentimentos nacionalistas e montou a estrutura da Comunidade Britânica de Nações. Assim agiu para não perder de uma vez sua hegemonia e, não obstante isso, ficou a ser apenas a ilha original, além da Escócia e Irlanda do Norte, também com impulsos libertários. O que vem demonstrar que os Estados, não obstante suas ações dominadoras, perdem a força e importância através dos tempos, em um movimento cíclico irrecuperável e constante.

Portugal, à sua vez, penetrou nos mares, descobriu terras, fundou colônias, ampliou seu território peninsular ultramarino com os discípulos de D. Henrique de Coimbra, fundador da Escola de Sagres e, depois de um passado glorioso, retornou à área original, ligado às antigas possessões apenas pela língua, que é a mantenedora da união com a terra-mãe. A virtude lusitana foi compreender que devia mesclar-se com a população indígena e a miscigenação permitiu a conservação dos laços políticos, fomentando entrelaçamento étnico que lhe permitiu manter a estabilidade cultural e social.

De seu lado, a Espanha também firmou seu domínio na América Latina desde a viagem de Cristóvão Colombo, no México com Hernan Cortez e manteve a presença castelhana até a segunda metade do século 19. No Peru, Francisco Pizarro destruiu a civilização incaica, arrecadou a riqueza real. Depois, o Império Espanhol fixou-se no Paraguai e América Central, somente se extinguindo com as guerras libertadoras de Bolívar, Sucre, *O' Higgins* e outros líderes que sonhavam com a independência de suas pátrias. Mas deixou uma herança cultural, social e lingüística que se tem perpetuado. Os Vice-Reinados do Peru e do Prata desapareceram, mas o laço idiomático permaneceu. Verdade que civilizações magníficas foram extintas, como a dos Maias e Incas pela ação devastadora dos castelhanos, deixando, contudo, permanecerem as tradições e a cultura indígenas.

A colonização tem vários aspectos, na dependência dos objetivos dos seus aplicadores: ou é o exercício amplo do direito do mais forte, o que sempre sucede nas regiões primitivas, ou então com o propósito de auferir maiores lucros na empreitada, sob a capa de tutela e assistência jamais praticadas. A verdadeira meta sempre foi a de dilargar os horizontes materiais e políticos. Basta atentar para o fato de que, após a Liga das Nações, pouquíssimas regiões tiveram crescimento em conseqüência do sistema tutelar, o que somente ocorreu na África do Sul e Austrália. Na Índia, a libertação foi obtida pelo movimento pacifista de Ghandi. Sistema

colonizador só tem um escopo: explorar desumanamente as terras ocupadas e seus habitantes, subjugando os nativos com a imposição de uma forma de vida conflitante com as tradições locais. Quando os habitantes se revoltam para a recuperação de sua estrutura ancestral, a repressão é violenta e sem meias medidas. Exemplo dessa situação foi a África do Sul, enfrentando o problema racista entre os brancos dominadores e a grande maioria negra e que mesmo assim permaneceu sob o tacão preponderante por muito tempo. No entanto, a Rodésia, que também fora colônia britânica, teve ensejo de coexistir pacificamente com as duas raças, sem grandes inquietações.

Nenhum Estado colonizador teve a preocupação de exercitar uma política colonial eficiente. Nenhum visou proceder de modo a proporcionar benefícios às populações. Nenhum teve sequer a idéia de promover o levantamento gradual ou progressivo da grande massa humana. Ao invés, quanto mais forte o domínio, mais o colonizador se investia de autoritarismo. Nunca houve interesse em elevar o nível cultural nos moldes ocidentais. Nada se fez nesse sentido por largo espaço de tempo. O rótulo era a expressão costumeira, utilizada para significar a forma de atividade a ser desenvolvida, sem que houvesse a intenção de trazer para o nosso conceito civilizatório os povos submetidos. Tal procedimento não tinha a feição de política colonial e, sob o guante de regras econômicas, exploratícias ou religiosas, assentava-se um *modus vivendi* baseado na vontade do Estado.

Nos continentes sujeitos à colonização – Ásia, África, Oceania, América Central e do Sul – a penetração se fez por circunstâncias as mais diversas, em especial pelo princípio da descoberta. A Europa, dividida entre as grandes potências da época, empobrecida pelas constantes guerras, buscava uma válvula de escape para seus problemas internos e, desejosa de ambições territoriais, incentivou seus navegadores para uma ação ampliadora e se lançaram eles na aventura marítima. Não era suficiente a soberania material e outro fator veio ajudar o colonizador na sua ação pre-

datória: a religião, notadamente a protestante dos missionários britânicos e americanos, que lutavam entre si para o aumento de seus rebanhos de neófitos, desprezando os sentimentos espirituais dos nativos, baseados no totemismo.

Essa feição foi muito importante na África e Ásia, onde as crenças naturais governavam as populações. Os deuses africanos sempre viveram nas tribos e orientavam o comportamento social. Cada grupo étnico tinha sua origem em determinada crença e, pela diversidade de temperamentos, tornava-se difícil compreender o animismo fetichista dos negros. E vale notar que esse fetichismo veio ressurgir com muita força entre os escravos trazidos para as Américas. Na América do Norte, na América Central, no Brasil, tais crenças tiveram curso e ainda hoje se mantêm em franca evolução e respeito. É que é muito difícil expungir da alma as regras que nortearam a vida das comunidades negras, com suas raízes, seus princípios religiosos. Mesmo agora quando surge o neocolonialismo como outra atividade estatal, é preciso compreender que a luta contra ele não tem por finalidade a exclusão do capital alienígena – nova forma colonizadora –, mas tem o objetivo de obstar que a força financeira das nações desenvolvidas seja utilizada de modo a empobrecer as que estão em fase de desenvolvimento.

O colonialismo clássico pereceu neste século e em seu lugar surgiu sua outra versão, o neocolonialismo, decorrente do surto de independência das possessões ocupadas por vários Estados. É que as novas nações, desprovidas de recursos financeiros para a melhoria de suas condições sociopolíticas, necessitavam de atendimento financeiro para a execução de seus projetos e inevitavelmente caíam nas mãos dos antigos dirigentes, que dessa maneira continuaram a exercer o predomínio sobre os novos Estados. O neocolonialismo nada mais é que a última fase do colonialismo e o caminho para o fortalecimento do imperialismo, que é sua conseqüência. É o mais perigoso dos estágios, pois apresenta uma feição hipócrita de colaboração para o desenvolvi-

mento, quando na verdade exprime a subjugação de coletividades premidas por naturais deficiências.

O colonialismo tradicional não está abolido e apenas tomou nova fisionomia. Como observa Nkrumah, a essência do neocolonialismo é de que o Estado que a ele está sujeito é, teoricamente, independente e tem todos os adornos exteriores da soberania internacional. Na realidade, seu sistema econômico e portanto seu sistema político é dirigido do exterior. Os métodos e a forma de direção podem tomar vários aspectos. Mais comumente, o controle neocolonialista é exercido por meios econômicos ou monetários. Onde o neocolonialismo existe, o Estado que exerce o controle é de maneira geral a potência que anteriormente dirigia o território. Em outros casos, esse poder transfere-se para mais forte, como por exemplo o Vietnã do Sul, antes ocupado pela França e após substituído pelos Estados Unidos.

O resultado do sistema atualizado do colonialismo é que o capital estrangeiro é utilizado para a exploração, ao invés de sê-lo para o desenvolvimento da região, assim como saúde e educação, sempre negligenciadas. O investimento aumenta em lugar de diminuir a brecha entre as nações ricas e as pobres. A luta contra o neocolonialismo, como hoje é praticado, não visa a exclusão do capital alienígena, mas sim obstaculizar que a força financeira dos Estados enriquecidos, à custa alheia, seja usada de maneira a empobrecer ainda mais os subdesenvolvidos.

A verdade insofismável é que um Estado recém-criado, e que cai no guante do neocolonialismo, não é senhor do seu próprio destino e esse ponto torna difícil manter a estabilidade mundial. Não se cuida de confronto entre as duas situações políticas, mas sim de estabelecer uma nova mentalidade que congemine os objetivos que deveriam existir: o Estado poderosamente rico colaborar e se esforçar para auxiliar o novo Estado a crescer e avançar na estrada do desenvolvimento. Mas isso jamais sucedeu e os meios coercitivos tomaram novas feições, surgindo como por meio de pressões econômicas, políticas, financeiras e até mesmo pelo emprego de força armada, como aconteceu com Granada.

Não há negar que o neocolonialismo, como já se disse, é a pior forma de imperialismo, assunto a ser apreciado posteriormente. Mas convém não esquecer que o colonialismo e seus sucedâneos são tentativas de exportar os conflitos sociais nas nações colonizadoras como forma não só de expandir-se ante aos demais Estados, como solucionar dificuldades internas. Outras vezes o procedimento decorre da vontade de restaurar glórias passadas e o exemplo disso está na Itália de Mussolini, ao invadir a Abissínia para a criação do novo Império Italiano. Tudo conseqüência de ambições de todo tipo.

As duas facetas originais – colonialismo e neocolonialismo – então estreitamente ligadas ao imperialismo que hoje assume novas modalidades e que somente serão extirpadas mediante a compreensão de que os Estados devem auxiliar-se mutuamente, sem outro interesse que não seja o simples fato de uma colaboração honesta, criteriosa, sem outro propósito. Parece utópica a pretensão, mas há de confiar na evolução do pensamento político dos Estados e crer, com afinco, na concretização dessa possibilidade.

A ESCRAVIDÃO NO AMAZONAS

O homem, escravo de outro homem por destinação imposta em outras eras, viveu e existiu em nossa região como objeto suscetível de ser transacionado, ao sabor da vontade arbitrária do dono e senhor, que dispunha livremente de seu corpo e destino sem entraves ou percalços.

Certo que outras espécies de escravidão permanecem como substitutas tradicionais, talvez mais alarmantes, especialmente a ideológica, que põe antolhos na visão política do indivíduo, disciplinando-lhe a mente em sentido verdadeiramente mensurado. Como também a escravidão econômica, perceptível, que o tange a estados miseráveis de penúria inomináveis, sujeitando-o e submetendo-o a algemas financeiras, fundindo-se no aguilhoamento a uma ambição sempre insatisfeita.

Ainda, em um relance sociológico, a modalidade escravagista da fome, sob todos os aspectos e sentidos, gerando cessões e concessões físicas e anímicas, morais e sociais, que alteram o equilíbrio ético da sociedade. Dela resulta a prostituição generalizada, notadamente nas mais carentes.

Porque a escravidão, como sistema, não é e nem contém uma só fisionomia, mas sim múltipla, derivadas todas do instinto humano em alcançar lucros por todos os meios, sem limitações, quer as materiais – resultados latifundiários, financeiros, econômicos

mediante enorme gama de apresentações –, quer as do espírito, traduzidas no predomínio de uma idéia orientada no predomínio de uma ordem política, na implantação de um modo único de ser e ver, não encarando escolhos para a consecução da meta visada.

Delas, a mais perniciosa e mais deliqüescente é a derradeira, dado que subjuga o espírito e o cérebro, tornados dóceis instrumentos do pensamento político exposto, propiciando entusiasmos e fanatismos malsãos, nada mais vislumbrando senão aquilo a que passou a crer como razão fundamental de suas vidas e esperanças, sob pretexto de implantação universal do que considera justo e correto, esquecidos de que a beleza do pensamento está em se ser livre, na aceitação de que a consciência dessa convicção resulta do trabalho da mente, e não de entusiasmos de oratória.

Tempos houve em que a crença religiosa em uma teologia predominantemente comunitária em suas origens e depois utilizada com finalidades individuais – no sentido de imposição de uma determinada religião – foi a tônica dominante e seus seguidores –, cristãos, católicos, protestantes, muçulmanos, budistas, em suas variadas exteriorizações deístas – tudo envidavam para a fixação do reino espiritual que consideravam o único como verdadeiro. Essa etapa foi vencida a duras penas, mercê de inúmeras asperezas de tratamento, e quando se julgou extinta a paixão oriunda desse extremismo religioso, ele ressurgiu com violência nos últimos anos em todos os quadrantes, gerando conflitos holocaustianos intermináveis. O fato é contristador, assistido pela humanidade consciente como ressurreição dos temperamentos extremados dos que se dizem líderes religiosos. É um animismo quase fetichista, com uma incondicionalidade que se torna dia a dia mais acentuada, na disputa pela supremacia de uma determinada interpretação casuísta dos dogmas anunciados.

Aqui no Amazonas ocorreu também o fenômeno da intransigência em certo período relativamente recente de nossa história, produzindo clima chocante, dado o temperamento pacífico da população. Evento raro, mas que deixou marco.

Por outro lado, o princípio teológico tem enfrentado e sido enfrentado pelo deísmo político em sua concepção ateísta de que a religião é o ópio do povo. Não há entrechoques gritantes entre as diversificações de fé, pois uma exprime crença na presença imutável de Deus, entidade abstrata criadora do mundo e das coisas e em cuja existência sua aceitação traduz a confiança em uma vida ulterior e na salvação da alma, enquanto a outra converte sua adoração em genuflexão perene ao Estado, transformado assim de uma feição jurídico-política em instituição divina. Não mais se cultua Deus como espírito superior a orientar e dirigir o comportamento humano e das sociedades, e sim o Estado como distribuidor de messes.

No extremo das idéias conflitantes, retorna-se ao passado e as lutas pela religião – as cruzadas, as guerras dos Trinta Anos, a matança entre católicos e huguenotes, os protestantes da França do século 14; na Alemanha, na Inglaterra – acendram-se em nossa época apesar de reduzidos proporcionalmente, mas constantes em sua explosão e de certa maneira pior, pois ao lado da religião põe-se a atividade política arraigada como fator de desagregação. O princípio fanático assumiu a posição de arma atuante para o êxito de um ponto de vista a ser alcançado. Muçulmanos xiitas, talibãs e outros mais, os radicais israelitas, os partidários dos aiatolás, engalfinam-se diariamente, cada facção defendendo pela violência a justeza de suas convicções, esquecidos de que Deus é único e um só, amparando todas as divergências religiosas para purificá-las em seu espírito.

Deus, destarte, passa a ser instrumento para a concretização de credos particulares, em desvirtuamento completo do bem causador do conforto espiritual, no mal contido na objetivação de tudo quanto é feito em seu nome. Abstrai-se por inteiro a essência da fé, qualquer que seja a sua origem e se busca a materialização de conceitos que assumem o rosto de regras religiosas.

De outra parte, o Estado, nascido para proporcionar o bem-estar social, é alçado ou por si mesmo se alça à categoria de divin-

dade e faz do homem mero instrumento para a consecução dos fins planejados. O que resta, então, é distribuído entre os participantes de sua entourage, em desvirtuamento integral da razão de ser de sua existência política. A noção de que o Estado surgiu para servir à sua coletividade perde vez para a nova regra de que ela passa a servi-lo cegamente, proporcionando-lhe grandeza perante os demais.

Em todas essas manifestações, como nas demais, há sempre o propósito escravagista a buscar o domínio da mente, da alma ou do corpo, aprisionando-os no enfeixamento dos interesses pessoais, motivo primacial de tudo quanto se contém na escravidão humana.

O presente estudo exterioriza a realidade dos aspectos salientados, uns desenvolvidos pela lógica das eras, outros materialmente documentados, além de alguns acontecidos e cuja presença historicamente correta está na memória dos que viveram os eventos e as épocas.

O que se almeja demonstrar é a certeza de que o escravagismo não em fronteiras nem limites, sendo resultado das contingências do próprio homem, sempre sedento de ganhos, materiais ou ideológicos, sempre tendo, em suas manifestações, como idéia central, o sentido do lucro financeiro, econômico ou político.

Daí porque o trabalho aborda os temas da escravidão negra, a escravidão dos seringais, a escravidão pelo sexo, a escravidão da cidade grande e a escravidão ideológica.

Inegável é que o ambiente amazônico no século 19 e mesmo no 20, em seus primórdios e até mais tarde, deu margem a uma contemporização no tratamento dispensado ao ser humano, primeiro ao escravo índio ou negro e, *a posteriori*, aos que foram tangidos a esse estado negativo, conseqüente de reflexos profundamente inumanos que sempre dirigiram e nortearam os senhores das terras, verdadeiros barões feudais com direito ao baraço e cutelo no comportamento exploratício. Depois dos indígenas e dos negros e também na conjunção de ambos, a exploração se transferiu no trato seringueiro, tornado escravo por circunstâncias de miséria social e que nem sequer oferece peculiaridade particular, pois o

homem está sempre escravizado a alguém ou a alguma coisa – alguém, pessoas, bens ou idéias. Liberdade, como expressão de ser no tempo e no espaço, só existe no interior de cada um e bem poucas vezes suas ideações podem ser transmitidas às comunidades, para que delas audiram resultados ponderáveis.

Por isso, é de se estranhar ainda se aprecie e se estude o tema, mesmo que algumas manifestações escravagistas constituam fatos recentes – recenticidade em termos temporais –, como quando os proprietários de seringais usavam e abusavam de seus trabalhadores vindos de outras terras, em um sistema de vida pouco condizente com as literárias enunciações líricas sobre a liberdade, cujas restrições, ou melhor dizendo, suas distorções, foram praticadas na bacia amazônica, em verdadeira escravidão humana.

A ESCRAVIDÃO NEGRA

As feições escravagistas eram encaradas como válidas até o século 19, expressões reconhecidas de sujeição praticadas livremente e com um certo teor de ingenuidade no tratar o escravo quando ele se aclimatava no ambiente familiar com o carinho e desvelo dispensados às crianças e cujas características pessoais o qualificavam valorativamente para mais ou para menos, segundo qualidades e fatores próprios que o habilitavam à obtenção de melhor preço.

Nesse sentido a escravidão negra existiu no Amazonas, quase sem ser percebida pela coletividade e hoje até que parece um desacerto falar no assunto. Mas os escravos aqui viveram e mourejaram, tanto na capital como no interior, e traços eloqüentes dessa servidão imposta existem nas comarcas mais antigas do Estado e que conservam o rosto doloroso da sujeição humana e muitos dos aspectos subumanos da época estão contidos em documentos impressionantes a respeito. A pesquisa nada mais fez que aclarar a matéria.

O escravo nada mais era que o *instrumentum vocale* dos romanos, uma simples coisa que somente servia para o desfrute de seus donos, tanto homens como mulheres, estas, muitas vezes, servindo de pasto nos dormitórios dos senhores. O quadro é muito bem retratado por Gilberto Freyre em *Casa-Grande & Senzala* e a isso também não escapou o negro no Amazonas.

Como coisa, era transacionado em documentos tabelionescos e a venda era a forma mais comum de negócio, apesar de outros modos de aquisição de propriedade tenham sido praticados à larga.

A deliciosa linguagem cartorária empregada nessas transações orienta o estudo do assunto e mostra o panorama típico da sociedade existente, pela formulação de termos e detalhes que lhe emprestam um sabor estranho. No cartório do então Termo de Humaitá, pertencente à Comarca de Manicoré, neste Estado, encontram-se testemunhos diretos da presença do escravo no local e lá foram colhidos elementos interessantes, atentatórios dos atos jurídicos relacionados com a pesquisa. Assim é que podemos mencionar e transcrever um deles, relativo à compra e venda de um escravo e dele se vê que:

> No anno de nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de hum mil oitocentos e oitenta aos dezesete dias de fevereiro do mesmo anno, neste lugar Humaythá, Têrmo de Manicoré, na casa de minha residência forão presentes José Gusmão da Silva Amaral como vendedor e como comprador Lucio Antunes Maciel. E logo pelo vendedor José Gusmão da Silva Amaral foi dito que é senhor e possuidor do escravo de nome Victor, mulato, solteiro, vinte e dois annos de idade, natural de Goyaz e residente neste rio Madeira e delle faz venda com todos os seus achaques a Lucio Antunes Maciel pelo preço e quantia de oitocentos mil reis, que recebeu do comprador e como se ache pago e satisfeito, transfere por isso na pessôa do comprador toda a posse, domínio, jus e acção que nelle tinha, para que o logre, possua, goze e desfrute como seu que fica sendo desde hoje e para sempre.

Escritura que se acha lavrada no Livro de Notas n.º 1, da mencionada cidade de Humaitá, a fls. 1-2, das Escripturas de Compra e Venda. E agora o detalhe técnico a mostrar a simples coisa que era o escravo:

> Acha-se o dito escravo matriculado na Provincia do Pará, municipio da Capital, parochia da Sé, com o numero 497 da Matricula Geral e 10 da Relação

e averbado na Meza de Rendas de Manicoré em 10 de fevereiro do corrente. Foi pago à agencia provincial ambulante a siza respectiva, como se vê do bilhete de 17 do corrente, sob n.º 43...

A categoria profissional e as aptidões influíam consideravelmente no preço da venda e se tratava de escravo com capacitações específicas, então o valor era mais alto. Daí porque a escrava "Eliziária, carafusa, de idade de quarenta anos, solteira, aptidão para o trabalho boa lavadeira, pertencente a José Francisco Duarte, foi vendida a Paulo José da Cunha Fiuza, pelo preço de quinhentos mil-réis", conforme escritura lavrada no Livro indicado da referida cidade, a fIs. 9-10, enquanto Irania, "preta de vinte annos de idade, matriculada no Municipio de Mearim, Provincia do Maranhão em 11 de maio de 1872, n.º 84 da Ordem de Matricula e 8 da Relação, averbada", obtinha a alta quantia de um conto de réis (mesmo Livro fls. 12 e verso). À sua vez, Cândida, preta, dezenove anos, devidamente legalizada, era vendida sem vícios e nem achaques por um conto e quinhentos réis.

Até para pagamento de dívidas pessoais o escravo servia como coisa disponível e era utilizado como objeto a ser dado em satisfação de débito contraído. O mesmo Lucio Antunes Maciel, comprador de escravos como o costume da época autorizava, ao fazer testamento em 1882, depois de dizer que

como Christão catholico quer que o seu corpo, tanto que fallecer, seja envolvido em habito de Christo e sepultado em lugar sagrado, que se lhe faça bem á alma conforme o uzo da terra a pessôa de sua qualidade e que se diga por sua alma dez missas com brevidade possível.

Ajuntava que em sendo ele testador devedor de sua irmã Isabel, da quantia de setecentos mil-réis,

lhe deixava a sua escrava Clementina, no valor de um conto e duzentos mil reis, do que será deduzido o pagamento do referido debito, deixando

> para a mesma sua irman os quinhentos mil reis que excedem como prova de verdadeira amizade (Livro de Notas n.º 1 do então lugar de Humaythá, fls. 5 a 7).

Dessa forma, acertava de uma só vez dois assuntos: os da alma, conseqüência de sua condição humana e prática de atos compatíveis com o seu estado e qualidade, e os materiais, resultantes de compromissos financeiros, pagando-os mediante a entrega de uma simples coisa, a escrava Clementina, transformada assim, segundo os usos da época, em bem transacionável por testamento, como dação em pagamento.

Vê-se, pois, que o escravo servia e tinha utilidade para tudo: tanto trabalhava para o senhor naquilo que lhe era determinado e por sua própria condição, como atendia a uma compra e venda mercantil no qual se tornava a razão de ser do negócio, assim como era manipulado para satisfação de dívidas pessoais de seu dono e senhor, que dele fazia o que bem lhe conviesse.

Ao lado dessas transações normais àquela altura dos tempos, homens havia que, para atendimento a interesses diversos, muitos deles humanitários, exercitavam generosamente seus predicados, como no caso a atitude de Francisco Soares Botelho que, em documento de 27 de fevereiro de 1880 alforriava escravo seu que lhe prestara relevantes serviços.

E o documento, lavrado em notas públicas – Livro de Notas n.º 1, 1880, fls. 2-3 (termo de Humaythá) –, assim reza:

> Que sendo senhor e possuidor por justo titulo de um escravo de nome FAUSTINO, de sua livre e expontanea vontade e sem constrangimento de pessôa alguma, lhe concedia a liberdade, pelo bem que lhe tem prestado, podendo desde já gozar della como se fôra de ventre livre, sem que ninguem jamais o possa chamar a escravidão por qualquer pretexto que seja...

Aliando à beleza do gesto libertário o reconhecimento público das qualidades, virtudes e dedicação do servidor benefi-

ciado, isso "Pello bem que lhe tem tratado e serviços que lhe tem prestado", como se contém na referida escritura.

Outras vezes, a libertação ocorria por forma diversa, mediante uma CARTA DE LIBERDADE, outorgada pelo senhor do escravo, em documento especial também lavrado e registrado em notas públicas. Por esse meio e assinando como factores – o que significa, na linguagem da época, as pessoas que praticavam o ato de libertação –, denominação essa que consta da peça notarial, Manuel de Oliveira Cruz e Leocádia Ferreira da Cruz libertaram o escravo de nome RAYMUNDO e vale bem transcrever a peça integral, com os ademanes de então:

> CARTA DE LIBERDADE DE RAYMUNDO, escravo que foi de Manoel de Oliveira Cruz.
>
> Pella presente Carta de Liberdade por mim e minha mulher Leocadia Ferreira Cruz abaixo designados, declaramos ser senhores e proprietários de um escravo de nome RAYMUNDO, filho da finada escrava Rufina, ao qual de nossa livre e expontanea vontade e sem constrangimento de pessôa alguma e mesmo por ja termos do dito escravo Raymundo recebido por prestação a quantia de oitocentos mil reis, e em attenção aos bons serviços prestados por elle e ter o mesmo criado a minha dita mulher Leocadia concedemos desde ja a liberdade e de facto liberto fica de hoje para sempre a fim de que desde ja possa usar de sua liberdade como se fôra de ventre livre e como livre é em virtude desta nossa presente Carta sem que ninguem o possa chamar jamais a escravidão por qualquer pretexto que haja pois que nós como senhores que somos do dito Raymundo lhe concedemos a mesma liberdade sem clausula ou condição e queremos que esta nossa Carta lhe sirva de prova e lhe seja propicia em todo o tempo. E para firmeza e segurança pedimos ao Senhor Tenente Coronel Aristides Justo Mavignier que esta por nós fizesse e assignasse tambem por minha dita mulher por não saber ler nem escrever em presença das testemunhas abaixo assignadas. Manaus, capital da Provincia do Amazonas aos vinte oito de setembro de mil oitocentos oitenta e cinco. Manoel de Oliveira Cruz como factor e a rogo de Leocadia Ferreira da Cruz – Aristides Justo Mavignier. Como teste-

munha Antonio Augusto Alves – José Miguel de Lemos –Testemunha Francisco Antonio Monteiro Tapajós.

Tal peça foi devidamente reconhecida em suas assinaturas para a valia legal e o reconhecimento tem o seguinte teor:

> Em testemunho da verdade estava o sinal público. Reconheço verdadeiras as cinco assinaturas supra. Manaus, quatro de outubro de mil oitocentos oitenta e cinco. O Tabellião Manoel Antonio Lessa. Está conforme o original que entregou a pessôa que m'o apresentou nesta cidade de Manaos, aos treze dias mez de Junho de mil oitocentos e sete. Eu, Olympio José de Menezes, Tabellião que o escrevo e firmo com o signal publico que uso. Em testemunho da verdade, o Tabellião Olympio José de Menezes.

Essa Carta de Liberdade se encontra, com outras, no Livro de Notas n.º 1, fls. 24 do cartório do tabelião Dr. Milton Nogueira Marques, de cujo arquivo foi xerografada e autenticada e vem demonstrar que nem sempre o escravo era simplesmente declarado livre, por munificência do senhor. Outras circunstâncias ocorriam, ora por gestos de reconhecimento, como no caso de Francisco Soares Botelho, que libertou o escravo Faustino como gratidão "pello bem que lhe tem prestado", ora em conseqüência de duplos motivos, como aconteceu com a libertação do escravo Raymundo acima transcrita, declarado livre não apenas por haver criado Leocádia Ferreira da Cruz, como também por já haver pago o preço de oitocentos mil-réis para adquirir a liberdade. Uma faceta humana e outra de interesse pecuniário, como sucedeu com os "factores" Manuel de Oliveira Cruz e sua mulher.

Tudo dependia dos sentimentos pessoais do senhor e para a manifestação libertária não havia idade a predominar. Homens, ou melhor dizendo, escravos e escravas, maiores e menores, eram alcançados das mesmas medidas de compra e venda ou outras quaisquer modalidades jurídicas, assim como de libertação e assim foi declarada livre a escrava EMÍLIA, por vontade

expressa de sua dona Joanna da Gama Ferreira Bentes, conforme se vê a seguir:

> CARTA DE LIBERDADE DE EMILIA, mulata, concedida por sua senhora Joanna da Gama Ferreira Bentes. Declaro eu abaixo assignada que sou senhora e possuidora da escrava EMILIA, mulata de dezeseis annos de idade, natural da cidade de Óbidos, a qual me coube por herança de seu finado Pae, no valor de quatrocentos mil reis e de minha livre e expontanea vontade, sem constrangimento algum, lhe dou liberdade plena que gozará como se tivesse nascido de ventre livre, em compensação dos bons serviços que me prestou durante a enfermidade de meo finado marido. E para firmeza passei a presente que assigno perante as testemunhas abaixo tambem assignadas. Manaos, vinte sete de Novembro de mil oitocentos setenta e cinco. Joanna da Gama Ferreira Bentes. Testemunhas Antonio Porifio Gomes - Amphilochio Pereira de Souza - João Severino Manoel da Costa. Está conforme o original ao qual me reporto e depois de aqui lançado entreguei a quem m'o apresentou nesta cidade de Manaos, capital da Provincia do Amazonas aos trinta dias de Novembro de mil oitocentos setenta e cinco. Eu, Olympio José de Menezes, Tabellião interino o escrevi e assigno em publico e razo. Em testemunho da verdade - O Tabellião interino Olympio José de Menezes (Livro n.º 1, fls. 2 de Notas, hoje Cartório Dr. Milton Nogueira Marques).

Gesto de puro e perfeito agradecimento o praticado pela dona da escrava Emília, atestando que nem sempre a natureza humana perdia as suas qualificações morais, desprezando conceitos monetários de valor para o reconhecimento da dedicação e desvelo demonstrados pela liberta.

Outras vezes, funcionava como exteriorização do perfeito sentimento humano de nobreza e a liberdade era concedida de maneira singela e sem maiores detalhes sobre os seus motivos determinantes, como na que recebeu o escravo João de Barros Rodrigues:

CARTA DE LIBERDADE de JOÃO DE BARROS RODRIGUES, concedida por seus senhores Rodrigues & Filhos e Roza Rodrigues Pinheiro.

Declaramos nós abaixo assignados que nesta data damos liberdade em recompensa de nos ter servido bem durante longos annos, podendo de hora em diante gozar de sua liberdade plena, para que em todo o tempo não haja qualquer dúvida, passamos a presente e assignamos na presença das testemunhas. Tabocal, seis de Fevereiro de mil oitocentos setenta e cinco. Tinha uma estampilha de duzentos reis inutilizada. Rodrigues & Filhos - a rogo da Excelentissima Senhora Dona Roza Rodrigues Pinheiro, Francisco Antonio Delgado. Como testemunhas - Leonel Pedro da Motta - Luiz dos Santos Marinho Filho - Torquato Pereira de Magalhães. Está conforme o original que me entregou a pessôa que m'o apresentou nesta cidade de Manaos aos vinte sete dias do mez de Abril de mil oitocentos setenta e seis. Eu, Olympio José de Menezes, que a escrevi e firmo como meu signal publico de que uzo. Em testemunho da verdade O Tabellião Olympio José de Menezes (Livro de Notas n.º 1, fls. 14, do cartório do tabelião Dr. Milton Nogueira Marques).

Acontecia também sob forma de disposição testamentária e na qual se verificavam as mais diversas situações. Ora, como já vimos, era dação em pagamento, ora em herança e as mais diferentes manifestações transacionárias ou de liberdade ocorriam.

Assim é que na antiga Comarca de Moura hoje extinta e sendo apenas integrante da Comarca de Barcelos, fui encontrar no Livro de Registro de Testamentos e Codicilos, aberto em 1907 pelo Dr. Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro, depois eminente membro do Tribunal de Justiça do Estado, as declarações de última vontade de dona Roza de Lima Silva Carvalho, datadas de 24 de abril de 1883, contendo as fls. 1 a 3 uma doação nupcial com direito sucessório, que merecem transcritas, não só pela forma pura do falar e escrever da época, como pelo conteúdo especial. Ei-las:

Em nome de Deus Amen. Eu, Roza de Lima Silva Carvalho, achando-me em meu perfeito juizo e claro entendimento e conquanto de perfeita saude, te-

mendo a morte porque sou vivente, ordemno este meu testamento pela forma seguinte: Professo a Religião Catholica Apostolica Romana em cuja fé nasci tenho vivido e espero morrer. Fui cazada com o Tenente-Coronel Gaspar Carvalho da Cunha de cujo matrimonio tive dois filhos que são: O Dr. Gaspar Carvalho da Cunha e D. Maria Luiza de Carvalho Passo, casada com o Dr. Francisco Carvalho do Passo, que são os meus herdeiros. Declaro que deixo uma capella de missa por minha alma e uma dita pelas almas de meu marido e de meu pae.

Depois desse exórdio interessante e que retrata os costumes religiosos da época, a testadora prossegue dizendo:

Declaro que se ainda existirem depois de minha morte os meus escravos Manoel Cordeiro e Sophia, deixo-os em minha terça a referida minha neta e afilhada Roza Maria do Passo, que da mesma será legataria, na forma da verba acima.

Estabelecendo a seguir as condições sucessórias:

Declaro que si por ventura minha neta e afilhada Roza Maria do Passo fallecer antes de minha morte, é minha vontade expressa e firme que a dita minha terça reverta em favor de seus irmãos existentes filhos de minha filha Maria Luiza de Carvalho Passo, assim como os meus escravos Manoel Cordeiro e Sophia, tudo pela forma e maneira das verbas anteriores. Declaro e quero meu enterro sem pompa e nesse dia se distribuam cincoenta mil reis com 50 pobres.

Tal testamento, feito e assinado na Fazenda Bananeiras em 24 de abril de 1883, Comarca de Moura, somente foi encerrado na mesma data pelo escrivão de Paz Sabino José da Cunha e apenas apresentado para cumprimento em 31 de julho de 1907, tendo o juiz Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro exarado o seguinte despacho: Cumpra-se e registre-se Moura, 31 de julho de 1907. A. V. do Carmo Ribeiro.

Naturalmente que a execução somente poderia atender às permissões legais vigentes, tornando-se inteiramente sem efeito a cláusula de doação dos escravos Manuel Cordeiro e Sophia, a essa altura já libertados pela promulgação da Lei Áurea de 1888. De forma que a disposição testamentária, nessa parte, tornou-se inócua. Mas vale como representação real de como se dispunha da vida e da coisa que era o escravo.

Talvez poucos tenham notícia da presença de escravos em nossa terra e poucos documentos tenham sido examinados, pesquisados e estudados como expressão de um período triste de nossa história. O que impressiona, estremecendo a alma, é a plenitude do acontecimento de sabor altamente significativo, na exibição de uma fisionomia dolorosa, embora resultante de procedimento validado pelas leis e costumes vigentes.

> Manaus também teve seus escravos comprados, vendidos, cedidos em pagamento de obrigações pecuniárias e não apenas como libertos pelas Cartas de Liberdade outorgadas por seus senhores. Também aqui a escravidão viveu amplamente e a pesquisa realizada no mais antigo cartório notarial da cidade exemplifica bem a situação. Examinando os arquivos do atual tabelião Dr. Fernando da Rocha Barros, sucessor do primeiro titular do 1.º Ofício de Notas, encontrei peças mui interessantes sobre o assunto.

Aqui, os escravos eram vendidos separadamente ou em lotes, como sucedeu na transação entre o vendedor Custódio Pires Garcia e a firma Amorim & Irmãos, que de uma só vez adquiriu oito escravos. E a escritura, lavrada em 8 de outubro de 1869 – Livro de Notas n.º 1, fls. 3 verso e a 4 daquele cartório – assim declara:

> Saibam quantos este publico instrumento de escriptura de compra e venda virem que no anno de nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos sessenta e sete, aos oito dias do mez de Outubro do dito anno nesta cidade de Manaos, capital da Provincia do Amazonas, em o meu cartorio

compareceram como vendedor Custodio Pires Garcia e como compradores Amorim & Irmãos e as testemunhas adiante nomeadas e assignadas, todas pessôas de mim conhecidas, moradoras nesta cidade, do que dou fé. E logo por elle Custodio Pires Garcia me foi dito perante mim e as testemunhas que dentre os mais haveres que possue é Senhor e possuidor de oito escravos machos de nomes Manoel Mourita, preto, pedreiro, vinte e dois annos de idade e natural desta cidade; Bernardino, preto fulvo, calafate, vinte e oito annos, natural desta cidade; Manoel Ramos, preto, carpinteiro, quarenta annos, natural do Pará; Romildo, carafuso, ferreiro, vinte seis annos, natural desta cidade; Claudino, mulato, alfaiate e cosinheiro, vinte seis annos, natural de Matto Grosso; André, preto, sem officio, trinta e cinco annos, natural desta cidade, todos estes escravos solteiros; Thomaz, preto quarenta seis annos, tambem sem officio, casado e natural deste Estado, cujas idades são mais ou menos, todos estes escravos aqui referidos, com todos os seus vicios e achaques, novos e velhos, cobertos e descobertos e em attenção a esta mesma condição os vende de hoje para sempre aos mencionados Amorim & Irmãos pela quantia todos elles de quatro contos e oitocentos mil reis em moeda corrente do Imperio, pagavel a elle vendedor em prestações de quatrocentos e oitenta mil reis....

Dessa forma, instalava-se o crediário de escravos já àquela altura da vida amazonense, sem que se cogitasse de reserva de domínio para garantia do vendedor. Mas também na escritura se verifica uma situação mercantil a merecer referência: é que o vendedor havia dado em garantia ditos escravos a terceiro e a solução encontrada foi a seguinte:

Declarou mais elle Garcia que se achando sujeitos em garantia os ditos escravos a Roberto Mc. Cullock por um contrato de compra de engenho que tem com este mas que estando ja actualmente justo para desistencia do mesmo contrato e a não se verificar isto tendo de lhe propor acção de nulidade do mesmo, que em quanto isto não se verificar e não se mostrar desembaraçada da mesma quantia, que elles compradores Amorim & Irmãos não entreguem a elle qualquer quantia alguma dessas prestações que se forem ven-

cendo ficarão em seu poder até a ultima até a desistencia ou nullidade entre elle Garcia e Roberto...

Veja-se pois a utilidade do escravo: servia de garantia de pagamento da compra de um engenho e apesar de vendido a terceiro, ainda assim continuava a assegurar a transação.

Se o escravo tinha filhos, a venda muitas vezes abrangia o conjunto, sem nenhuma contemplação e assim foi feito com a escrava Marcelina, vendida com a filha de sete meses. Eis a transação:

Compareceram Antonio Albano do Lago, representado por seu procurador bastante nesta cidade Manoel Alves dos Santos, como vendedor e Manuel Gonsalves Ferreira como comprador... e foi dito perante mim e as testemunhas que sendo o seu constituinte senhor e possuir de uma escrava de nome Marcellina de côr carafusa e idade vinte e cinco annos, natural da cidade de Obidos, filha da escrava Theodora, com uma filha por baptizar, de sete mezes de idade, tambem nascida em Obidos, fazia venda da supradita escrava Marcellina com a referida filha... (Escritura de compra e venda de 20 de abril de 1868, lavrada a fls. 9 verso a 10 do Livro de Notas n.º 1 do 1.º Oficio de Manaus, hoje Cartório Dr. Fernando Barros).

Assim, três gerações de escravos se sucediam na transmissão de bens materiais, diferençando-se apenas dos animais pelo fato de falarem. *Instrumentum vocale* para distinguir daqueles.

Pouco importava a idade, como se viu. Sendo escravo, podia e era vendido em qualquer fase da vida e até trocado. Assim, por escritura de 10 de agosto de 1868 lavrada no Livro supra mencionado, a fls. 2 verso a 3, Clementino José Pereira Guimarães comprou de Paulo Luiz Pereira de Mattos a escrava Maximiana,

De nove annos de idade, de côr tapuia, que houve de sua mulher Liberata Maria Braz, em partilha no inventário dos bens da falecida sua Mãe Angelica Maria Joaquina, pelo preço de seiscentos mil reis, para o fim de ser levada em conta no débito de maior quantia que tem com o comprador...

Servindo assim a escrava, inobstante a menoridade, para amortização de dívida. Mesmo com a pouca idade, tinha valor comercial e podia, como foi, ser transacionada tranqüila e honestamente sem nenhuma dor de consciência, já que era coisa manuseável e transferível ao bel-prazer do dono.

Estranha-se apenas a cor tapuia, a significar a presença indígena no processo escravagista e se tornando objeto mercantilizado. Realmente, existem dados históricos relacionados com a escravidão de índios. Nos séculos anteriores, os desbravadores portugueses, nas suas avançadas pelo interior - rios Negro, Branco, mui especialmente - apresavam índios nas suas lutas e os transformavam em escravos, negociando-os livremente.

Nos arquivos da cidade de Belém, Estado do Pará, antiga Província do Grão-Pará e sede do governo provincial, existem registros de mais de oitocentas tribos na região amazônica, assim como a relação de índios escravizados e ali registrados com o nome, idade, origem, região, tribo e mais detalhes identificatórios. Nada se poupava, no afã de adquirir maiores rendimentos, dado que a escravidão humana era permitida e aceita como um fato comum.

De modo que a venda de uma escrava índia de nove anos em nada repugnava aos costumes da época e hoje há um sentimento constrangedor em derredor da simples notícia do evento.

Mas o escravo negro diferia radicalmente do escravo índio e mesmo naquele as raízes influenciavam fortemente suas tendências e forma de agir. As origens predominavam na feitura dos atos e dos fatos e por isso o negro oferecia condições mais favoráveis para a aceitação de seu destino. Sentia a nostalgia da terra distante e sua alma se penetrava de tristeza na evocação do lar que ficara e, desambientado em terra estranha, não tinha ânimo para uma revolta mais eficaz.

Já o índio, escravizado nas lutas com os portugueses, estava em seu meio e não aceitava de modo algum a escravidão que lhe era imposta e a que ficara sujeito pela força das armas e a todo instante buscava a liberdade pela fuga dos grilhões. Conhecedor profundo das peculiaridades regionais, não se atemorizava com o fato

de estar na cidade ou sob o domínio do senhor e ao menor descuido na vigilância escapava para as matas, onde se sentia mais livre que os animais com quem disputava a permanência de sua liberdade. Não era fácil conservar o indígena naquela situação a que jamais se acomodava e mui raramente surgia um caso de permanência na casa do senhor sem danos maiores, basicamente por um sentimento afetivo nascido do relacionamento com crianças ou em vista do tratamento humano que lhe era dispensado.

Mas tanto um como o outro tentavam na fuga a libertação das algemas impostas e o negro quase sempre era recapturado, distante como se encontrava dos manes natais. Poucos, muito poucos obtinham êxito na empreitada e quando apanhados sofriam o castigo estabelecido para os fujões: surras de palmatória de acapu – duas a três dúzias –, ou com chicotes de couro cru, amarrados em troncos e castigados por seus próprios irmãos de cor.

Já o índio, ao invés, as mais das vezes alcançava sucesso e se internava nas matas próximas, onde não deixava sinal de sua passagem. Procurá-lo era investigar agulha em palheiro, tão à vontade ele se sentia na floresta, berço natural e existencial de sua vida. Por isso, a escravidão indígena sempre esteve em posição minoritária relativamente ao negro e não atingiu nunca o volume deste, que existiu em grande número no Amazonas, quer na capital, quer no interior e neste talvez em maior proporção, pelas necessidades vitais do desenvolvimento das atividades agrícolas, pastoris ou extrativas, conforme a região. Assim, as localidades do baixo Amazonas – Itacoatiara, Parintins e Maués –, como as do rio Negro – Moura e Barcelos, e as do Madeira – Borba, Manicoré e Humaitá, eram os centros de produção e mercantilização e por isso agasalharam quantidade ponderável de escravos.

O rio Branco pouco teve de contribuição africana, ou de seus descendentes escravos, mas recebeu a presença do índio, dada a grande porção de tribos ali existentes, tais como os Macuxi, Uapixana, Tukano, Yanomâni, Atroari, Waimiri, sendo as duas primeiras as preponderantes e que mais cedo se aproximaram do branco.

Os fazendeiros dessa região, assim, tinham em suas propriedades certo número de indígenas, não como escravos, mas, sim, como agregados nas fainas domésticas e que se amoldavam razoavelmente bem com o ambiente que lhes era proporcionado e aos poucos se integravam na aceitação de uma nova forma de vida.

Na capital, porém, houve índio escravizado e vendido, remanescente das lutas entre as tribos e os lusitanos e que se adaptou, conservando nos seus o traço marcante da escravidão. Basta ver, como exemplo, o caso da tapuia Maximiana, de nove anos, vendida por Clementino José Pereira Guimarães e que a recebera mui possivelmente por herança, pois a escritura não menciona a origem.

As condições de vida do escravo negro no Amazonas, de um modo geral, pouco diferiam das demais regiões, no que tange ao tratamento e atividades. Certo que as situações se modificavam para melhor ou pior, na dependência da forma de proceder do escravo, o comportamento como trabalhador e nas relações com o meio ambiente, dado que a subserviência, inerente ao estado moral em que se encontrava e à sociedade idêntica com que convivia – e que não chegava a ser um estado mas sim mera posição material como coisa – determinava a própria atitude e a de seu senhor.

Esse tinha o seu sistema particular de encarar o problema e sua ação em relação àquele estava na razão direta de seus sentimentos e educação e mui principalmente do sentido ético que dava à situação social de seus dependentes.

Quanto ao negro, as origens tribais ofereciam modificações típicas, talvez como resultante da evolução na forma de agir relativamente a ele pelo dono que, em se afeiçoando à sua propriedade, chegava até a vislumbrar certas qualidades humanas. Daí porque o lugar de onde vinha influenciava sobremodo a presença do escravo, pois que as diversas províncias ofereciam panoramas diferentes quanto à contextura anímica do africano, ou seu descendente que lhe herdava as qualidades, negativas ou positivas.

Os oriundos do Maranhão e que representaram a grande maioria do contingente escravo que veio para o Amazonas, não

muito extenso aliás, eram polidos e mais educados no modo de tratar e na posição que assumia e transmitia no relacionamento com os demais. Em sua vida, guardavam as reminiscências da velha São Luís, onde o senhor espelhava mais humanidade, mais consciente, por isso se tornando o servo negro no desempenho de seus deveres, dado que o dono não encarava o escravo apenas nessa categoria, mas, sim, como elemento que se ligava à família por laços afetivos que o estado material não obscurava.

A região amazonense recebeu escravos, em geral, de quatro fontes: Pará, Maranhão, Goiás e Mato Grosso, não tendo encontrado notícia de algum originário da Bahia ou de Pernambuco e Minas Gerais, onde ficaram grupos raciais distintos e nativos de tratos determinados da África. Isso influenciou bastante o aspecto escravagista no Norte, desde que se considere a presença de negros descendentes aqui localizados, nem os impulsos dos que foram arrebanhados em suas terras pelas razias dos negreiros.

No Amazonas, o rio Madeira talvez tenha sido o único, fora o rio Negro, mais antigo na civilização e que primeiro recebeu o escravo, a conservar os traços marcantes da influência africana no que teve de bom e proveitoso. Os negros do Maranhão, em maior número existentes, não trouxeram os fetichismos, as danças típicas, os tabus, as invocações e os seus deuses, possivelmente em virtude de circunstâncias peculiares, como por exemplo a pouca densidade dos elementos humanos da mesma raça e sua dispersão territorial. O afastamento dos grupos humanos da mesma região, impossibilitando o gregarismo tribal, contribuiu muito para que o negro procurasse outra forma de ajustamento com os da mesma espécie. Por outro lado, a cristianização recebida prestou relevante serviço na formação espiritual do negro e por isso não mais cuidou ele de manter as tradições raciais.

No rio Madeira, a presença do escravo se fez sentir na atividade agrícola e pastoril e mais tarde na extração da borracha e madeira, incipiente embora, especialmente em Humaitá, ponto de penetração e apoio da estabilidade portuguesa, desde que fun-

dou o antigo presídio de São José do Crato, nas proximidades da atual cidade, assim como São João, sendo de notar que a vila foi instalada por doação da terra feita pelo comendador José Francisco Monteiro. No local do antigo presídio ainda existem os restos dos valões abertos e em cujo interior, metros abaixo da superfície, ficavam os cubículos que serviam de cela e alojamento dos presos comuns e políticos que vinham de Portugal ou de Belém do Pará.

O negro se tornou, assim, presente na colonização e fixação dos primeiros esforços para agriculturizar a região, notadamente no rio Behem, daquele município, sede das propriedades do comendador Monteiro no Paraíso e adjacências, da família Lelis Monteiro, aparentada daquela e onde Ferreira de Castro estudou as figuras humanas que povoam *A Selva*. Mais tarde, cessada a era escravagista, essa penetração se fez mais intensa no rumo do rio Machado, Machadinho e outros mais, porém já dispondo do elemento branco ou mulato, supostamente livre e que não se dedicou à terra e sim à indústria extrativa.

Mas os remanescentes dos escravos negros existem hoje em pequeno número e ainda foi de meu conhecimento um ex-escravo de 90 anos, nos idos de 1945, padrão de uma família negra de alma limpa e pura e que falava emocionado e saudoso de seu Maranhão, de onde viera na segunda metade do século anterior, vendido por extrema necessidade de seu antigo senhor e de quem guardava lisonjeiras recordações. Os caracteres básicos permaneceram no tempo, sem sofrerem as mutações para o desgaste das qualidades inatas.

Porque a vida não altera a qualidade humana: quem é bom aperfeiçoa os seus méritos e quem é ruim aumenta os defeitos. A idade não transforma. Apenas acelera o processo.

Já o escravo vindo de outras terras, como os provindos de Goiás, constituiu minoria inexpressiva e com outra mentalidade, mais rebelde e menos afetiva. Conseqüência dos duros processos empregados nas senzalas daquela região. Revoltava-se com a sua

condição e por isso sujeito a trato áspero e mais ríspido. Enquanto o negro maranhense conservava-se na família, até a promulgação da Lei Áurea e ainda depois dela como empregado, já livre da condição de preso pelo sistema a que fora imposto, mas ligado por laços de profunda estima, o goiano era constantemente vendido, passando de uma propriedade para outra, de Humaitá para Manicoré e desta para aquela, ou descendo para Borba ou subindo o Madeira rumo a Porto Velho e até mais acima.

Um aceitava a escravidão como um destino a que não podia fugir, enquanto o outro demonstrava repulsa integral ao que estava sujeito. De onde esse sentimento libertário tão acendrado, em homens da mesma raça, mas provindos de regiões diferentes e com uma interpretação essencialmente diversa? Da natureza de cada tipo, das origens remotas dos tempos de liberdade das plagas africanas, hauridas dos ancestrais? Do pulsar incessante da consciência de ser uma pessoa e não uma coisa e da arraigada convicção de que o homem nasceu para ser livre e não dominado por ninguém?

A revolta pela condição manifestava-se mediante atos de desobediência, pela displicência constante no trabalho, na atrita-ção no trato com os demais. Os castigos corporais, aliás, pouco usados nestas terras, não lhe quebrantavam o ânimo, antes estimulavam novas atitudes.

Fenômeno sociométrico, representa essa disparidade funcional uma realidade *sui generis*, irredutível nos elementos componentes das relações interpessoais, baseadas na lei da atração e repulsão. Para o escravo goiano, a sociometria de Jacob Moreno explica que a forma social nada tem com a estrutura da sociedade em si, mas, sim, aparece como um *status* de escolha positiva ou negativa. Ao invés, para o negro oriundo do Maranhão a adaptação ecológica se ajustava às relações humanas que se estabeleceram entre ele e o senhor. O grupo social maranhense identificou-se com o meio, ao passo que o trazido de outras terras criou um processo de frisante antagonismo.

Em seus aspectos gerais, pois, o negro do rio Madeira – aonde não chegou nenhum africano puro e sim apenas descendentes –, aclimatou-se nas famílias, nelas se integrou e passou a configurar, na paisagem social, um elemento que não era propriamente servil, mas, sim, de um teor nitidamente afetivo, oferecendo dedicação incomum e recebendo em troca tratamento humano correspondente. Não foi um escravo completo no sentido da instituição, como também não se tornou um servo no seu significado medieval e, sim, um meio-termo entre a situação primitiva e a que surgiu com a libertação de 1888.

Em outros rios, aonde o escravo negro pouco chegou, como em Moura, no rio Negro, Tefé no Solimões, em Parintins no Baixo Amazonas, o modo de agir relativamente a ele pouco diferia, naturalmente que na dependência da personalidade do senhor. Mas de forma geral era bem tratado e se agregava à família, nela permanecendo mesmo depois de obter a liberdade.

A escravidão como sistema autorizado pereceu com a Lei Áurea, mas a descoberta de novas utilidades para o braço humano gerou outras formas escravagista, que se revelaram, na sua prática, tão nocivas quanto as tradicionais.

A ESCRAVIDÃO HUMANA NOS SERINGAIS

Falamos demasiado sobre a escravidão em que viveu o escravo negro, esquecidos da vida em que vivemos, tangidos por circunstâncias favoneadoras do sistema social vigente. Também falamos em liberdade, antítese daquela, ambas palavras em derredor das quais tem girado sempre a humanidade. Se não somos hoje escravos na disposição de nosso corpo e de nossa vida por outros como antigamente, nós o somos por diferentes condições sociais.

A libertação tem várias estradas para ser alcançada e por qualquer delas pode o homem caminhar até encontrar o verdadeiro rumo, na compreensão exata de que ela somente existirá quando a comunidade evoluir o bastante para senti-la, vivê-la e for respeitada como expressão inerente à categoria humana.

Através dos tempos não tem sido fácil a obtenção da liberdade. Primeiro, o homem vivia escravizado por motivos religiosos e totêmicos, procurando nos fenômenos da natureza uma forma de manifestação dos deuses a que se sujeitavam, como contingência anímica irrecusável. Mais tarde, quando os reis assumiram papel de representantes terrenos das divindades que adoravam, surgiu uma nova forma de desaparecimento da condição livre, jungidos os homens e povos a um sentimento de terror pelas materializações da ira divina pelos erros cometidos, transferindo depois esse sentimento para as explosões de violência dos reis e imperadores.

Homem-natureza, homem-monarca, homem-divindade, tudo isso representava poderes de abolição da liberdade e a longa caminhada pelas páginas da história, mestra da vida, aponta as vicissitudes atravessadas e vencidas para a evolução de um conceito intrínseco ao ser humano, mas desvirtuado e reprimido como atentatório ao poder do Estado que substituiu o absolutismo das outras eras. À sua vez este incorporou à sua estrutura o pensamento ideológico religioso e em nome de Deus cometeu as maiores atrocidades. Porque o Estado se tornou também, a exemplo dos antigos, uma nova fisionomia de divindade, una ou múltipla a depender do ponto de vista de cada povo e de seu misticismo. A Rússia, por exemplo, depois da queda da monarquia czarista, transformou a visão interior do povo, substituindo a adoração multissecular pelo imperador, na submissão impiedosa ao Poder Novo, dito do proletariado, ali instalado em 1917.

Por isso mesmo a escravidão não ficou no rosto do negro, da pessoa humana em si, qualquer que tenha sido ou seja a sua pigmentação ou condição. Outros processos surgiram, acompanhando as incursões e ambições de lucros e vantagens de toda sorte, peculiares à nossa era.

A liberdade nasceu com o homem e por ele cerceada ou suprimida, pois a sociedade civilizada alterou-lhe o sentido natural, modificando seu teor de pureza para melhor atender a motivos criados pela evolução.

As restrições ao seu exercício pleno importam em deixar com o poder público que se estabelece – e ele é quem fomenta as restrições e supressões –, uma soma potencial de autoritarismo capaz de tornar inócua a expressão mais eloqüente da liberdade, que é o livre dispor de si mesmo. A civilização, tal como a vemos, não conhece limites e dá ao Estado e ao homem, sempre inimigo de seu semelhante como dizia Hobbes, um sentido monopolista que se traduz em uma forçada renúncia da comunidade a seu favor. Mas na alma humana existe um fermento de liberdade que não morre nunca, liberdade que tem sua vida na tradição dos povos, memória das gerações.

O homem precisa de liberdade para o desenvolver de sua personalidade. É o oxigênio de sua vida interior e nela baseia as aspirações, porque sem ela praticamente inexiste como ser e se torna um simples instrumento. Mas o sentido social da liberdade condiciona o seu teor ao interesse comum e o homem é livre para agir desde que não lesione outrem, ou não interfira no setor peculiar dos demais. Por conseguinte, tal aspecto modifica aquele quadro ideal, que não o é justamente porque a noção do dever, que não é apenas do Estado, mas também do cidadão, supera as exigências particulares.

Não há como esquecer que a liberdade tem uma fisionomia econômica. De que vale ela se não se desfruta de segurança material, ou de alguma estabilidade em termos monetários para permitir o viver? Ninguém é pobre ou tem carências por livre vontade, mas, sim, por pressões as mais diversas e que vêm desde a precariedade cultural até a face das impossibilidades materiais para a aquisição dos bens indispensáveis.

O pão válido para a liberdade é o que autoriza a livre vontade apoiada na garantia de uma vida produtiva e útil. Por isso mesmo, cessada a escravidão negra em seu sentido histórico com a abolição da escravatura em 1888, de logo outra se manifestou nos fins do século 19 e nos primórdios do 20 até sua terceira década e com muita intensidade, embora não tão profunda e nem tão legitimada como aquela: a escravidão do homem nos seringais amazônicos por motivos econômicos, gerando um sistema especial de redução quase plena da liberdade.

Fato semelhante já ocorrera na Ásia quando os escravagistas europeus, cientes da miséria dos coolies chineses, sob a promessa de grandes vantagens contrataram milhares e milhares desses seres humanos, para trabalharem sob condições verdadeiramente escravas nos seringais da Malásia. Os ingleses, que haviam obtido sementes de seringueira na Amazônia, iniciaram suas plantações e para isso utilizaram-se de tal meio para o aceleramento de seus objetivos que, em prazo relativamente curto, suplantaram por in-

teiro a era dourada da borracha nativa, pela miopia político-econômica de nossos governantes.

Lá, os interesses internacionais no combate à escravidão negra e, depois, na repressão a qualquer tipo de privação da liberdade, que provêm do Congresso de Viena de 1815 e antes mesmo; na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789, na Assembléia Nacional Francesa, foi possível proclamar a supressão imediata e completa da escravidão sob todas as formas. Para isso, a Conferência de Saint-Germain de 1919 obteve tal resultado e a Assembléia-Geral da Liga das Nações, em sua reunião de 1926, teve oportunidade de apreciar o assunto com a sua definição:

> Escravidão é o estado ou condição do indivíduo contra o qual se exercem os atributos do direito de propriedade, sendo ilegal o trabalho forçado.

Também compreendido como sendo:

> todo aquele que é exigido, debaixo da ameaça de qualquer pena, a uma pessoa que não se tenha oferecido voluntariamente.

Cá no Amazonas, porém, a escravidão humana manifestou-se de forma diferente nos seringais, como um tipo de servidão medieval, apesar da Declaração Universal já referida ter anunciado enfaticamente que:

> Os homens nascem livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem ser fundadas na utilidade comum.

Além disso, entendeu a liberdade como o poder de fazer tudo quanto não incomode o próximo, assim os exercícios naturais de cada homem não têm limite senão nas que assegurem o gozo desses direitos e que tais limites só podem ser determinados pela lei.

Antecipou-se assim à Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 10 de dezembro de 1948, editada pela Assembléia-Geral das Nações Unidas, anunciando em nome da humanidade que:

> Ninguém será submetido à escravidão e nem à servidão; a escravidão e o tráfico de escravos são proibidos em todas as suas formas.

Além de tais antecedentes, há ainda a convenção de 1926, de 25 de setembro, condenando a escravidão e o tráfico, com vista a uma solução definitiva para tais questões, cuja gravidade já fora percebida desde o século anterior, não só no aspecto da liberdade humana mas também nas suas novas modalidades de exteriorização.

É que o homem, na ambição desmedida de riquezas e vantagens pecuniárias, buscou sempre meios e modos de dominar e utilizar os demais segundo seus apetites e interesses, para isso descobrindo maneiras as mais diferentes para a obtenção do alvo almejado. Depois do negro, o índio e, após vencida a etapa da escravidão física, o aproveitamento dos desejos desenfreados, com o contrabando de mulheres de todos os matizes, para a satisfação sexual. As brancas eram trazidas, sob contratos falsos, para Buenos Aires, Rio de Janeiro, Santiago do Chile, Montevidéu, Nova York e São Francisco. E Manaus também foi incluída nessa rota terrível.

Aqui aportaram francesas, polonesas, italianas, alemãs, que passaram a servir nas "pensões" e lupanares da capital, no auge do prestígio da borracha, fase dos barões seringalistas, ou "coronéis", que gastavam, em noitadas, rios de dinheiro. Houve um deles, vindo de ilustre família boliviana que se localizou em Humaitá, no lugar denominado "Carapanatuba", que se dava ao luxo de importar francesas novas para seu deleite fidalgo, sob contrato de seis meses. O navio inglês que ia ao seringal, fretado, para o transporte de sua produção e das finas iguarias importadas, também trazia uma outra mercadoria - uma jovem francesa - pois o nobre tinha predileção por mulheres dessa nacionalidade. E a permanência não era maior de seis meses, para manter sempre renovado o esquema.

Como se vê, também no Amazonas o tráfico de escravas brancas existiu e foi praticado largamente pelos milionários da terra, que as aliciavam para o desfrute pessoal.

Mas não ficou aí o panorama escravagista. A escravidão, como sistema de sujeição do homem ao semelhante nem sempre se traduz no rosto tradicional, historicamente conhecido, manifestado pelo tratamento como coisa, um objeto de mercancia em que a figura humana se despe de suas qualidades sociais, duramente adquiridas, para tornar-se matéria suscetível de negócio e nada mais.

Se a evolução adversa ao sistema se traduziu, como o passar das épocas, na repulsa da civilização a tal modo de agir, resultado de uma luta que vem dos primórdios do cristianismo ao considerar o ser humano igual em sua plenitude aos demais da mesma categoria sem nenhuma distinção, no sentido de que ninguém pode dispor de outrem, nem por isso as impulsões escravagistas perderam terreno.

O homem continuou a ser o homem-lobo de seu semelhante e se transmudou apenas o instrumento, o *modus operandi* adquiriu novos foros e, desaparecido o mercado negro, outro se lhe substituiu na região amazônica, como, aliás, sucedeu seqüencialmente nas demais partes da Terra, mas desta vez sob o acicate da ambição insuflada de rápido enriquecimento, na forma deslumbradora de encontrar na floresta a mina do ouro vegetal da borracha, a seduzir as mentes simplórias dos nordestinos, vítimas de uma tremenda fraude nos aliciamentos que se processavam ao longo das cidades.

A força motriz não foi só o sonho da riqueza a curto prazo, mas também, como fator adminicular, a miséria na terra natal, a falta de um trabalho permanente, a imensa responsabilidade de manter a família, sempre numerosa, no chão ancestral já desprovido de recursos viáveis. Como todo escopo de sujeição, não teve apenas um rosto maléfico, pernicioso, dado que permitiu a ocupação das áreas desérticas, em um avanço para o interior, ultrapassada até a extremidade territorial brasileira. Esquema socialmente errado pela torpeza do procedimento, teve conse-

qüências políticas imprevistas, que, nem mesmo assim, à luz do sentido de humanidade, justificam-no.

A escravidão não é apenas um conceito de ordem histórica. Atravessa os períodos etários segundo as circunstâncias, mas ela sempre existe, aqui, ali e acolá, surgindo sob máscaras diversificadas, originando-se de eventos os mais variados. É antes um estado produzido pelo clima social que a sua presença indica e que nele encontra razão para a sua presença. Vale como um atestado da atitude humana em fase involutiva e mais que isso, como um símbolo de sujeição, que se veste com roupagens múltiplas, mas significando, em qualquer instante e qualquer que seja o tipo, uma das modalidades permanentes da exploração do homem, quer por outro, quer pelo próprio Estado. A digressão tem por finalidade criar o quadro propício, explicativamente, para o estudo do assunto enfocado.

A descoberta de La Condamine veio oferecer resultados socioeconômicos os mais díspares, de conformidade com o meio onde se exercitou a sua prática e variando conforme a natureza das coisas. Porque não foi unicamente a borracha o germe da escravidão branca nos lugares amazônicos. A ela adjuntaram-se a castanha, o caucho, a piaçaba, com características acentuadamente geográficas, pois cada rio apresenta teor quantitativo e qualitativo de uma determinada espécie de extrativismo e poucos contribuem com um contingente global na produção nativa genérica.

O rio Juruá, por exemplo, é fértil em borracha até a fronteira peruana, mas sáfaro em relação à castanha. E o interessante é que esta é produzida em larga escala até Tefé, interrompendo-se naquele rio e recomeça a existir de Fonte Boa e Benjamin Constant. Já o rio Purus, ao invés, é abundante nas duas espécies, como também o Madeira, enquanto o rio Negro é o único produtor de piaçaba.

O sentido ecológico dessas especialidades foge a uma compreensão imediata e poderá acontecer que a qualidade do solo influencie a presença ou ausência de determinadas árvores. E o mais estranho é que o rio Juruá tem as mesmas condições aquáticas do Solimões, no qual deságua.

Em qualquer das atividades relacionadas com aqueles produtos mencionados, o homem branco nordestino – dada a insignificância da presença do negro – foi também escravo, mera coisa subordinada à vontade arbitrária do patrão, coronel, major ou capitão, variando a patente na razão direta do número de propriedades, seringueiros de que dispunha, recursos financeiros e, acima de tudo, sua importância política.

Escravo pela premência econômica, escravo pelo abandono propositado em regiões inóspitas e distantes, escravo pelas dívidas que lhe eram anotadas e que cresciam dia a dia. Escravo ainda mais pela consciência de sua indigência e pelo fatalismo da vida a que foi tangido pelo aguilhão da necessidade e da esperança de obter melhores condições vitais. Nada mais foi que o mujique dos seringais e castanhais.

A própria natureza se incumbia de criar para o homem uma forma nova de prisão aberta, a lhe moldar subjugadamente a vida: a floresta, imensa massa vegetal e em cujos meandros se enredava cada vez mais sem encontrar uma saída, uma fuga para a sina a que se condenou por uma ilusão. O panorama do extrator cingia-se com exclusividade a produzir para o patrão, sob quaisquer circunstâncias. Taxa fixa quantitativa na entrega do produto, preço ínfimo para o mesmo, preço alto para as mercadorias e ferramentas necessárias para o trabalho e que lhe eram fornecidas sob remoques e cortes, estes variando segundo a capacidade produtiva de cada um. Muitas vezes o chicote, o tronco, a palmatória, como formas disciplinadoras para os que protestavam contra a extorsão. Outras mais, processos drásticos de punição a título de faltas reais ou imaginárias e até pela existência de saldos credores.

No início do século 20, as maiores atrocidades foram cometidas nos seringais do Juruá, Solimões, Purus, Madeira, Acre, nos castanhais de Coari, Tefé, Fonte Boa, São Paulo de Olivença e Benjamin Constant e no rio Negro, nas propriedades e piaçabais. Torturas medievais ressurgiram, na medida em que o temperamento do senhor feudal determinava. O homem, que vinha do Nordeste

semilivre, escapando à mão de ferro do senhor de engenho e das fazendas de gado, perdia na Amazônia o que lhe restava de liberdade e se tornava um escravo completo. Para começar, a dívida contraída para poder viajar e trabalhar com a aquisição dos instrumentos essenciais, traduzia na sua essência um contrato de compra e venda leonino tal o vulto da operação e dos encargos subseqüentes. Quem vinha para o interior amazônico perdia sua condição de homem livre - dentro dos limites de nossa pseudo-civilização, pois ninguém usufrui plenamente essa qualidade -, para transformar-se em coisa materialmente disponível, um verdadeiro escravo na realidade palpável do termo.

O sistema, em geral, era o mesmo em todos os rios: não pagava o patrão o saldo do seringueiro, ou castanheiro, ou piaçabeiro e o que obtinha esse resultado com um esforço tenaz e perseverante, era "despachado" na descida do rio, na estrada de seringueiras onde trabalhava, ou mesmo no terreiro da sede da propriedade. No rio Machado, afluente do Madeira, as cachoeiras guardam o segredo de centenas de desaparecimentos. Manicoré, Aripuanã ocultam os crimes ali cometidos. O Purus foi um celeiro de iniqüidades, desde Aiapuá, Canutama, Lábrea, até aos contribuintes fluviais acreanos daquele rio.

Nenhum seringueiro ou castanheiro podia retirar-se devendo ao patrão e mesmo, em certos casos e lugares, para pescar em alguns lagos mais férteis, deveria pagar uma quota da colheita que realizasse, espécie de peagem ressurrecta. Procurar escapar ao jugo importava em morte segura e certa. Os executores existiam à vontade, sempre ao dispor do coronel, que usava de seu poder de baraço e cutelo com absoluta impunidade pessoal e domiciliar, entronizado sob a selva, que era o seu dossel feudal. Renasceu aqui a Idade Média com os seus sistemas de albinagem e mesmo do *mundiburdium*.

Entretanto vigia e ainda vige um pacto tácito, respeitando como um direito consuetudinário pelos seringalistas e que representava uma oportunidade para o homem que desejava transfe-

rir-se para outra propriedade: quando obtinha permissão, levava sua conta e o novo patrão a encampava, autorizando o pagamento do débito ao credor, por meio de uma das casas aviadoras da capital com quem negociasse. E mesmo assim mais se entranhava o seringueiro na senda da escravidão econômica. Mudava de senhor e apenas aumentava sua conta e nada mais.

Estranho sistema esse: de um lado, resgatava o proprietário a dívida sem titubear e dela logo se tornava credor e assim seguia curso o processo escravagista, com a adição de novos encargos financeiros.

Quando fugia ou saía por vontade própria, a morte violenta era o tributo por tentar escapar à escravidão. Nas minhas memórias de magistrado, recordo o assassinato de um seringueiro, nas proximidades da cidade de Carauari, no rio Juruá, nos idos de 1941, pelo próprio seringalista, porque quis deixar o seringal sem pagar uma espingarda que lhe comprara por duzentos mil-réis. Acompanhado de dois capangas, o patrão foi ao local onde trabalhava o seringueiro e depois de mandar segurá-lo, encostou-lhe uma pistola na testa e disparou a arma. Traço típico do ambiente então vivido, mas que lhe custou doze anos de reclusão na penitenciária de Manaus.

A tradição dos rios amazônicos está referta dessas ocorrências, demonstrando a exata posição do homem branco escravizado, sem direitos e sem os mínimos privilégios simplesmente humanos e fundamentais. A mentalidade mórbida e doentia do seringalista, do patrão, do coronel sem patente válida e algumas vezes oficial da Guarda Nacional, mas coronel pelo poder de que dispunha, gerava os crimes mais hediondos, os castigos mais bárbaros, as punições e mortes geradas pela vaidade de mando e pelo exacerbamento da vaidade de não admitir nenhuma contestação.

O corte de cabelo a terçado por namorar a afilhada do seringalista sem a devida licença, a castração e abandono na canoa ao sabor da correnteza do rio, o mandar subir um seringueiro para apanhar um cacho de açaí e em seguida derrubar o homem a tiro como se fora um alvo, tudo isso aconteceu sem nenhuma fantasia. Símbolo de uma época que findou exatamente com o eclodir da Segunda Guerra Mun-

dial e com os mais novos e mais intensos e rápidos meios de comunicação e transporte, deixou, porém, traços marcantes na vida regional. Os fatos aludidos demonstram a escravidão branca nos seringais, pondo de lado outros que constituem lendas e narrativas arrepiantes, mais do campo do romance que de uma antepesquisa.

Essa forma permaneceu por largo espaço de tempo e se esvaziou, com aquelas características, pelo fenômeno migratório ocorrido posteriormente no interior, liquidado inteiramente pela falta de assistência do poder público, preocupado em prestigiar os chefes políticos de seu interesse e também pelo fato do monopólio da borracha pelo Estado.

Extintas as casas aviadoras que mantinham viva a atividade extrativa e que lastreavam com seus recursos a manutenção e exploração dos seringais e castanhais, findou aquele tipo de vida escrava, cujos aspectos sociológicos merecem estudo em separado, assim como as circunstâncias que ensejaram o fenômeno.

Desde o engajamento no Nordeste, passando pela fase da sedução com a cobertura monetária para as despesas mais imediatas, até a chegada aos seringais, a situação do aliciado oferecia campo vasto para a implantação do sistema escravagista, que já se fazia sentir no percurso para o porto de destino.

Os aspectos mais dolorosos a refletirem o problema deverão ser examinados e se por acaso alguma repetição ocorrer, deve ser levada à conta da vontade deliberada e consciente de expor os males a que foram sujeitos os homens-escravos do interior.

O recrutamento do nordestino para trabalhar nos seringais amazônicos, feito por meio dos enviados que se incumbiam de obter determinado número de homens encomendados para as propriedades do interior, propiciou campo vasto para tal tipo de escravidão.

Tangido por enormes dificuldades de vida, já referidas anteriormente de relance, garroteado pelas secas inclementes que periodicamente infernizam os sertões sertanejos, a terra se velando para oferecer condições inóspitas para o sustento da família sempre numerosa, o nordestino sofria constrangimento doméstico

pela falta de ambiente para uma vida produtiva e que atendesse aos seus desejos e reclamos. Daí porque cearenses, rio-grandenses-do-norte, paraibanos, pernambucanos, piauienses e maranhenses – pois que os de outros Estados emigravam para o sul –, recebiam as ofertas e propostas de contrato de trabalho sob aspectos dourados de uma rápida e imediata riqueza, enfeitada de logo com um adiantamento em dinheiro para deixar com a família. E isso lhes enchia os olhos e despertava ambições, levando-os à aceitação.

Mal sabiam eles do destino que lhes estava reservado. Depois do recebimento do dinheiro, eram preparados para a viagem, arregimentados em centenas, transportados em verdadeiras levas humanas e a partir daí principiavam as restrições à liberdade. Nos portos de escala, não tinham permissão para descer, temendo os enviados, verdadeiros feitores, que fugissem ao tomarem conhecimento antecipado da terrível realidade que lhes pudesse ser transmitida. Ficava o lote humano vigiado e sem acesso à visão das cidades por onde passavam no navio que os conduzia a Manaus e aqui, uma vez chegados, eram transferidos de imediato para os barcos da Amazon River ou particulares, os chamados "gaiolas", que talvez fossem assim titulados em razão de sua finalidade: o amontoamento de seres humanos, reduzidos à condição de "bois de cercado", pois viajavam sob a permanente vigilância de seus contratadores. Na realidade, a embarcação nada mais era que uma prisão e a denominação popular de "gaiola", sempre precisa, deu à embarcação que se dedicava a esse transporte o nome e razão de ser de sua existência e objetivo.

Decorridos dias e dias de uma viagem quente, dificultada pelo azorrague dos insetos – de dia piuns e mutucas, de enorme voracidade sugadora, e de noite o carapanã, pernilongo transmissor do paludismo e malária e que, além do ferrão, dispõe de uma cantilena incômoda e irritante –, o navio começava a descarregar os emigrantes nos barracões, conforme o local da encomenda – Aruajá, Independência, Popunhas Pão, Monte Cristo, Tambaqui,

Açaí, Manichi, Veneza, situados no rio Juruá, na parte amazonense - e depois de São Felipe, rebatizada de João Pessoa, e finalmente Eirunepé, na direção de Cruzeiro do Sul e afluentes daquele rio, aonde aportava depois de mais de trinta dias de viagem se era inverno e de muito mais tempo se era verão.

Com a entrega da carga humana, o processo escravagista que tivera início na contratação do nordestino, avançava mais um pouco e o homem se reduzia em sua estatura, ou melhor, era reduzido para sofrer a sina a que fora levado. Tão logo desembarcado, era apresentado ao patrão - cujo posto variava de conformidade com a sua importância - e no barracão recebia o material de trabalho: tigelas para a colheita do leite da seringueira, terçado, fósforos, sal, querosene, espingarda e cartuchos, alguns metros de mescla para roupa de trabalho - e era encaminhado para junto de um veterano, a fim de com ele aprender a utilizar os apetrechos de trabalho nas "estradas", que não era nada disso e sim simples vereda sinuosa na mata, conduzindo de um pé de seringueira para outro, contendo em média de 120 a 140 árvores, a serem sangradas diariamente.

A técnica empregada na extração obedecia a um sistema peculiar e bem compreensivo, para não acabar de uma vez com a árvore: se recebia um par de estradas, o seringueiro alternava o corte, para que houvesse tempo para a recuperação. Mas tinha de fazer o sangramento todo dia, recolher o leite e preparar a bola de borracha. Com aquele material já debitado em conta, carregado com as despesas de transporte e adiantamento financeiro que deixara para a família, o seringueiro iniciava a safra com um débito elevado, aumentado com uma comissão de vinte por cento a título de juros. Antes de produzir qualquer coisa, era devedor de avultada importância e já sentia, com isso, as imensas dificuldades que iria enfrentar para poder libertar-se do jugo. Mesmo assim, esperançado, sonhava em poder pagar tudo e reunir ainda o suficiente para retornar à terra natal e lutar de novo pela sobrevivência em melhores condições de vida. Vã idéia, pois poucos,

pouquíssimos, puderam realizar o sonho e assim mesmo à custa de muito sofrimento.

No começo de sua atividade, o seringueiro novo praticava com o mais antigo, que lhe ensinava como fazer o corte sem ferir o cerne da árvore, como colher o leite nas tigelas e finalmente defumá-lo depois de encerrado o percurso de volta da estrada e a defumação produzia a "bola" ou "péla" de borracha que crescia diariamente pela adição de novas defumações da seiva da seringueira. O trabalho tinha início de madrugada – 3 ou 4 horas da manhã – e o novo escravo percorria a estrada na viagem de ida colocando as tigelas, tantas quantas a árvore suportasse. Pelo meio do dia terminava a colocação e ia fazer a refeição que levava – pirarucu seco com farinha ou carne-seca, quando havia –, enquanto a seringueira chorava as suas lágrimas para enriquecer o proprietário. Após, reiniciava o serviço de volta, desta feita recolhendo a seiva em um vasilhame maior que para isso levava e regressava à barraca de onde saíra de madrugada, quando então fazia a defumação. Só depois de terminada esta é que ia jantar e fazer hora para dormir, sempre cedo.

Não tinha liberdade de ir com freqüência ao barracão, pelo fato de as mais das vezes ser colocado em lugares distantes, de demorada comunicação e por isso somente ia lá quando a "péla" estava pronta, pesando entre 70 e 80 quilos. E o seringueiro enfrentava a viagem a pé, com esse peso nas costas, percorrendo quilômetros e quilômetros pela mata, muitas vezes atravessando igarapés e chavascais dias seguidos.

No barracão, na pesagem das bolas de borracha, tinha vez o segundo sistema de exploração: a produção sofria um desconto de 20 a 40%, dependendo do tipo de estrada, se de terra firme ou de várzea, à guisa de indenização pela quebra do peso até o embarque e durante a viagem para Manaus, quebra essa resultante da eliminação lenta da água contida na "péla". Além do mais, quando obtinha saldo, era ele creditado em sua conta para amortização do débito contabilizado, acrescido agora de novo "avia-

mento" para que pudesse enfrentar o trabalho e a solidão de seu posto na floresta. E o débito crescia cada vez mais, avolumando-se com as novas entregas e novas retiradas de mercadorias essenciais, até atingir somas impossíveis de serem resgatadas.

Cada viagem de ida ao barracão era uma estrada de esperança e o seringueiro sonhava de olhos abertos com o crédito que ia ter em sua conta, mas a volta era o enfrentar da triste realidade. E mergulhava na solidão da mata e da "colocação", buscando forças novas para viver o cotidiano.

No rio Juruá, por exemplo, de meu amplo conhecimento, a escravidão do seringueiro era visível e permanente, sentida, vivida e sofrida. Escravizado pelo trabalho a que estava sujeito em condições subumanas, escravizado pela exploração sistemática de suas potencialidades, escravizado pela submissão plena aos arbítrios do patrão e pelo volume de sua dívida jamais paga, sempre ascendente, encarava ele um mundo hostil e agruras jamais sonhadas ou sequer previstas. Em decorrência de tudo isso, passava a acovardar-se ante a coação que lhe era imposta pelo patrão e pela natureza e depois de algum tempo não mais reagia. Se porventura isso acontecia, a fuga era o meio e poucas tinham êxito, pela solidariedade entre os seringalistas, que devolviam o fugitivo.

Recapturado ou mesmo devolvido, sempre amarrado, sofria o castigo do chicote para não repetir a tentativa e em pleno século vinte vigia o mesmo processo de punição do escravo negro. Nada mudou. Outras vezes era acorrentado e ficava dias e dias a pão e água, em uma prisão de madeira, ou exposto ao sol e à chuva. Findo o castigo, era enviado para colocação central mais distante ainda, para que não tivesse sequer a possibilidade de tentar outra escapada. Perdia assim o ânimo para reagir ante as violências morais e físicas que emanavam do patrão, erigido à categoria de supremo senhor dos escravos que trabalhavam em seu feudo, pois todos eles, com raríssimas exceções, nada mais eram que feitores, por índole e interesses.

Dante, se conhecesse a vida nos seringais, teria escrito outro "Inferno" muito mais terrível.

Não se conhece caso positivo de reação do seringueiro contra o seringalista e se houve a morte de algum, isso se perde na noite dos tempos. O temor pela própria sorte, o fato de não encontrar apoio algum por parte de seus companheiros de servidão entibiava o homem e ele tudo suportava, humilde e cabisbaixo, recebendo na carne e na alma os safanões físicos e psíquicos oriundos do dono.

Um caso único de vingança pessoal é sabido naquele rio e ainda hoje narrado em segredo e que se prende mais a um desforço de família contra o ofensor, do que atitude direta do seringueiro. É que um certo proprietário de seringal se casou com uma jovem de ilustre clã cearense, sem abandonar seus costumes de libertinagem e jogatina sem freios e medidas. No seringal, reunia amigos e os viajantes comerciais em largas estiradas de desregramentos, obrigando a esposa aos vexames a isso conseqüentes. Certa vez esta, aproveitando a presença de um deles que lhe conhecia a família, escreveu a esta narrando a sua vida e seu sofrimento e tão logo seus pais tomaram conhecimento do que estava ocorrendo, providenciaram as medidas convenientes. Um seu tio, oficial de Marinha, a essa altura estava viajando pelo Juruá em barco de guerra como chefe da comissão brasileira que tinha a incumbência de solucionar questão de limites com o Peru na região do Môa, acima de Cruzeiro do Sul, já em terras acreanas e, ao passar pela propriedade, já tendo ciência dos fatos, avisou ao seringalista que na volta levaria a sobrinha. Assim aconteceu.

Meses decorridos, chegaram ao seringal dois homens pedindo pousada e agasalho, o que lhes foi concedido, justamente em um sábado, quando os empregados iam sair para uma festa no interior da propriedade. No dia seguinte pela manhã, pediram eles licença para falar com o seringalista e, atendidos, disseram tranqüilamente ao que vinham: a mando da família de sua esposa, ali estavam para vingarem a honra ofendida daquela. Antes que ele pudesse esboçar qualquer gesto, amarram-no na rede onde se encontrava deitado no alpendre e o embalaram, empurrando-a de um lado para outro à ponta de faca, até sua morte. Re-

cebeu mais de cinqüenta facadas e os assassinos fugiram de canoa rio abaixo, nunca mais sendo encontrados.

No trato com o patrão, o seringueiro era um escravo. O que ele determinava era lei e não podia ser contestada a ordem, qualquer que fosse. Tudo dependia dele e a menor quebra da disciplina importava em grave ofensa à sua autoridade e o castigo era imediato e sem apelo.

Mas no que tange ao relacionamento entre os seringueiros havia um certo sentido de solidariedade. Ajudavam-se mutuamente em suas dificuldades, dividiam a caça e os demais alimentos, promoviam festas para amenizar a agrura do isolamento. Mas também se matavam, ora por motivos sentimentais na disputa de uma mulher, espécime raro naquelas lonjuras, ora pelo desfastio da vida ou para a demonstração de coragem. O motivo central era quase sempre a presença da mulher, disputada à faca ou no rifle. O vencedor recebia o troféu e o incorporava ao seu destino. Nem sempre a justiça tinha conhecimento do fato e a impunidade era a regra vigente. Outras ocasiões acontecia saber a autoridade local do evento e, como não dispunha de meios para mandar buscar o criminoso, oficiava ao seringalista e este o fazia apresentar na cidade para responder a processo.

Exemplo típico foi de um sergipano, homem de sessenta anos e que se apaixonou por uma mulher de trinta e poucos de idade e até suspeita de ser portadora de lepra. Mesmo assim a queria violentamente, aguilhoado pelo celibato em que vivia. Acontece que ela preferiu outro candidato mais novo e com ele passou a viver. O vencido no amor, enraivecido pela preterição, preparou emboscada na estrada onde trabalhava o adversário e o matou. A seguir rasgou-lhe o ventre, arrancou as entranhas e encheu a cavidade com torrões de barro, jogando-o no chavascal. A seguir, assou o fígado do morto em uma fogueira feita ali mesmo, comeu-o como refeição e tranqüilamente voltou à sua colocação. Preso e processado, por ocasião do interrogatório ao lhe ser perguntado se tinha o vício do álcool, empertigou-se no banco e res-

pondeu: "Doutor, esta boca nunca viu cachaça". E isso dito por uma fera que, por ciúme, saboreara a víscera do rival como se fora uma iguaria rara.

Tais requintes eram uma conseqüência da escravidão em que viviam os seringueiros, sem condições de enfrentarem a dureza da vida que lhes era imposta. Não tendo como reagir contra o patrão, lançavam mão de recursos outros para o extravasamento de seu ódio e de sua revolta, mesmo contra os próprios companheiros de desdita.

O sistema de vida escrava do seringueiro teve profunda repercussão no ambiente social dos seringais, refletindo-se nos demais aspectos. A noção de liberdade, já precária, perdeu seu teor de valia e o homem passou a sujeitar-se ao seu trágico destino, habituando-se a ele, vendo no processo uma forma de sobrevivência, desesperançado de um dia poder pagar suas dívidas e voltar à terra de onde viera. Mesmo assim e ainda confiando na proteção divina, procurava manter vivos os sonhos de libertação e fazia promessas a São Francisco de Canindé enviando presentes - bolas de borracha marcadas com o nome do santo, pequenos navios de madeira - e tudo chegava ao padroeiro.

Devido ao ambiente, às premências e carências, havia outra causa de violência - a sedução de mulher íntegra - fato que constituía ponto de honra para o nordestino e somente depois modificado pelos efeitos da deterioração do conceito social e moral de virgindade. De um modo geral, o nordestino não admitia outra solução para o problema senão o casamento ou a morte na faca.

Mas aos poucos a influência amolecente da concepção do caboclo se fez sentir e depois predominou, modificando os costumes. A perda da virgindade já não era mais defloramento e sim "benefício" e a mulher deflorada era simplesmente chamada de "beneficiada", conceito que ainda hoje e mais acentuadamente se incorporou com maior força no interior amazônico.

Não havia como fugir às ressonâncias da escravidão e o seringueiro, além da dominação que lhe aplicava o seringalista-pa-

trão, recebia ainda o influxo escravagista de suas necessidades, que o impeliam a atos violadores do senso ético natural e se escravizava mais ainda. Seu horizonte se restringia cada vez mais e se sentia propriedade não só daquele como também da tessitura vegetal que o dominava com suas forças telúricas.

Um segundo período desse processo se verificou e será estudado posteriormente com a chamada "batalha da borracha", por ocasião da segunda prévia de guerra mundial, quando se repetiu o sistema, agora em bases mais sólidas e melhor estruturadas. Nem por isso a escravidão do seringueiro desapareceu e as levas de imigrantes vinham para o Amazonas e Acre buscando uma ilusória riqueza que lhes eram acenadas. Se a esperança vinha cedo, o desengano não tardava a chegar.

Certo que o momento histórico já não era tão permissivo da repetição da tragédia humana do início do século 20, mas nem por isso deixou de ocorrer. O seringueiro continuou escravo do seringalista e o sistema novamente ressurgiu e se estabeleceu. Na fase intermediária entre o primeiro e o segundo ciclos quando a borracha chegou a custar 500 réis o quilo, menos que um litro de querosene, o extrator não tinha sequer condições de comprar um carretel de linha de costura e nem uma cartela de agulha de mão. Sem dinheiro para coisa alguma, valia-se dos produtos vegetais para a sua subsistência. Comprava aqueles artigos por metro e unidade, tal a miséria de recursos e a perda de crédito. O pirarucu, alimento mais comum, era adquirido por litro, o que significa o mau estado do peixe. Para iluminação, extraía do louro-inamuí a resina, altamente combustível e que também servia para fazer funcionar o motogodile, motor de popa sueco de rabeta comprida e que atendia perfeitamente às necessidades do interior. Pescava, retirava o imprescindível para se manter vivo com a família e trocava o restante com o patrão, assim adquirindo outras coisas de utilidade imediata.

Já se explicou a escravidão pela dívida e também outras fisionomias a ela inerentes. Escravizou-se mais ainda pelas penú-

rias de uma vida ingente e ingrata, amargada no dia-a-dia. Mas não perdia nunca as esperanças de um futuro melhor e em qualquer momento em que surgia a notícia de um surto favorável no preço da borracha, de novo se lançava nas estradas de seringueiras, nelas buscando uma redenção financeira jamais obtida.

Em 1942, quando eclodiu a segunda arrancada para uma produção maior de borracha para os Aliados na Segunda Grande Guerra, o fenômeno migratório tornou a verificar-se e os navios da já então Snaap, sucessora da The Amazon River, voltaram singrar os rios com suas levas de nordestinos, desta vez orientados e pseudo-amparados pela assistência de um órgão oficial, que custodiava a Rubber Development Corporation, criada exclusivamente para atender àquelas necessidades bélicas americanas.

Milhares de homens se deslocaram novamente de suas terras e buscaram o eldorado fantástico das áreas amazônicas sem jamais encontrarem o veio, mas também sem o estigma maldito da escravidão. Foram de novo explorados nos preços e na atividade, mas não encontraram mais os seringalistas ambiente para a imposição do processo anteriormente utilizado para satisfação de seus interesses. Voltaram a ser homens, não por vontade própria, mas pela força das circunstâncias, que modificaram por inteiro o clima ambiental.

Não há negar que os tempos eram outros e outra a mentalidade dos seringalistas, já agora conscientes de que a era de seu poderio absoluto cessara e novos ventos sopravam. Houve a exploração do homem pelo homem – o que é uma página constante da história –, mas o processo escravagista do passado perdeu sua eficácia e ímpeto, substituído por uma atividade mercantil da empresa americana, que a preços baixos fornecia as mercadorias essenciais e novidades alimentícias jamais imaginadas, como o leite em pó, ovo em pó e conservas estranhas, que deslumbravam o seringueiro e que nem por isso se endividavam como antigamente com as coisas mais simples.

Alguns casos esporádicos de exploração escravagista se verificaram, mas de uma forma geral a escravidão nos seringais

minguou e praticamente desapareceu. Modificou-se o comportamento dos patrões, já agora negociando seus produtos com órgãos oficiais criados especificamente para o controle da produção e mercantilização e isso, em virtude da fiscalização exercida, fez com que não mais fossem conhecidos novos surtos de restrição ou coerção plena da liberdade humana.

Estabeleceu-se uma graduação percentual no preço da borracha, partível entre seringueiro e seringalista, com mais vantagem para aquele e o sistema oficial alterou substancialmente o critério até então vigente, pondo fim à exploração sistemática a que estava sujeito o homem produtor.

Então, em conseqüência dessa alteração fundamental na estrutura dos negócios, inverteu-se o processo e o seringueiro, agora mais ou menos livre, viu o seu patrão seringalista escravizado ao Banco da Borracha S.A., que foi criado para exercer o comércio da hévea, para isso fornecendo empréstimos e financiamentos que oneravam em demasia as propriedades e que a ele eram hipotecados. De senhor, o seringalista passou a ser escravo do Banco pelos créditos obtidos, em uma forma de punição pelos desmandos cometidos. Justiça dos Deuses.

A ESCRAVIDÃO PELO SEXO

O processo escravagista, que existe desde tempos imemoriais e desde que o primeiro homem se impôs pela força, mercê da humana desumanidade, não encontra suas raízes apenas no fato histórico das guerras, das lutas políticas, no desejo de lucro fácil, na divergência religiosa pela predominância de uma determinada concepção divinista ou na imposição de um certo Deus, como se Ele fosse propriedade particular de cada grupo religioso dono da Verdade Única.

Aspectos novos podem ser encontrados através do estudo de certas formas de vida de povos e sociedades e se vero é que cidades como Makkor, na velha Palestina, um dos primeiros aglomerados de origem hebraica e onde se cultuavam tolerantemente tanto Yahveh ou Jehovah pelos judeus, como também Baal, deidade fetichista do lugar, admitiam a presença de deuses diferentes, também era diferente a forma de cultuar. Lá em Makkor, no templo de Baal, havia um corpo de sacerdotes que anualmente escolhia uma das virgens dedicadas ao ídolo, preparada liturgicamente para cumprir com o dever para que fora selecionada: ser o prêmio ofertado ao homem que melhores resultados pastoris ou agrícolas apresentasse e o vitorioso se investia de imediato, depois da proclamação sacerdotal, no direito de recebê-la, com ela nos braços, recolher-se à câmara sacrificial, onde permaneciam

juntos sete dias e sete noites. Após, a sacerdotisa recolhia-se a um retiro por um ano para as futuras festividades e então, a partir daí, ficava à disposição dos devotos, que poderiam bater-lhe à porta para obtenção de seus favores, assim abençoados pela divindade cultuada. E isso acontecia 2.200 anos antes da era cristã, exprimindo uma forma de institucionalização da prostituição por motivos de ordem devocional.

O sexo propiciou a mais antiga forma de exploração do corpo humano e as civilizações antigas cultivavam a satisfação sexual sob os mais variados pretextos. Qualquer que fosse o motivo – e nisso os antigos eram férteis na imaginação criadora –, a razão central era a disponibilidade física para atendimento a solicitações as mais estranhas. Na Grécia, o culto a Vênus ensejava as noites de amor nos bosques sagrados, pois a deusa personificava o amor pleno. Vênus Pandêmia ou Afrodite Pândemos velava pela prostituição e em Corinto, Abido e Éfeso suas sacerdotisas eram cortesãs profissionais. Ela era a deusa do amor sensual e venal. Na Babilônia tomava o nome de lshtar, a deusa nua que é vista em um vaso encontrado em Warka e no qual aparece segurando com as mãos os próprios seios.

Inegável ser tal processo uma forma de escravidão, como a fome o é – e o desejo físico tem esse caráter e dos mais aguçados, impelindo o indivíduo a atitudes profundamente chocantes e violentas, na dependência do conceito social que fora adotado. A privação de alimentos por largo espaço de tempo como forma de aprimoramento espiritual purificatório, constitui uma outra modalidade escravagista, subsidiada por um sentimento de fanatismo religioso ideológico, cuja fisionomia será posteriormente estudada.

Essas duas modalidades de escravidão – a fome física e a prostituição – muitas vezes se entrecruzam e constituem um todo causador do fenômeno social. Tudo quanto exprime falta de liberdade, tudo o que priva o homem de ser o que é por si mesmo representa um sistema escravagista e a sociedade tem contribuído

largamente para a disseminação daqueles males, que cerceiam e constrangem o livre querer.

A escravidão, sob todas as modalidades até hoje conhecidas – a humana, pelos entorpecentes, pela libidinosidade, pela fome orgânica, a fixação política ou ideológica –, penetrou no Amazonas em razão de circunstâncias especiais e que tiveram a seu prol momentos econômicos marcantes: o ciclo áureo da borracha e o vigente ciclo da Zona Franca, favoneando a progressão quase geométrica das mazelas sociais. Porque as necessidades e os vícios surgem de acordo com a maior soma de recursos financeiros disponíveis ou com a menor quantidade de pecúnia, combalindo as energias e a resistência moral. As fases difíceis que o ser humano atravessa colaboram com eficácia para o surgimento de rostos maléficos criadores das exigências orgânicas e dos sentidos gerando a cessação da liberdade humana.

De um modo amplo, a mulher prostitui-se por dois motivos básicos: contingências econômicas típicas aliadas a fraquezas morais, inclusive a emulação ou pelo instinto carnal exacerbado. A primeira é a mais comum e é, à sua vez, acelerada pelo oferecimento de novos atrativos de conforto e vaidade, inatingíveis pelas formas normais de vida. Há também de levar em linha de conta a desproporção exorbitante entre homens e mulheres, na média de um para dez destas. A carência de trabalho, a dificuldade na aquisição de recursos permanentes, mesmo deficientes, a displicência dos pais na orientação moral, a leitura e a visão constantes de assuntos relacionados com o sexo em toda a sua crueza, fotografias e cenas lúbricas as mais claras despertando o instinto sempre latente, tudo intoxica e predispõe à experimentação lenta de carícias que se aprofundam cada vez mais, tornando inevitável a cessão corporal. Por outro lado, a influência do clima tropical e de uma época que pretende liberar o ser humano de todas as noções morais que tem estruturado as gerações.

O ambiente regional, à sua vez, contém muita liberdade no entendimento das coisas sexuais e é comum ver-se meninas de

doze e treze anos já em pleno andamento na utilização da virgindade perdida e isso recebe a influência de uma vivência quase que constante da percepção e visualização dos atos físicos de amor carnal. A noção de moralidade no interior é muito leve e dá margem a interpretações pessoais de como conhecer e desfrutar as inclinações inatas da mulher.

Não ficam aí as observações em derredor desse processo de delinqüência quanto às suas causas. Em ligeiríssima investigação feita para esclarecer em termos mais ou menos exatos a generalidade do problema, verifiquei a presença, entre vinte jovens freqüentadoras de bordéis, todas elas de menoridade, dezessete se abandonaram à vida por premência monetária e míngua de trabalho – algumas desquitadas, outras em razão de abandono conjugal e as demais por motivos sentimentais –, enquanto as três restantes o eram apenas por prazer. Dentre estas, encontrei inclusive uma funcionária pública, extremamente dedicada aos derivativos prazerosos da vida oculta que desenvolveu por largo tempo.

O novo aspecto da prostituição se aguçou em excesso com o surgimento da Zona Franca – a enxurrada masculina de elementos os mais variados e em grande parte pouco recomendáveis, aventureiros de toda sorte, nacionais e estrangeiros, acelerou a propagação alarmante do mal social. A vinda de artigos para uso feminino os mais belos, a visão reiterada de trajes e fazendas sedutoras, abrindo esperanças novas e apenas entressonhadas, a fase transistorizada subseqüente, a formação de mentalidade mais libertinada que liberta, tudo isso fomentou a prostituição como sinônimo da escravidão por meio do sexo. O trottoir das onze horas e das seis da tarde na ronda pelos escritórios no encerramento do expediente, tornou-se comum. Depois de introduzida a estreante na nova atividade e vencidos os resquícios de pudicícia e os restos derradeiros da educação moral porventura recebida e mesmo assim muito reduzida, ficou difícil para a jovem assim aliciada vencer o ambiente em que se situou e continuou na caminhada pelo despenhadeiro, até tornar-se garota de programas os mais exigentes.

A civilização como a vemos hoje – e seu conceito é vário, segundo a encaremos sob a feição material ou espiritual –, não conhece limites e cria condições sociais que colaboram para a desagregação moral dos grupos humanos e das comunidades.

Nascida ela da evolução lenta através de milênios de tradições como o resumo memoriado dos tempos, subverteu-se e subverteu o panorama do mundo atual, fazendo do ser humano um escravo em tudo e de tudo e de todas as circunstâncias, para sobreviver de qualquer modo. O imediatismo da vida passou a permitir os extremos comportamentais. O sentido humanístico pereceu e em seu lugar surgiu uma revolução sem rumo certo, sem filosofia, sem objetivo, mais amoral que social, cujos alvos imprecisos e indefinidos preocupam pelo que podem causar de danoso ao quadro de uma sociedade que sempre viveu em busca da concretização do sentimento da liberdade, em um mundo que se aspira socialmente livre, mas disciplinado e obediente a regras éticas.

Os jovens perderam o estímulo para o estudo e freqüentam as aulas apenas como exteriorização de um período obrigatório e não dão a menor importância ao aprendizado e à colheita de conhecimentos. Desprezam os valores basicamente reconhecidos. Atêm-se à realidade puramente material e procuram colher os frutos imediatos que lhes podem ser e são ofertados. Entregam-se ao uso de tóxicos, de refrigerantes com tranqüilizantes e outros mais e se tornam avessos à ordem social como a compreendemos.

Na região amazônica, pelas contingências socioeconômicas ditadas pelo êxodo rural e conseqüente acumulação humana no único centro populacional de vida intensa que é Manaus, a escravidão assume caráter sério e a tendência é o agravamento constante pelo enfraquecimento dos costumes tradicionais. Há de providenciar a abertura de novas frentes de trabalho que permita a libertação das misérias sociais, assim como uma outra forma de encarar as necessidades físicas sem expansões demasiadas e sem os tons ecológicos que geram o mimetismo feminino.

O problema é multissecular e só nos resta esperar o milagre de uma transformação radical na mentalidade hoje dominante, de modo a permitir a redução dos males apontados, produto de uma sociedade cujos alicerces estão de há muito solapados pela revolta da comunidade que, embora renunciando a muita coisa em favor do Estado monopolista, ainda conserva em sua essência o fermento eterno e latente de suas ambições e esperanças.

A ESCRAVIDÃO NA CIDADE GRANDE

O exame da questão envolve facetas as mais variadas, que merecem estudo separado quanto às suas causas e conseqüências. Porque o problema reside fundamentalmente no desaparecimento do ciclo econômico que deu progresso e algumas compensações para o homem do interior e essa perda movimentou atitudes e atividades que permitiram a eclosão de um surto mais escravagista.

O abandono dos seringais e das demais propriedades interioranas, em face das dificuldades sofridas - falta de crédito, preço vil da borracha e da castanha, perda do poder aquisitivo das mercadorias pela completa ausência de dinheiro -, teve uma contribuição importante e possivelmente a causa matriz do evento: o desaparecimento de uma figura comercial que sustentou durante muito tempo a estrutura das propriedades do interior, ou seja, a casa aviadora, assim denominada porque seus navios percorriam os rios mais importantes - Solimões, Juruá, Negro, Madeira, Purus e alguns dos mais produtivos afluentes, notadamente o Tarauacá, Envira no Alto Juruá e que somente permitiam acesso uma vez por ano, no inverno -, conduzindo os artigos solicitados pelos seringalistas e demais extratores, além de um sortimento variado de outros para atendimento imediato do supérfluo.

A entrega da carga despachada era feita na viagem de ida, de porto em porto e no regresso os barcos se abarrotavam com as partidas de borracha, castanhas, sorva, balata, sernambi (resíduo do látex que se derramava das tigelas e era vendida como borracha inferior), além de farinha, couros de animais silvestres e o mais que houvesse.

As firmas aviadoras desempenharam papel relevante no quadro da evolução econômica da região, encontrando pequena concorrência nos "regatões", comerciantes ambulantes de pequena escala e que trafegavam pelos igarapés e barrancas comprando dos seringueiros e castanheiros, às escondidas, produtos que eram reservados para esse fim.

O personagem era, normalmente, sírio ou libanês e lançava em batelões movidos a remo ou em barcos movidos a motor de popa e enveredavam pelos igarapés e rios menos viajados pelas grandes embarcações, levando em seu bojo quinquilharias, bugigangas, fazendas, linha de costura, botões, agulhas e mais tralhas, que trocavam de noite ou de madrugada, pela borracha ou castanha, ou outro produto existente. Era uma forma do extrator fugir ao guante do patrão e adquirir coisas que desejava ou de que necessitava com mais urgência. Muitas vezes o regatão, que não era um primor de honestidade mercantil, era ludibriado pelo vendedor que, ao defumar o leite da seringueira reservado para a venda clandestina, fazia a bola inicial com um pedaço de madeira pesada ou uma pedra, aumentando o peso final.

Mas o regatão foi uma figura válida no contexto amazônico, pois levou para os confins inexplorados a alegria para seus habitantes, por meio das novidades que oferecia como sinais de civilização. Odiado pelos proprietários, mesmo assim continuava em sua faina incessante e obtinha vantagens pecuniárias de monta. Muitos dos atuais comerciantes de Manaus começaram a vida regateando e enriqueceram, tornando-se os novos-ricos da terra e conservando os mesmos hábitos de esbanjamento hauridos na vida efêmera da fase ruidosa da borracha.

À sua vez, as casas aviadoras desempenharam papel relevante no quadro da evolução econômica da região, assim como o regatão o foi dentro de sua atividade específica. Forneciam tudo e tudo para os proprietários, a quem dispensavam crédito amplo e o acerto era feito quando da entrega dos produtos. O sistema de troca ou permuta ressuscitou e a mercadoria era escambada pela produção nativa, levando-se à conta o saldo correspondente. Por isso, quando as grandes casas comerciais foram suplantadas pelo processo absorvente do poder público, que criou uma entidade oficial para substituí-las e assumiu o controle do comércio da goma elástica, houve uma verdadeira derrocada nos seringais, pois tanto o seringueiro como o seringalista ficaram sem suporte imediato para obtenção dos artigos essenciais para o custeio de suas atividades.

Poucas delas sobreviveram à intempérie, mas tiveram de transformar sua razão de ser, buscando alento em novos ramos de negócios. J. G. Araújo & Cia., a firma mais antiga e mais tradicional, J. S. Amorim, J. A. Leite, Abrahim & Filhos, que fomentavam a exploração dos seringais e castanhais, balatais, piaçabais, atravessaram a crise como puderam e delas somente sobreviveu a primeira, embora reestruturada em seu ramo de negócio para vencer o impacto negativo e se adaptando a novas ocupações e atividades. As demais, não compreendendo os tempos e a nova mentalidade que se esboçava, perderam o contato com a realidade e pereceram.

Tal descalabro refletiu-se na vida do interiorano e a conseqüência para ele foi lógica e inarredável: sem recursos de subsistência, retornou ao processo emigratório que o levou para lá, mas agora em sentido contrário, na direção da capital; tentando uma forma de manter vivas as suas aspirações e alcançar êxito deixando os lugares onde fracassara. Dos pontos mais longínquos, partia de navio, lancha, motor ou mesmo em canoa ou batelão, com todos os seus trastes domésticos. Das paragens mais próximas de Manaus - Manaquiri, Janauacá, Mamori, Castanho, Ma-

nacapuru – e que eram o sustentáculo agrícola da cidade, usava os meios disponíveis e, quando aqui chegava, alojava-se provisoriamente em seu próprio transporte, enquanto procurava um traço de terra para erguer seu barraco de palha.

A afluência se tornou grande e as barracas se amontoavam, conformando verdadeiras palafitas às margens do rio Negro ou nos igarapés que penetram a capital, ensejando depois uma cidade flutuante que permitiu um drama social intenso, tais as suas peculiaridades e dimensões. Com uma população de mais ou menos 30.000 pessoas, dispunha de bares, hospedarias, cabarés, casas de jogo e de prostituição, comércio próprio e até contrabando de tóxicos. Era um apêndice de madeira da capital, mas passado algum tempo foi destruída pelas providências oficiais tal a repercussão negativa obtida, sendo a população retirada para extensões de terras cedidas pelo Estado e que hoje conformam alguns bairros pobres da periferia local.

Depois de aqui chegar e instalar-se, o emigrante vindo do interior com as suas misérias, procurava trabalho com sua família valida, para poder resistir aos empecilhos e às necessidades mais urgentes. O chefe da família ia ser trabalhador braçal, se não tinha habilitação profissional como marceneiro, pedreiro ou carpinteiro, atividades mais procuradas em razão do intenso desenvolvimento ocorrido com o crescimento da cidade. A mulher contratava serviço de lavagem de roupa e as filhas empregavam-se como serviçais domésticas ou babás e os filhos menores colaboravam com pequenos biscates, como venda de sorvete, pirulito, pequenos carretos ou limpeza de terrenos e quintais.

Deslumbrado com as ofertas comerciais, esforçava-se a alterar seu aspecto físico e não mais se contentava com a rusticidade da vida anterior querendo sempre e sempre melhores roupas, rádios de bolso, relógio de pulso e outras coisas mais. As mulheres queriam vestidos mais bonitos, novos enfeites e artifícios necessários à vaidade feminina. Viam agora objetos novos e se penetraram das possibilidades que poderiam obter, sem medirem conseqüências.

As atrações da capital perturbaram o equilíbrio emocional do homem do interior, que se viu subitamente frente a frente com situações jamais previstas e para as quais não tinha preparação alguma. A mulher, esta então recebeu como maior intensidade os efeitos de tal confronto e se deixou embalar em desejos os mais acendrados, para a aquisição do que passou a exprimir algo de imprescindível.

Grande influência nesse descalabro exerceu a implantação da Zona Franca de Manaus, não só pelas ofertas de artigos de consumo os mais variados e a constituírem novidades a baixo custo, como pela demanda da mão-de-obra nativa, não só para as indústrias que se estavam instalando no Distrito para isso criado, como também para a execução dos serviços domésticos ofertados pelo grande número de novos residentes da capital e vindos de outros Estados para a direção executiva das empresas que se montavam.

No campo comercial, produtos japoneses, chineses, hindus, tais como rádios de bolso, eletrolas e aparelhos de som, tevês de todos os tipos e de energias diferentes, à pilha, à corrente comum ou de acumulador, máquinas fotográficas, relógios de qualquer preço, tecidos vendidos a quilo, além de outras ofertas sedutoras, exerceram profunda influência destrutiva da capacidade do homem amazonense de viver no interior, abalando os seus já enfraquecidos valores morais. Não mais compreendeu a verdade da vida anterior, nos quefazeres habituais da pesca e da lavoura e agricultura de rendimento rápido. Os que ainda continuavam por lá, ao terem notícia dos artigos, vinham à capital e aqui ficavam, voltando apenas para o transporte de seus familiares.

As indústrias diversificadas – montagem de relógios, de televisões e aparelhagem sonora, artesanato de joalheria e outras mais –, abriram campo propício às habilidades naturais e as fábricas absorveram por completo as antigas empregadas domésticas, que preferiram trabalhar nas empresas sob o falso atrativo de maiores proventos pecuniários.

No que diz respeito à família, esta alterou profundamente seu sistema de viver. As filhas de logo quiseram usufruir maiores confortos e desfrutar dos mesmos benefícios e privilégios materiais que a classe média ostentava, dispondo de maior poder aquisitivo. As que não procuraram trabalho nas fábricas, ou que não o obtiveram por deficiência de habilitação, ou que se negaram ao trabalho doméstico, perderam o senso ético e se prostituíram em proporções nunca vistas. A queda se fez fatal pelo exacerbamento das aparentes necessidades insuspeitadas. Meninas de 12 a 15 anos cediam e cedem seus corpos à luxúria masculina para obtenção de seus objetivos. Não apenas preponderava a inclinação para o prazer, mas também influiu bastante as tentações que a cidade apresentava e sem sustentáculo algum de educação, instrução ou trabalho personalizado esqueceram os princípios considerados válidos em nossa sociedade e ingressaram no caminho do despenhadeiro. E até mesmo depois de desiludidas pela quebra das promessas feitas para a satisfação do impulso sexual, não mais quiseram e nem querem voltar aos lugares de onde vieram e permanecem na cidade com todas as suas dificuldades, aceitando a prostituição como um fato normal.

Os homens, à sua vez, aqueles que não contavam com trabalho profissional, tornaram-se vendedores ambulantes de qualquer coisa, desde sandálias e jornais a limões em pequenos sacos e frutas importadas, sendo comum ver-se rapazes fortes e dispostos nas esquinas oferecendo óculos escuros, relógios, cintos, meias, brinquedos plásticos e outros mais. Os que não tiveram pendores para o trabalho honesto, formaram grupos de puxadores de automóveis, traficantes de drogas, ladrões de pequeno porte e alguns até assaltantes, em um processo evolutivo às avessas.

Não se tratava de falta de emprego, pois empreiteiras diversas ofereciam trabalho e assistência na construção de estradas como a Manaus–Porto Velho e ainda em Santarém e Amapá, sem êxito. O homem interiorano perdeu a capacidade de retornar à vida a que fora habituado e depois que sentiu as atrações da ca-

pital, passou a encarar tudo na razão direta do que ela lhe poderia proporcionar. Daí a dependência em que ficaram os imigrantes aqui chegados das terras amazonenses, preferindo a miséria ou a atividade desonesta a ter de regressar ao sistema que abandonara.

A escravidão social decorrente da atração da cidade grande produziu assim um tipo diferente de agressão à liberdade do ser humano, resultante do antagonismo entre a vida simples do interior, com os seus pauperismo e primitivismo, que criaram uma noção civilizatória muito primária e a atritação com os recursos maiores da capital, com uma gama imensa de variedades multicoloridas ofertadas a temperamentos sem nenhum processo evolutivo e de certo modo ingênuos.

Prendeu-se o homem a um novo conceito social a que não estava acostumado e que colidia frontalmente com a sua visão anterior, limitada pelo horizonte das águas e das matas onde buscava o alimento para a sua subsistência. Passou a considerar aquele conceito como mais válido e a ele se escravizou por inteiro, por não ter sido preparado para as comodidades e facilidades de um mundo de coisas aparentemente inarredáveis, que representavam algo acima de sua concepção tradicional.

Se escravidão é o impedimento da liberdade, cerceador da ação livre e consciente do ser humano, essa restrição ou obstáculo surgiu para o homem do interior de então por diante preso na rede da sugestividade fantasista dos artigos postos aos seus olhos e acima de suas posses, mas aguçando os apetites e a vontade de tê-los de qualquer forma. Para obtê-los, sujeitou-se e se subordina a um viver abaixo de sua realidade e de suas urgências, para considerar tão-só o imediatismo de seus desejos, acirrados pela emulação. Tal espírito predominou e a aquisição de um objeto de mais valia por um vizinho acarretava de logo a vontade de ter um igual, embora para isso se sacrificasse, onerando seu já parco orçamento com novas incursões no sistema crediário, por não poder comprar à vista. Passou a considerar essas coisas como indispen-

sáveis e em seu derredor construiu um elenco de aspirações materiais catalogadas como inerentes à sua vida.

Vale observar que a concessão de crédito para facilitar as vendas criou uma situação precaríssima para o comprador que a ele se sujeitava, porquanto aparentemente permitia a obtenção da mercadoria por prazo limitado, quando em verdade essa aparência, via de regra, representava uma pura realidade, porque não podendo pagar as prestações, sofria o vexame da casa vendedora mandar recolher o artigo vendido e sofria assim uma dupla perda: da coisa e do dinheiro que inicialmente pagara. O sistema creditício com reserva de domínio funcionou apenas para as firmas comerciais, que se garantiam do não-pagamento das parcelas mensais que, além do mais, sobrecarregavam uma receita já precária para o atendimento do volume da mantença doméstica.

Portanto, não estando preparado para tal situação de suposto crescimento, deixou de conceber seu dia-a-dia sem os reclamos do progresso que viu, sentiu e apreendeu e dessa forma estiolou-se em sua liberdade, no afã de alcançar, sem medidas e cautelas – o que é explicável pela sua simplicidade nativa habituada ao débito permanente e sem nenhuma programação – aquilo que os demais dispunham por força de uma situação social condizente com a situação adquirida ao longo do tempo.

Sendo a Zona Franca de Manaus um capacitatório para implantação industrial, esse objetivo de redenção da área amazônica estabeleceu duas fases perfeitamente distintas, mas integradas em seu contexto: a primeira, exclusivamente mercantil, assentou seus alicerces nas carências locais e fez surgir uma quantidade enorme de artigos os mais diversificados, fomentando um surto aquisitivo alto, pelo baixo custo do oferecimento. Já o segundo período, suplantada hoje em grande parte a etapa inicial, perdeu parcialmente seu impulso pelas restrições cambiais para a importação e oportunizou a instalação de indústrias diversas, com destaque para os produtos eletrônicos, oferecendo margem ampla para a mão-de-obra local e que se revelou extremamente apta

para a execução das tarefas correspondentes. Não tendo nível técnico alcançado pela instrução profissional, homens e mulheres se tornaram em pouco tempo operários especializados, fazendo com que os orientadores importados se revelassem dispensáveis após o treinamento devido. Montadores em eletrônica, lapidação de cristais, jóias, maquinarias de relógios, tecidos de malha, os que a essas atividades se dedicaram libertaram-se da escravidão e adquiriram estado próprio, atingindo nível de vida econômica relativamente alto.

Sob outro aspecto, a cidade abriu um mercado escravagista para o consumidor que dispunha de maiores recursos e nele, abstendo-se muitas vezes do essencial, buscou satisfação no supérfluo. Podia não ter alimentação suficiente, podia residir em barracos sem conforto, em subcondições de vida. Mas não dispensou o rádio, a geladeira, a televisão e o aparelho de som e outros bem-estares que passou a considerar integrantes de seu viver. Mas essa visão defeituosa e o ouvido das dificuldades sempre presentes, fizeram com que o homem se escravizasse a tudo isso, pondo à margem fatores básicos para atendimento às vontades despertadas pela exibição das mercadorias. Nisso consistiu a escravidão social da cidade gerada por ela para o homem, porquanto sem condições reais de usufruir dos benefícios materiais que lhe foram ofertados à larga, perdendo o critério anteriormente vigente de uma vida simples e se subjugou a um novo sentido inteiramente desproporcionado. O resultado é que passou a viver miseravelmente, estiolando-se pela deficiência alimentar, nada produzindo de útil e o interiorano vegetou na capital. Mas, mesmo assim, não quis mais regressar aos pagos e nem se dedicar novamente à pesca e à agricultura de sustento, esteios anteriores de seu quadro silvestre. Isso porque não podia dispor das atrações fictícias a que se prendera.

Tal panorama desalentador ainda se agrava mais com as conseqüências dessa ânsia aquisitiva e como não tinha meios normais de atender aos seus imperativos econômicos, buscou muitas

vezes, e busca, na ilegalidade, o caminho fácil como fonte apontada atenditiva de seus almejos. Furta, desvia, transvia-se. Compõe grupos de marginais, integra núcleos de traficantes de entorpecentes, torna-se assaltante ou participa de atividades como depositário de bens roubados, contanto que disponha de recursos para satisfazer ao imediatismo.

Convivendo com outros infratores mais habilitados vindos de outras regiões atraídos pelas perspectivas da Zona Franca, adquiriu conhecimentos novos para o exercício de suas más orientações e tendências prejudiciais e assim se escraviza cada vez mais, pois não tem ânimo nem resistência para afastar-se da capital e tornar a ser o homem simples que foi, produzindo para o seu sustento e colhendo de seu trabalho o bastante para atender à família.

O quadro é dantesco, mas real e disso resulta uma forma de escravidão áspera, dura, amarga, que não é contingencial ou dirigida por interesses desenvolvimentistas, mas produto da explosão de uma vida inteiramente diferente da que desfrutava e para a qual não quer e nem pretende retornar de forma alguma, algemado como ficou ao imediatismo cosmopolita da capital e às facilidades materiais que lhe são inerentes.

O que foi criado para a redenção do ser humano amazonense transformou-se no seu calvário e lhe manietou a alma e o corpo, pela tentação de coisas supostamente peculiares ao modo de viver por ele visto e sentido.

Há de compreender o fenômeno: a liberdade, antítese da escravidão, é um estado natural no homem amazônico, vivendo vida condizente com a amplitude do mundo telúrico que lhe foi atribuído, inconsciente do valor das coisas que a natureza lhe proporcionou. Mas tangido pelo aguilhoamento dos acicates despertados pela sugestão de uma vida melhor, abandona tudo quanto constituía o seu mundo e se lança para a cidade no afã de colher os frutos do progresso por ela apresentado. Desnuda-se por inteiro, joga fora toda a resistência que a pátina do tempo lhe outor-

gou para resistir às vicissitudes do meio ambiente e busca, sôfrego, a satisfação de bens e possíveis comodidades materiais que o mundo ilusório a que se atirou aparentemente lhe vai propiciar.

Esquece, contudo, que não dispõe da aparelhagem citadina para enfrentar os problemas que fatalmente surgem e a conseqüência é o descalabro de suas esperanças, a perda de sua capacidade de luta e passa a vegetar, sem luz e sem sombras, na aspiração sempre renovada de um dia poder libertar-se dos flagelos a que se submeteu e que a cidade grande contém por suas próprias contingências.

Na visão sociológica que a moldura apresenta, não há como negar que esse tipo de escravidão surge em face de um problema muito maior e que se liga ao abandono do interior, pelas carências terríveis que existem. Verdade é que há uma tendência natural do homem em buscar melhorias de toda sorte, inclinação que é peculiar à natureza humana. Enquanto houver alguma consistência anímica no interiorano, procura ele crescer abandonando o sistema secular de conformismo em que vivia. Mas sem esteio algum a que se arrimar, tem sido fatal a transmigração do interior para a capital e pouquíssimos têm obtido resultados positivos.

Convém apontar que enquanto houve alguma assistência, o homem interiorano se manteve estável na realização de suas tarefas e da sua vida de horizontes restritos, circunscrita a um círculo estreito de necessidades mínimas, mas que mesmo assim bastavam. Depois que lhe fugiu o apoio das casas que abasteciam as propriedades onde trabalhava e sentiu as atrações da cidade, criou uma mentalidade diferente e migrou para fracassar.

Mesmo hoje, quando o poder público se lançou na empreitada de instalar melhores meios de comunicação, energia elétrica, telefone interurbano, alguma assistência médica e outras medidas que, inegavelmente, têm dado considerável melhoria à hinterlândia. Mas nem isso tem prendido o homem à terra onde nasceu e na primeira oportunidade procura meios de transferir-se para a capital, que considera o ponto máximo de suas aspirações.

O aviltamento dos preços de seus parcos produtos e o elevado custo das mercadorias que consome, tudo contribui para o aceleramento do processo de deserção do interior e sem incentivo maior o homem se vê constrangido a procurar outras plagas mesmo se sujeitando, sem disso ter consciência, dos tropeços e escolhos que a mudança de vida e hábitos e de ambiente, lhe vão causar. Dessa forma, manietado pelas suas próprias limitações, vê-se compelido a uma forma de escravidão oriunda dos males que a cidade grande ostenta com largueza.

Escraviza-se pelas necessidades, pela perda de ânimo, pelo sofrimento angustiante do dia-a-dia pleno de insuficiências e perde as forças para libertar-se dos grilhões, sempre seduzido pela possibilidade de alcançar algo que lhe permita ficar e fita o horizonte distante como se nele pudesse haurir novas energias para lutar e salvar-se.

E sucumbe, e míngua, e definha, mas mesmo assim prefere estar na capital, com todas as suas misérias, a regressar ao ponto de origem. A escravidão econômica a que se sujeitou, pelo progresso, retirou-lhe a liberdade e a ela se subordinou em definitivo, sem restrições e sem novos apelos.

Na realidade crua da capital, o processo escravagista se tem feito sentir fortemente, tendo suas origens no empobrecimento gradual do interior, forçando seus habitantes a uma migração permanente e o atirando nos enredamentos que a cidade proporciona. Tendo um esquema de vida traçado por gerações e gerações, sentiu na carne as agudezas carenciais não percebidas anteriormente e se deixa prender às aparentes facilidades existentes. Em regra, somente sabe fazer as coisas simples de sua vida: pescar, plantar alguma coisa para ajudar a alimentação, caçar e nisso seu horizonte se encerra. Na cidade, quando encontra trabalho útil, permanente, adquire foros de cidadania e procura instalar-se quase sempre além de suas possibilidades econômicas. Caso não obtenha serviço, fica perambulando pelas ruas, normalmente nas proximidades do porto e do mercado pú-

blico, vivendo de pequenos carretos e voltando para o barraco ao anoitecer com o parco resultado do trabalho esporádico.

Nada produz de válido. Mas se liga de uma vez à cidade e dela não quer e nem pode sair, porque a visão precária do seu viver passado o desestimula. E fica, na esperança de algum dia poder libertar-se de seu calvário e de sua plena inutilidade.

A ESCRAVIDÃO IDEOLÓGICA

A pesquisa para a elaboração de um trabalho, por mais simples que seja, assemelha-se a um hiato no tempo: separa os pontos de contato entre o que já foi feito e o que resta a fazer para que seja alcançado o objetivo e nesse lapso há um desmembramento entre o passado e o presente, servindo de ponte para o futuro, que é a sua conseqüência lógica. Estudo que não ofereça campo para uma elucidação dos fatos acontecidos e que não se projete no tempo perde a sua qualidade interior, que consiste na transmissão das idéias que vão ou poderão nortear, pelo exemplo do ocorrido, os comportamentos sociais do amanhã.

Mas o homem pouco ou nada aprende com a experiência do passado e labora permanentemente nos mesmos erros que determinaram os eventos acontecidos. Entende, na sua perpétua presunção, que não será capaz de cometê-los e de novo labora no mesmo exercício de atos inconciliáveis com o Direito.

Nas atividades intelectuais – e a pesquisa, com o seu teor de conclusões implícitas ou exteriorizadas, exprime a melhor função do intelecto, quando acontece um váculo temporal ele retira uma parte do sabor da obra iniciada. Extrai-lhe a fragrância, despolpa o conjunto e deixa apenas a vontade de alcançar algo mais que precisa ser feito, e a breve espaço.

Assim aconteceu com esta despretensiosa antepesquisa sobre a escravidão no Amazonas, quer sob a feição cromática, quer a abrangente das demais que lhe são correlatas – correlação a ser explicada pelo ânimo nefasto do homem em sempre procurar explorar o seu semelhante e ou conseqüentes da evolução do processo, embora ditadas por impulsos diferentes para a consecução do mesmo objetivo.

Primeiramente o homem buscou nas terras africanas e depois, nas Américas e Ásia, o elemento abundante para a colheita de resultados financeiros de monta. Organizou empresas, financiou projetos, orientou expedições, com o fito de encontrar em outros lugares, pela força ou sedução, o material vivo de que necessitava para efetuar uma tarefa predeterminada e que encontrava naquele o manancial propício ao alcance de suas metas. Vencido o sistema escravagista como norma aceita e praticada livremente, nem assim deixou de se interessar pelo lucro que tal mercado lhe proporcionava. Partiu para os prazeres do sexo e a mulher se tornou nada mais que um objeto de mercancia, para deleite dos afortunados em riquezas. Milhares delas se prostituíram: por necessidade umas, e outras pela oferta de vantagens materiais; mui poucas deixavam de sucumbir.

Todos os fatores sociais têm contribuído para a escravidão humana, desde a subjugação da liberdade física até mesmo a prisão da liberdade de pensar por seus próprios meios, configurando uma nova forma de algemar o ser que, até então livre no seu querer, se vê liamizado pelo fanatismo de todas as espécies.

Mas, vencida internacionalmente a etapa da escravidão pelo sexo, nem assim se satisfez o homem na sua eterna ânsia de vantagens pecuniárias e de logo partiu para outro horizonte propiciador, qual o dos tóxicos, descoberto desde que o ocidental penetrou nas águas da China e do Japão. O uso do ópio, privativo dos mandarins, observado pelos europeus e conduzido para as diversas partes do mundo, ensejou uma forma diferente de sujeição, qual a do vício dos entorpecentes – o ópio, a cocaína, mesca-

lina, marijuana, heroína e outros alcalóides –, motivando nova campanha internacional para debelar ou cercear, quanto possível, a sua divulgação e contrabando.

No combate a essa forma viciosa de escravidão, em 1900 houve em Xangai a primeira conferência para tratar do assunto, por convocação dos Estados Unidos da América, a que compareceram Alemanha, Áustria, Hungria, França, Portugal, Grã-Bretanha, China, Itália, Japão, Pérsia, Rússia e Sião, cujo motivo era a preparação da luta contra o primeiro entorpecente – o ópio. Posteriormente, a 23 de janeiro de 1912 celebrou convenção internacional a respeito, obrigando-se os Estados participantes e aderentes a controlar a produção do ópio, regulamentando a sua importação e exportação e a vigilância na sua comercialização sob forma medicinal e derivados. A partir daí iniciou-se a luta contra a escravidão pelos entorpecentes, sem êxito, porém, até hoje.

Mesmo aqui no Amazonas, tão distante de tudo e de todos, o processo teve vez e continua tendo, ora, pois que a versão nativa da marijuana, a maconha ou dirijo, é plantada, vendida e exportada para atender aos insanos desejos de um desligamento dos problemas normais que afligem todo ser. Já as populações indígenas usavam plantas regionais que emprestavam força, vigor e resistência. O "ipadu", resultado da mistura dessas plantas e de outras que constituem segredo tribal, tomava a forma de uma pequena bola de uma pasta marrom e com ela o índio e o caboclo se alimentavam por dias e dias, quando a viagem tinha pressa de ser cumprida. Depois, o homem do interior aprendeu com os ancestrais a mecânica da composição e passou a usá-lo nas suas pescarias mais demoradas, para não ter de preparar os alimentos de sustentação.

No entanto, tal sistema em nada implicava no uso de drogas alucinógenas, nem constituía uma atividade permanente e sim um meio tradicional de evitar a fadiga nos trajetos longos, desde que o transporte sempre era a canoa até que, com a civilização, foi ela em grande parte substituída pelos motores de popa e lanchas

de "recreio", embarcações motorizadas que passaram a fazer o percurso de rios e lagos, conduzindo passageiros e cargas de pequeno porte - produtos nativos e agrícolas peculiares às regiões, galinhas, porcos, peixe, etc. - e desse modo o ipadu foi perdendo o seu uso. No entanto, muitos elementos nativos substituíram-no pela maconha e há, realmente, grande disseminação dessa erva e cujo consumo aumenta dia-a-dia.

Na capital, houve uma distorção algo impressionante. A juventude desmandou-se no usufruir os supostos prazeres da planta e o que se viu e se vê, ainda hoje com maior freqüência, é a proliferação dos consumidores da maconha, em uma forma de escravidão quase impossível de ser debelada. Rapazes e moças, ou jovens melhor dizendo, entregam-se ao vício com uma assiduidade algo chocante. Fumam, aspiram, misturam com comprimidos analgésicos - novalgina, aspirina, xaropes antitussígenos e outros produtos farmacêuticos - e assim atingem um estado que supõem ideal para as suas corriqueiras libertações, expressão que designa nada mais e nada menos que o tradicional conselho dos pais e que não existe mais com aquele zelo de outrora, pela mania desenfreada de que o jovem precisa conscientizar-se de suas necessidades e responsabilidades.

A rigor, não se pode dizer que exista, salvo um caso ou outro, uma dependência escravizante da droga, qualquer que seja. Mas há um encaminhamento forte para tal desenlace, incentivado pela sede de viver o mais depressa possível e que os rapazes e moças pretendem sentir com mais agudeza, sede que sempre houve em todas as gerações, controlada porém pela educação moral e admoestamento dos pais, que até então eram cuidadosos na escolha do rumo válido para os filhos.

Compreende-se que a dependência do tóxico, qualquer que ele seja, cria no ser humano uma manifestação escravagista bastante grave, igual às demais porquanto tece em derredor de seu objeto uma ilusão de liberdade, ou de libertação, profundamente nociva, pois que nenhum mérito possui. Vive do mal e para o mal,

sem que sobrevenham outras compensações e nem sequer o estágio intermediário da alucinação compensa o gravame posterior.

Sob a ação nefasta, soltam-se as amarras da moral e da decência, aquela como expressão de um sentimento íntimo de dignidade e esta como forma de materializar a exteriorização de uma convenção social e nessa pseudoliberdade surgem e expluem as manifestações mais dolorosas da capacidade humana de autodestruir-se em troca de alguns instantes de ilusão.

Tal tipo de escrivão não é peculiar à região amazônica, como, aliás, nenhum dos processos apontados constitui um privilégio local, sendo apenas a aplicação regional de um sistema, ou de vários sistemas derivados de circunstâncias e vícios importados. No entanto, a incidência tem sido muito intensa e vários eventos chocantes têm ocorrido, na evidência da propagação de um vírus social que se vai tornando dia a dia mais intenso, sem que se possa chegar a uma forma de combate que permita o vislumbre de esperança de sua erradicação. Não basta condenar e nem tão pouco legislar, pois a lei é apenas um instrumento cujo manuseio e resultado dependem muito dos executores e de eventos outros.

No trabalho escravo, por exemplo, vê-se o homem explorando o seu semelhante por um objetivo mercenário, econômico-financeiro, permitido pelas épocas antigas e até mesmo na moderna, até bem pouco tempo e quiçá até hoje. Esse rosto genérico envolve nas dobras do seu manto de Nessus as mais variadas manifestações, provindas todas de um fato central, celular, sem o qual a escravidão deixa de existir: a ambição humana, quer se apresente sob feição financeira, ou econômica, ou ainda, como acontece na atualidade, na fisionomia dura, fechada, profundamente anti-social e tão desumana, ou talvez mais, que a própria escravidão física: a escravidão da mente, quer pelo processo intoxicante dos estupefacientes em geral, quer sob a feição ideológica, esta incrustada no homem como seiva restauradora, uma espécie de licor inebriante dos deuses e cujos efeitos transtorna os cérebros, fixando-os e os condicionando a uma idéia determinada.

Há de observar que, na primeira, a mente se transtorna por causas químicas provocadoras de distúrbios psíquicos, em visões distorcidas da realidade e criando fantasias enquanto perduram seus efeitos. O processo intoxicante, mesmo cessado o período crítico, permanece e enseja a necessidade da reprodução do vício e de novos atos, pois o indivíduo se liamiza estreitamente àquilo que considera essencial para a fuga que almeja. Tenho para mim que há uma dupla razão para o uso do tóxico: o escapar das coisas do mundo em que vivemos em uma demonstração forte de covardia ante as asperezas comuns da vida moderna e também o sabor que o homem encontra em saborear e desfrutar o que é condenável. Isso faz parte da natureza humana: a censura estimula a reprodução dos atos tidos como anti-sociais.

Prepara ele o quadro mental do que concebe como libertação. Injeta-se ou aspira a droga escolhida e parte para um mundo de sonhos irrealizáveis. Esquece a qualidade humana, com as suas dores e alegrias e se abjeta na sarjeta do vício, fazendo dele uma segunda natureza primordial. Muitos há, porém, que deliram e se tornam agressivos e violentos, investindo contra tudo e contra todos, em uma ânsia terrível de destruição e morte. Tal tragédia também tem ocorrido no Amazonas, reprodução dos males dos grandes centros e o uso do tóxico, que era praticado como forma de repouso e absorção de novas energias, passou a configurar um mal social de tremenda ressonância.

Na segunda fase, da escravidão puramente ideológica, surge uma apresentação igualmente chocante, que é a sujeição absoluta a um pensamento determinado, político ou religioso, e cujos extremos se tocam na consecução de seus objetivos. Pois que a idéia, como esquema filosófico, exprime a representação mental de algo existente, "ou o objeto existente em si, independentemente do conhecimento que dele se possa ter". Em síntese, é a figuração intelectual de alguma coisa. Platão chamava idéias aos modelos inteligíveis eternos e perfeitos, à imitação dos quais são feitas as coisas sensíveis. Associando-se aos elementos componentes,

forma e idéia o pensamento em suas diversas facetas, exteriorizando-se em regras mentalizadas e coordenadas, afinal levadas à manifestação pública na concretização do propósito interior.

As concepções ideológicas abrangem mundos distintos, no que tange à tomada de posições: de um lado o pensamento religioso, o primeiro a surgir, e de outro o político, no seu desejo de predomínio, ambos perigosos e até nocivos, quando expressados em termos extremados em suas diretrizes e execuções materiais. Os ideólogos não se cingem apenas à elaboração doutrinária de suas teses, traduzindo para a enunciação oral ou escrita o cerne do seu espírito criador. Vão mais além e esboçam um quadro de certa maneira mítico, avançando na exposição de princípios muitas vezes interpretados segundo o ponto de vista pessoal de seus seguidores, o que, aliás, é comum e quase constante, assumindo posições acima do entendimento norteador das teorias oferecidas. Na realidade, a concepção filosófica original se vê deturpada em seu conteúdo e sentido.

Os doutrinadores normalmente buscam regras e soluções que proporcionem a paz social, por meio de fórmulas as mais diversas. Elaboram mentalmente o que concebem como sistema capaz de ensejar um mundo pacífico e isso é, em todos os tempos, a aspiração maior da humanidade. Mas se fecham em seu entendimento e põem antolhos e viseiras cerebrais, não admitindo nenhuma crítica ou manifestação adversas, esquecidos de que todas as doutrinas e todas as equações se dirigem para o ser humano, quer como unidade, quer como coletividade.

Através dos tempos, a sociedade tem enfrentado dois modos de compreender as coisas da criação: adoração por Deus e paixão pelo Estado, símbolos ambos de visões arraigadas na poeira das idades e que se têm substituído periodicamente nas eras. Os teólogos ensinaram que longe de Deus não há salvação e que o homem, por ele criado, tem o dever inelutável de atender às suas orientações. Os grandes mestres do cristianismo, por exemplo, afirmavam com São Tomás de Aquino que as regras emanam de

sua origem divina, possuindo o homem três tendências naturais: conservação, através da qual cumpre o dever de corresponder à vida que Deus lhe deu; reprodução, como fator material capaz de permitir o povoamento da terra que lhe foi outorgada e por fim a razão, como forma de compreender as lições da divindade e por elas se orientar, distinguindo o bem do mal.

No entanto, os fanáticos da religião supuseram-se e se têm supostos donos de Deus e da verdade cristã, ou muçulmana, ou budista ou outra qualquer e nessa crença extremada buscam impô-la a qualquer custo, mesmo desvirtuando os ensinamentos e o espírito da própria fé em sua natureza, substância íntima que une o homem ao ser superior que preside a existência de todas as coisas. Parece incrível que, depois de tantos séculos de lutas pela religião – cristã, abrangendo catolicismo e protestantismo e outras dentro do mesmo sentido, muçulmana, judaica – ainda hoje se peleje pela implantação de uma igreja que suplante as demais, esquecidos os pregadores e seguidores de que Deus está em toda parte e não pertence a ninguém, pois se alça acima das contingências da vida que concedeu. É uma semente tão pura que não permite definição.

De certo modo, a escravidão pela fé é mais nociva que as já apontadas, se se compreender que domina a alma e o corpo, em busca de uma verdade que só existirá quando os homens assimilarem o princípio de que a Unidade de Deus conduz à verdadeira jornada, que é a aceitação de todas as crenças como forma de aproximação com ele e nada mais.

Sob tal emolduramento, também uma fase de intolerância religiosa existiu no Amazonas, em um entrevero entre católicos e protestantes, provocado pela intransigência feroz de alguns mais chegados àquela Igreja. Assim é que, por ocasião de um Congresso Eucarístico que se realizou em Manaus na década de 1940, certa noite da seqüência preparatória da solenidade, aconteceu uma concentração católica na chamada praça do Congresso, no alto da avenida Eduardo Ribeiro, ao mesmo passo que ocorria

outra, de evangelização protestante, na praça da Saudade, locais próximos um do outro.

No decorrer da primeira, alguns oradores leigos, inflamados pelo achego à fé que professavam, tendo conhecimento da outra reunião, bradaram que tal fato constituía uma provocação, uma ofensa a Cristo e incitaram os circunstantes a um desforço, que só não se verificou pela intervenção dos mais ponderados e da própria polícia, que isolou as duas praças.

Uma autêntica pregação do tempo das Cruzadas, quando Pedro o Eremita, depois de uma pregação exaltada, concitava os peregrinos que o seguiam à conquista da Terra Santa, ao brado de "Deus o quer", grito que mais tarde, no reinado de Carlos IX e sob o guante de Catarina de Médicis, por ocasião da hecatombe de São Bartolomeu na França, mui principalmente em Paris, veio a repercutir nas ruas com a população comandada pelo duque de Guise, causando a morte de centenas de milhares de huguenotes, a partir do almirante Coligny.

A memória do homem é fraca e de curta duração e por isso poucos ainda se recordam do evento, a exprimir mais que nunca a revivescência da intolerância gerada pelo fanatismo religioso. Hoje se trabalha pela união de todas as igrejas contra o ateísmo e aquele período de violência se desvaneceu.

Vê-se, assim, que a religião também escraviza o ser humano e gera movimentos que não se coadunam com a própria essência da crença que vem a professar. Nenhuma delas prega a força como forma de proselitismo e nem tão pouco a imposição como sistema de implantar nos espíritos determinado modo de ver. Os eremitas glebários não encontram mais campo propício às suas exaltações, dado que a evolução do espírito humano vem conduzindo a uma nova visão interior.

Na segunda modalidade, da feição política, o problema se aguça ainda mais, eis que envolve o motivo filosófico a dirigir as atitudes individuais ou coletivas. Assim, quando a idéia é conduzida para o campo político surge como ideologia, substituindo

o conceito imaterial por uma concepção materialista dominante e dominadora, que subverte os entendimentos até então tidos como válidos para uma determinada sociedade, ou mesmo para as que professam credo semelhante, qualitativa e quantitativamente.

Em si mesmo, quando atinge tal atitude, é um tipo de imperialismo escravizador por via intelectual, tendente a estabelecer um predomínio expansionista da mente humana, predomínio que não tem simplesmente uma presença física, mas uma forma de subjugação das massas. Tal imperialismo conquistador tem seu alicerce na deliberada vontade de implantar nos povos a idéia exteriorizada, de modo a alcançar a aquisição de novos quilômetros quadrados de espaço físico e mental, em um processo de propaganda agressiva cujas verdadeiras razões, como aponta Scumpeter, não estão nos alvos momentaneamente visados e sim na agressividade em si sempre constante e que se reforça a cada novo êxito. É uma agressão em permanente atividade, com um ânimo de igual teor para a obtenção da vitória final, aproveitando todas as oportunidades, todos os pretextos, todas as ocasiões e todos os motivos, mesmo que não haja, de imediato, uma finalidade concreta. A meta definitiva é o seu interesse e busca, nas misérias e nas insatisfações humanas, a seiva que vai contribuir para o desenvolvimento do sistema propugnado.

Substitui-se Deus pelo Estado, que assim assume uma feição deísta e a quem os endeusadores endereçam loas, preces e sacrifícios para que cresça e se realize. Depois então, o que for dispensável, será distribuído pelos componentes humanos. Essa egolatria estatal eminentemente danosa em si, faz do homem apenas um instrumento para projeção daquele, a quem deve dedicar todos os seus esforços e toda a sua atividade orientada, ao invés de compreender que Estado e indivíduo vivem no mesmo mundo, ambos trabalhando e contribuindo para o recíproco bem-estar.

O crescimento estatal deve ser o fruto do aprimoramento interior de sua sociedade particular e esse crescimento, de dentro para fora, faz aperfeiçoar as qualidades humanas e com isso a so-

ciedade se torna melhor e mais apta a colaborar para a projeção do Estado no seu relacionamento com os demais. Na colaboração entre o Estado e o homem está a verdadeira razão de ser do crescimento social, dando margem a que se processe um movimento ascensional produtivo para ambos. Nenhum pode e nem deve prosperar sem que tenha como alvo o benefício geral da sociedade, pois ao contrário seria estimular um egoísmo inconciliável com as reais necessidades do conjunto. Por isso, quando o Estado se desenvolve à custa de sua sociedade, esta se estiola e se torna dependente em todas as suas manifestações de atividade, recebendo e cumprindo as tarefas que lhe são atribuídas coercitivamente. E então se escraviza sob o tacão do autoritarismo.

Compreende-se que o bem-estar coletivo supera o do indivíduo em si, mas sem lhe afetar a essência de sua vida, possibilitando-lhe desenvolvimento autônomo por sua livre ação, não obstante sujeita à orientação do poder público. Mas suprimir o direito do homem de pensar livremente, procurando sujeitá-lo, pela propaganda extremada de todas as virtudes que uma determinada doutrina diz possuir e só vislumbrando nas demais, antagônicas ou não, apenas erros e defeitos, configura o endeusamento de um determinado pensamento erigido em digna estatal, que se torna assim senhor e possuidor de tudo e de todos. Nele reside a suprema instância e nem sequer admite contestação. Prevalece em tudo a expressão personalista e assim ele se apresenta ante as massas como o supremo guardião da verdade absoluta.

Observe-se o quadro: de um lado, o pensamento teológico afirmando que longe da Igreja, qualquer que ela seja, não há salvação e do outro a ideologia política sustentando a prevalência completa de uma determinada corrente. Deus e o Estado passam a ser, assim, expressões correlatas para os seus profetas e propagandistas, não admitindo qualquer e nenhuma impugnação a conceitos que se revelam antíteses do bom senso que deve presidir o comportamento humano e das sociedades.

Se os temperamentos religiosos pecam pelo excesso de interpretação estreita dos cânones da religião, que surge como suprema orientadora do procedimento do povo, esquecidos e que a fé tem ressonância anímica e funciona e age no espírito, os endeusadores do Estado também pecam pelo mesmo erro, integrados em um entendimento de quatro paredes e somente aceitando o que se revele favoneador de seus princípios ideológicos, recusando toda e qualquer objeção que se faça ao seu pensamento político.

Assim, a escravidão ideológica, em suas múltiplas facetas, é a resultante de uma visão religiosa ou política, girando em derredor de fatores que lhe são peculiares. Quando se trata de propagar a fé, todos os meios se apresentam com validade bastante para a sua efetivação, o que também acontece na expressão doutrinária de origem política. Nesta, a luta de classes surge como a pedra de toque a determinar a explosão social e isso veio recrudescer com a doutrina marxista, apoiada por Engels e Proudhom, indo buscar no pensamento filosófico de Thomas Morus, em sua *Utopia*, a concepção negativista da propriedade privada como o grande mal da sociedade moderna.

Com essa doutrina, que almeja a melhor distribuição da riqueza sob a direção do Estado e não pelo oferecimento de iguais oportunidades para todos, os doutrinadores comunistas passaram a criar a imagem estatal de maneira condizente com os seus interesses dominantes, apresentando-a como a melhor forma de orientar a coisa pública, pregando com pertinácia que só por meio do Estado é que os direitos e deveres podem ser feitos para o ser humano. Dessa forma, a intangibilidade se tornou o fulcro doutrinário quando, na realidade, despe o homem de todas as prerrogativas duramente conquistadas na sua longa caminhada no tempo, deixando na poeira das estradas etárias a marca dolorosa do seu tormento e de seu sofrimento. Esquecem eles de que nos agrupamentos humanos há uma única realidade que é o homem, que aparece tanto mais vivo quanto mais coerente e mais compreensivo de suas qualidades é o próprio grupo social.

A doutrinação assumiu portanto feitio particular de propaganda violenta, insuflando em toda parte a atritação social e a conturbação da mente, exacerbando os ânimos como recurso para atingir os alvos colimados. Terapêutica política para males sociais milenares e cuja cura se fará por soluções inteiramente diferentes. O problema do mundo moderno não se resolve doutrinariamente e sim através do equilíbrio entre o Poder e o Direito, este como norteador daquele.

Nociva nos demais lugares, também se revelou no Amazonas o extremado proselitismo, onde algumas expansões tiveram cores fortes em terminadas épocas, quando foram utilizadas as classes operárias como instrumentos e que se viram de súbito impelidas e compelidas para a motivação política, sob a bandeira de maiores direitos e prerrogativas salariais, em uma tentativa de usurpação real do poder público, somente factível pela fragilidade da contextura dos governos e pela sede pessoal de governantes e profissionais da política, ávidos de supremacia por qualquer meio.

Já se disse que a memória humana é bastante reduzida para o sofrimento e para os grandes eventos e, quando se trata de assuntos políticos, ocorre o inverso do que normalmente sucede às pessoas: à medida que o tempo avança esquecem elas os fatos recentes e rememoram o passado com clareza. Por isso, a grande maioria já deve ter posto no ouvido o que aconteceu em Manaus entre 1960 a 1961, embora os primórdios remontem a uma preparação psicológica anterior. O surto eloqüente dos demagogos da idéia trabalhista partidária permitiu o extravasamento de índoles marxistas e, de um modo geral, os líderes representavam a nata desse último pensamento, fazendo dos trabalhadores de todas as classes uma alavanca para o alcance de seus propósitos.

No porto de Manaus, naquela época, os estivadores dominavam as atividades correspondentes como autênticos ditadores, recusando-se ao trabalho normal ao menor pretexto, basicamente a título de reivindicações classistas e outras vezes sob disfarce de

lesões a supostos direitos e privilégios. Não apenas deixavam de trabalhar. Impediam que outros exercitassem o trabalho e não admitiam sequer a presença de autoridades para uma tentativa de solução pacífica dos pleitos.

A polícia civil e militar prestavam-se a um papel simbólico sem nenhuma valia e até mesmo, pela inércia e negatividade de ação, sugerindo uma espécie disfarçada de proteção aos grevistas. As ordens governamentais de não interferência, contribuíam decisivamente para tal estado de atritação e serviam de incentivo para o desenvolvimento das ações das lideranças sindicais interessadas no agravamento do conflito suscitado. Houve instantes em que se chegou a temer um choque violento entre forças policiais e as do Exército, motivado pela resistência daquelas à presença de tropas militares para garantia dos que desejavam trabalhar. As greves se sucediam por motivos os mais pueris e justamente nos setores mais essenciais à coletividade, sem que as autoridades estaduais obstaculizassem o processo implantado de agitação, ou procurassem solucioná-lo.

Aliás, o panorama era mero reflexo do que sucedia no sul do País, pois em quase todos os Estados da Federação eventos semelhantes ocorriam, em uma demonstração positiva de que se tratava de um movimento organizado para a tomada do poder. No seio das massas trabalhadoras, houve um instante de profunda movimentação psicológica, visando à criação de um clima possível de ensejar uma explosão popular e, com e por meio dela, tornar-se-ia viável a ascensão à chefia do País.

Isso tudo importou em robustecimento da posição dos sindicatos, que se investiram praticamente na direção da coisa pública, pelo menos naquilo que interessava diretamente ao povo, sem nenhum respeito das lideranças ao poder constituído que, aliás, colaborava conscientemente para o estabelecimento de uma situação que se tornava dia a dia mais insustentável. Criou-se um clima de terror, gerado por essa forma de escravidão ideológica traduzida em atos materiais, sistematizada ela pela implantação da idéia de que tais ações eram necessárias para salvaguarda dos

direitos dos trabalhadores, violados pelos capitalistas, sempre apontados como guardiões da exploração e da riqueza. Tal escravidão não encarava de modo algum o prejuízo que o comportamento das classes exprimia para a coletividade, cuidando apenas do que pretendia a curto prazo: o domínio do poder, mediante a conturbação social.

Preciso é compreender que há algo terrivelmente errado em um sistema que, de maneira tão completa, subverte todo o conjunto de valores pessoais e políticos aos quais estamos acostumados a seguir, afastando-os como inúteis e dispensáveis, para fazer alçar toda uma nova estrutura social baseada na personalidade única e exclusiva do Estado. E o estranho é que, para construir esse novo Estado sob novo tipo, faz-se a destruição sistemática da ordem pública para, sobre ela, edificar-se um sistema que promete um mundo de ilusões e de fantasias pouco realizáveis.

Sentimos, com Pennington Haile (*Raízes Filosóficas da Democracia e do Comunismo*, p. 66), a verdade de que

> Não pode estar certo ser a função do governo controlar as vidas, o trabalho e o pensamento de todos os cidadãos, em todas as ocasiões. Não pode estar certo o ensinar que um ponto de vista político único e um partido único estejam inteiramente certos, devendo os demais ser suprimidos.

Devemos compenetrar-nos de que a função dos sindicatos nada mais é, pela lei, senão a de organizar-se classistamente para a proteção e defesa dos interesses e direitos legais dos trabalhadores, sem que isso, pela sindicalização, dê direito a atividades político-partidárias e muito menos assumir posturas inconciliáveis com a ordem pública vigente. No caso apontado, não se cuidava de resguardar direitos e pretensões legais, nem se resguardar o Estado instalado, mas sim de estabelecer o Estado concebido pelos ideólogos do partido insuflador, cuja concepção, ligada a Fichte, era de que se visse na organização estatal um foco de vontade muito mais efetivo do que se fosse um mero e simples indivíduo. Pois se a en-

tidade poderia exercer a vontade melhor que o homem, ele era digno da submissão de todos. Os direitos de pessoa humana tendiam naturalmente para a prática de atos que conduzissem o Estado assim imaginado, para a sua concretização objetiva.

Lutava-se por conseguinte pela convulsão social e dessa forma e por esse meio alcançar-se a instalação, no poder, dos líderes que influíam e comandavam o processo agitador. Vale aclarar que não se tratava de iniciativa do trabalhismo, cuja filosofia era diferente e que seguia a linha de conduta de Alberto Pasqualini, o grande artífice do partido, mas sim de infiltrações de origem espúria e cujo alvo era precisamente utilizar-se da agremiação partidária para dela servir-se, como alavanca, para a consecução de seus propósitos.

A essa altura dos eventos, uma outra entidade classista se fez forte e presente, nesse estágio de intranqüilidade e de abandono pela autoridade pública e que se alçou a uma categoria mais violenta: a dos choferes que, ligados ao campo do serviço de transportes para a população, abusavam do instante de desequilíbrio e criavam também, a todo momento, focos de perturbação política, orientados sempre pelos dirigentes de seus sindicatos que, entrosados com os demais, pugnavam diariamente pelo êxito de um ponto de vista inadequado para a nossa realidade social. Essa força começou a crescer desde o triste episódio de 1952, quando os motoristas de praça chacinaram um estudante que matara um colega daqueles e a polícia foi impotente mais uma vez, ou se fez impotente, para coibir a sanha desenfreada de elementos exaltados, insinuados ainda por uma estação de rádio local e um outro elemento pernicioso, que incentivavam o desforço, deixando acontecer o fato chocante.

A chacina foi bárbara: raptado o estudante quando era transportado do Pronto-Socorro do Estado para um hospital, foi ele levado para local deserto na antiga estrada dos Franceses e aí apunhalado várias vezes, esmagado sob as rodas de carros, tendo sido previamente torturado. Dos participantes envolvidos, doze foram condenados e os demais absolvidos, em um julgamento

que se tornou célebre àquela altura. O impressionante é que, com isso, a classe se considerou forte bastante para novas investidas ilegais e agiu à larga em determinado momento de nossa história.

Mais tarde outro evento se fez vivo e atuante, significando o começo de uma tentativa de ascensão político-ideológica eficiente, disciplinada, dura e como claras finalidades. Nem se sabia sequer o que os choferes reclamavam e porque reclamavam. De fato, desejavam perturbar a vida da cidade e se movimentaram às escâncaras, sem peias e sem controle.

Em certo dia de agosto de 1960 ou 1961, se me não falha a recordação dos tempos, a cidade amanheceu sem transporte: os choferes em greve, o trânsito paralisado, estabelecido o Comando Geral da Greve, que se apresentou de logo para agir ao modo dos agitadores profissionais, tomando medidas drásticas e eficazes para o sucesso da empreitada. Formava-se assim em Manaus o primeiro núcleo de um comando tipicamente marxista, distribuindo ordens e instruções, determinando providências de combate a qualquer manifestação adversa, fechando as ruas e avenidas principais, proibindo o fornecimento de combustível a qualquer veículo, salvo com permissão expressa e escrita do Comando.

Nenhum veículo oficial ou particular trafegava porque sua passagem era vedada por grupos de motoristas que impediam o trânsito e quando um automóvel era visto em andamento, era obrigado a parar e seus passageiros desembarcados. Os cruzamentos das ruas foram bloqueados. Os postos de gasolina foram forçados a suspender o atendimento a seus usuários. E o cúmulo da perda da autoridade pública aconteceu, por mais incrível que pareça: a venda de combustível dependia exclusivamente de um cartão de autorização emanado do Comando, em uma autêntica usurpação consentida do poder constituído. Houve até mesmo aplausos oficiais à greve, que não tinha finalidade outra senão criar ambiente propício à agitação que se pretendia prosseguisse.

Nem se diga que há exagero na assertiva: certa alta autoridade do Estado desfilou em carro aberto pela avenida Eduardo

Ribeiro, saudando os grevistas, que o aplaudiram entusiasticamente. E nenhuma medida de contenção a tal comportamento foi tomada por nenhuma autoridade estadual ou federal, que se limitaram a assistir passivamente ao fato, como se fora a coisa mais natural da vida de uma sociedade ordeira e disciplinada.

Poder-se-á explicar a atitude governamental: é que se preparava a campanha política, que prometia ser áspera e ingrata e qualquer gesto de inadversão aos motoristas importaria, sem dúvida, na perda de quantidade ponderável de votos. De onde se vê que o interesse eleitoreiro suplanta a própria ordem social e subverte a noção de consciência do poder público.

Ainda uma vez, pois, houve omissão completa das autoridades constitucionalmente constituídas, entregando-se a cidade inteiramente nas mãos dos pseudogrevistas que supostamente lutavam por estranhas reivindicações classistas por eles mesmos ignoradas, quando ao invés eram autênticos profissionais da desordem organizada, chefiados pelos que tinham bastante treinamento para tal atividade, levados eles consciente ou inconscientemente pela idéia oculta da explosão popular. Outros casos se verificaram depois, mas os narrados foram os mais importantes, pela representação materializada da idéia política.

Tais eventos salientam, é inegável, uma escravidão ideológica, porque decorrente todos os procedimentos dos grupos envolvidos, de um patente conceito de ordem filosófica e doutrinária, que lhes não permitia discernir o verdadeiro alcance das ações desenvolvidas, nem a que poderia conduzir os procedimentos efetivados. Cegos pelo delírio político-demagógico, obcecados por uma preparação interior levada a extremos, bitolados pela empatia da doutrina que lhes era pregada diuturnamente e que lhes transtornava a visão real das coisas visíveis, entregaram-se a uma espécie mui particular de cessão integral da liberdade de pensar por si, para se transformarem em instrumentos utilizados para um fim precípuo: a vitória do pensamento adotado.

Esse fetichismo, concebido como a exacerbação do Estado almejado, que é o continente e conteúdo da idéia marxista, ou dizendo melhor, da filosofia comunista, tem por meta a projeção completa da pessoa jurídica de direito público, em detrimento do homem que, de ser pensante, se minimiza para a figura de um robô. Porque os extremistas, da direita ou da esquerda, têm por finalidade fazer do Estado um ser divino, insusceptível de observação, exame ou crítica. E isso é algo ultrajante, porque o Estado não é nenhuma revelação superior, nem nada tem da divindade. Nada mais é que uma forma de organização política destinada a servir à comunidade da qual nasceu e que lhe deu vida exterior, respeitando a existência de cidadãos livres e iguais. Não há negar que, sob a ação do Estado, os homens podem melhorar e efetivar a sua ação racional, observando, interpretando e buscando a realização dos fins essenciais de sua presença na comunidade.

A melhor atividade humana está na expressão da vontade desembaraçada, que é a fonte deliberativa do querer e do realizar proveitosamente tudo quanto possa desejar de válido. Quando essa vontade é compelida a se retrair para atender aos ditames de outrem, mesmo do Estado, ela se volatiliza e passa a ser tão-só uma figura abstrata que nenhuma ressonância encontra no mundo exterior. Amolda-se aos fantasmas ilusórios criados para a consecução do escopo estatal e perde sua personalidade, amorfolizando-se.

Preciso é que se sinta que o mundo está em simbiose no que tange às relações humanas e políticas, escapando lugar para atitudes rígidas que nada mais fazem que segregar o indivíduo do seio de sua sociedade. A interpenetração das idéias é uma realidade social, como processo para uma adaptação entre concepções tidas como superadas e outras que se dizem e se consideram perfeitas. Em todas elas há algo de útil e ponderável e as lições do passado, jamais aprendidas pelo homem, servem para permitir a interligação entre temperamentos os mais diversos, ajustando-os à progressiva mentalização social.

O que existe no mundo contemporâneo nada mais é que uma luta de classes, criada pelo manifesto de Karl Marx e que hoje tem enorme repercussão por meio da doutrina comunista estruturada por Lenine e que em tudo vê a burguesia como o germe nocivo de todo o mal que sofre a coletividade trabalhadora. Os patrões são os exploradores, os donos dos meios de produção e que, para alcançarem maior êxito na obtenção de recursos financeiros que lhes permitam influência maior e lucros maiores, escravizam a classe operária, que se vê dia a dia mais sacrificada e mais espoliada. Mas não se lembram os entusiastas dessa condenação, que o Estado é patrão também na sociedade comunista e aliás o único, dele derivando todas as messes e todos os benefícios, pois absorve por completo as fontes de produção e determina a quota contributiva de cada comunidade. Quem não produzir, não tem direito a se alimentar. O entrechoque é severo e somente a conciliabilidade entre os dois conceitos poderá evitar um confronto profundamente pernicioso.

Fala-se muito em burguesia e poucos sabem que a palavra provém de "burgo", considerado como lugar de vivência de cidadãos livres e sua etimologia vem de "borough", ou seja, vila com plenos direitos políticos. A evolução da sociedade veio criar uma nova interpretação, atribuindo à palavra o sentido errôneo de quem possui riquezas. Hoje, a burguesia está semi-extinta pelo lento e gradual perecimento da classe média, que servia de ponte entre os ricos e os pobres. Por sua vez, o chamado proletariado se origina da expressão latina "proletarios", designativa daqueles cidadãos que, não tendo propriedade pessoal, só podiam ser úteis ao Estado por fornecer-lhes suas proles, isto é, seus filhos, que se entregavam ao serviço público. Daí porque, na Idade Média e mesmo nos primeiros tempos do período etário posterior, as famílias nobres sempre orientavam os descendentes para o serviço da Igreja e do Exército, ficando o mais velho para a substituição na chefia da casa feudal.

Essa luta de classes, estimulada pelos movimentos trabalhistas do passado, com base real no *Manifesto de 1848*, apesar das ne-

gativas de seus acólitos, se tem revigorado nos últimos tempos, em uma exteriorização de premências e carências que se revelam a cada dia mais instantes. Não há como negar que a nossa sociedade precisa de uma reforma substancial, mas nunca pela via amarga e ingrata do exacerbamento das paixões partidárias ou doutrinárias e sim pelo consenso e bom senso dos homens em geral, públicos e particulares, que devem visar uma sociedade mais harmônica, mais constituída e melhor aquinhoada.

A atritação multissecular decorrente da separação das categorias econômicas, não pode ser solucionada por meios violentos e nem tão pouco pela pressão do Estado, que só faz acirrar os ânimos e os temperamentos. Há de buscar em outra fonte o remédio social e este vai decorrer da melhor compreensão dos homens de que tem um destino comum a que ninguém pode escapar. Pouco vale falar e pregar por uma distribuição melhor de riquezas, se não houver a vontade firme e deliberada de proporcionar elementos para essa distribuição, que não depende só de uma feição econômica e sim de circunstâncias pessoais que não podem ser relegadas como inutilidades. Cada ser humano tem o direito de viver melhor, em um mínimo condizente com as suas potencialidades e capacidades. A igualdade existe na lei e para a lei, mas difere no tratamento a que cada um tem um inegável direito, que é o de desfrutar melhor das coisas que a sociedade oferece. No entanto, há de entender as discrepâncias individuais e nem todos podem e devem receber o mesmo quinhão. As diferenciações motivam tratamentos desiguais, dentro porém de um critério de valor aplicado a cada caso. O homem pobre se torna rico em um ambiente social que o acolha com dignidade, enquanto o rico empobrece se desconhece as necessidades de seus semelhantes.

O homem precisa de liberdade para o desenvolvimento de sua personalidade. É ela o oxigênio de sua vida exterior e nela baseia as aspirações, porque sem ela praticamente inexiste como ser e se torna mero instrumento. Mas o sentido social da liberdade condiciona o seu teor ao interesse comum e o homem é livre para

agir, desde que não lesione outrem, ou não interfira no setor particular dos demais.

A liberdade tem uma fisionomia econômica. De que vale o realce da liberdade se não se desfruta de segurança ou de alguma estabilidade em termos de pecúnia? Ninguém é pobre ou tem miséria por livre vontade, mas sim por pressões as mais diversas e que derivam desde a precariedade ou indigências culturais e intelectuais, até a face das impossibilidades materiais na aquisição dos bens indispensáveis. O pão válido para a liberdade é o que autoriza a livre vontade apoiada na garantia de uma vida produtiva.

Por isso, Estado e indivíduo devem coexistir em termos de liberdade, que tanto é para um como para outro. Sem excessos, sem absurdidades, sem prepotências econômico-político-financeiras. Sem pa-ternalismos desmedidos e sem exclusivismos também. O Estado é o criador do direito formal e por meio dele disciplina a vida de sua sociedade. O homem, recebendo esses direitos e os que lhe são atribuídos, deve usá-los na medida de suas necessidades públicas e particulares, sem abusos e sem penetrações absorventes e indevidas.

O fato é que a liberdade não é um singelo conceito, mas uma forma de ser do próprio homem. Rege a sua conduta, condiciona-lhe o procedimento e o comportamento sociais. Não é rígida, mas elástica, para poder atender aos reclamos da comunidade a que se destina. Tem de certo modo um sentido universal, mas difere em seu conteúdo, segundo o temperamento de cada sociedade. O que para uns significa um direito, para outros tem o aspecto de uma atuação necessária do ordenamento político.

Disso tudo decorre que a escravidão ideológica real, positiva, existente ainda e cujos exemplos foram apontados em nossa região como capazes de alterar o *substractum* da alma humana enlaçando-a a um conceito estreito, objeto central do estudo em seus múltiplos rostos, é incompatível com a integral liberdade a que tem direito todo ser, estereotipada no pensamento livre e na atuação livre, desembaraçados de quais algemas ou peias.

Sem sujeição, sem grilhões mesmo doutrinários. Sem cerceamentos, a não ser os impostos pelo Direito. Porque o homem só se integra em si mesmo, só tem uma conceituação perfeita e completa quando, para o exercício de sua liberdade, concorre para a moldura a liberdade social, a liberdade econômica, a etnia sem sua discriminação e a liberdade, que é a do pensamento, forja de todas as luzes que se têm projetado ao longo de sua caminhada sobre a terra.

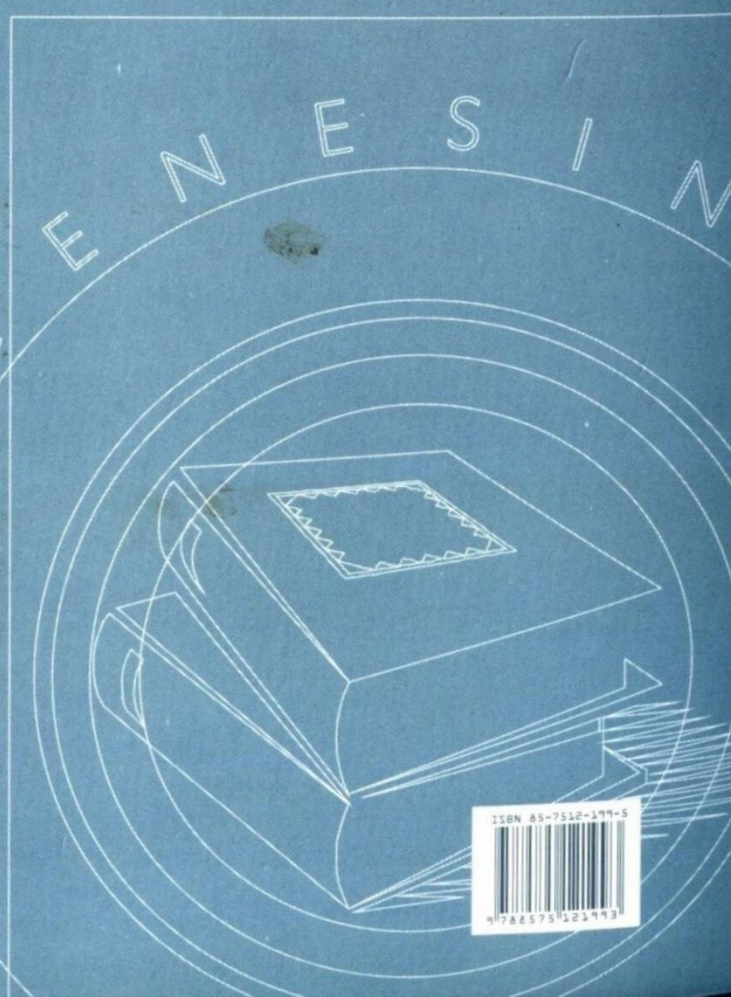
Série Genesino Braga

1. O colonialismo e a escravidão humana
   Oyama Ituassú

2. Presidentes da Academia Amazonense de Letras (1918-2006)
   Robério Braga

Este livro foi impresso na cidade de São Paulo/SP, em dezembro de 2006, pela Prol Gráfica. A família tipográfica utilizada na composição do texto foi Book Antiqua no corpo 10. O projeto gráfico – miolo e capa – foi feito pela Valer Editora.

O processo escravagista, por largo tempo histórico existente no mundo, e até hoje sob fisionomias diferentes, ainda desenvolvido e praticado como forma de dominação do homem pelo homem, veio encontrar campo e aplicação no Amazonas a partir das Américas, tanto à época de sua integração na antiga Província do Grão-Pará como após sua autonomia, atividade que se desenrolou com especial estímulo no interior e sob manifestações as mais diferentes e adaptadas à tipicidade da região e de seus ciclos econômicos.



ISBN 85-7512-199-5

Valer EDITORA
ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS EDIÇÕES
CULTURA Edições Governo do Estado

Secretaria de Estado
de Cultura e
Economia Criativa

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO
TRABALHO QUE TRANSFORMA

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS
https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E
MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM